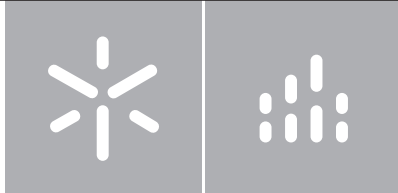


Universidade do Minho
Escola de Arquitectura

Patrícia Daniela da Silva Nogueira
Práticas Coletivas para uma Arquitectura
Expansiva:

Os novos compromissos da Arquitectura na
Contemporaneidade



Universidade do Minho
Escola de Arquitectura

Patrícia Daniela da Silva Nogueira

Práticas Coletivas para uma Arquitectura
Expansiva:

Os novos compromissos da Arquitectura na
Contemporaneidade

Tese de Mestrado
Ramo do Conhecimento: Cultura Arquitectónica

Trabalho efectuado sob a orientação do
Professor Doutor Pedro Bandeira

DECLARAÇÃO

Nome - Patrícia Daniela da Silva Nogueira

Endereço eletrónico - patricia.ds.nogueira@gmail.com

Telefone - 917496804

Número do Bilhete de Identidade - 13009336

Título da dissertação - Práticas Coletivas para uma Arquitetura Expansiva: os novos compromissos da arquitetura na contemporaneidade

Orientador - Professor Doutor Pedro Bandeira

Ano de conclusão - 2013

Designação do Mestrado - Ciclo de estudo integrados conducentes ao grau de Mestre de Arquitetura

Área de especialização - Cultura Arquitetónica

Universidade do Minho

Escola de Arquitetura

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL DESTA DISSERTAÇÃO APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE.

Guimarães, __ / __ / __

Assinatura: _____

RESUMO

Práticas Coletivas para uma Arquitetura Expansiva: os novos compromissos da arquitetura na contemporaneidade, é um exercício reflexivo que explora a relação entre arquitetura e sociedade e o seu desempenho nas políticas do espaço.

Esta reflexão é construída como uma ferramenta analítico-investigativa, sustentada através de uma aproximação crítica que pretende estimular visões otimistas e pró-ativas que se refletem aos níveis físicos e não-físicos da concepção da arquitetura. Aqui testa-se o “abandono” de preconceitos e convencionalidades na profissão, e tentam localizar-se práticas existentes e interesses e necessidades localizados.

Reconhecendo a arquitetura, como a mais próxima representação física da relação entre os indivíduos e o mundo, tenta explorar-se aqui o seu potencial como expressão da vontade humana, como ferramenta pública e política que materializa as reivindicações da sociedade. Nesse desafio, a arquitetura deve construir-se como um meio de efetivação de uma mudança social positiva e empenhar-se numa ideia de expansão das suas capacidades interventivas, das suas matérias de interesse, da sua função enquanto prática e da sua interação com múltiplos agentes e atores. Este emergente compromisso aborda-se pela ideia de uma arquitetura mais aberta e ilimitada nos seus objetivos e resultados, que usa o seu poder através da coletividade e para a coletividade, criando competências e desempenhos que vão depender de uma análise mais incisiva e alargada e de uma cooperação interdisciplinar mais diversa.

Acima de tudo, tentam aqui explorar-se inquietações e inconsequências e transformá-las em experiências positivas de mudança, em oportunidades e potencialidades, para uma relação mais presente com o mundo e as realidades culturais, sociais e políticas e para um futuro mais consciente.

ABSTRACT

Collective Practices for an Expansive Architecture: the new commitments of contemporary architecture, it's a reflective exercise that explores the relation between architecture and society and its influence on space politics.

This reflection is constructed as an analytical-investigative tool, based on a critical approach, intending to stimulate optimistic and pro-active visions to be explored on physical and non-physical aspects of architecture. It tests the abandonment of preconceptions and conventionalities in the profession, and attempts to look up for local interests and needs.

Architecture, as the closest physical representation of the relation between individuals and the world, must be recognized as a potential expression of the human will, as a public and political tool that materializes the claims of society. For this challenge to be accomplished, architecture should be constructed as a means of effectuation of a positive social change and commit to an idea of expansion of its interventional capabilities, its matters of interest, its practical abilities, and its interaction with multiple agents and actors. This emergent commitment is approached as an idea of a more open and unlimited architecture in its objectives and results, using its power through collectivity and for collectivity, creating competences and actions that will depend on a more incisive and broaden analysis and on a more diverse interdisciplinary cooperation.

Mainly, this is an approach to inconsistencies and concerns in the profession of architecture, to try to transform them into positive experiences of change, opportunities and potentialities, for a more accurate relation with the world and its cultural, social and political realities, and for a more conscious future.

ÍNDICE

1	INTRODUÇÃO
7	1 - SOCIEDADE E ARQUITETURA, MUDANÇA DE PARADIGMAS: um olhar específico
9	1.1 O espaço social e político da Arquitetura
19	1.2 Arquitetura expansiva: os princípios de uma mudança emergente
27	1.3 As práticas coletivas na Arquitetura: “velhas” e “novas” experiências no <i>design</i> participativo
33	2 - ENSAIOS PARTICIPATIVOS: um diário crítico de experiências da participação na arquitetura
35	2.1 Ensaio participativo: a prática como investigação
39	“Construir Junto”: conceção e construção como metodologia coletiva
47	“Devir Menor”: exercícios de criação de opinião
51	“Isto é uma praça!”: os contornos da participação
59	2.2 Ensaio participativo: aproximações críticas
	ANEXO 1 - Galeria de Imagens
73	3 - VISLUMBRES DE UMA ARQUITETURA FUTURA: desafios e estratégias para um contexto espacial em mutação
75	3.1 A “nova revolução urbana”
79	3.2 Renovação de compromissos na arquitetura: a ação como imperativo
93	CONCLUSÃO
	ANEXO 2 - Resumo Ilustrado
97	BIBLIOGRAFIA
105	ÍNDICE DE IMAGENS





INTRODUÇÃO

“The voices of change collectively for the activation of a politicized and spatialized project that will work to counteract the forces that typically control production of and access to space. They claim that the political work of architecture is not limited to the work of building. They assert that the political can be beautiful and that architecture can be socially engaged in ways that sidestep the conflicts of ethics versus aesthetics and finance versus virtue.”¹

¹ GÁMEZ, José S.; ROGERS, Susan – An Architecture of Change. In *Expanding architecture: Design as activism*. Metropolis Books: 2008. (p. 19)

Dados os desafios que hoje enfrentamos, na luta por uma sociedade mais democrática, igualitária e social e politicamente mais equilibrada, esta reflexão começa por questionar de que formas poderemos, na condição de cidadãos e arquitetos, ter um papel ativo na construção de um “futuro melhor”. Uma das proposições da arquitetura, enquanto teoria e prática, é conceber e imaginar o futuro, e esse pensamento objetivo implica uma consciência da realidade do presente e de quais os desafios emergentes na atualidade.

Com a globalização e os recentes desenvolvimentos nas áreas da política e da economia agravam-se as desigualdades de oportunidades e as diferenças sociais, colocando em posições cada vez mais extremas as situações de riqueza e pobreza. Face às consequências derivadas destes acontecimentos defende-se aqui que a arquitetura, como serviço de interesse público, deve colocar-se numa posição interventiva, simultaneamente reativa e pró-ativa, orientando o seu campo e processo de trabalho para uma resolução atenta destas matérias, propondo-se a ser mais acessível e a ter uma capacidade de resposta mais alargada. Entende-se que estas inquietações e desafios, de espectro bastante alargado, “exigem” um repensar do papel da arquitetura e das formas de utilização das suas ferramentas e competências, reformulando a sua influência na política, na cultura, na economia, no poder.

“Architecture and all the design professions are undergoing a major transformation that is both proactive and reactive: proactive as a search for roles with greater relevance, and reactive as a response to the humanitarian and environmental crises facing the world.”²

² FISHER, Thomas – Public-Interest Architecture: A Needed and Inevitable Change. In *Expanding architecture: Design as activism*. Metropolis Books: 2008. (p. 9)

As reflexões que vão ser aqui exploradas tentam sugerir e apresentar possibilidades transversais de aplicação e ajustamento das práticas e teorias da profissão à contemporaneidade, revistas por um olhar histórico e assentes numa perspetiva de novos futuros. Questionam-se os papéis convencionais da arquitetura, avaliando-os por vezes de forma até negativista, mas tentado acima de tudo trazer uma visão renovada acerca das suas expectativas, das suas capacidades e potenciais desempenhos.

Atualmente há já bastantes indicadores de um interesse renovado na arquitetura como instrumento político e social, identificando-se princípios de uma possível adaptação e evolução da profissão a processos de intervenção de caráter mais expansivo, nos seus interesses, nas suas influências e na sua praticabilidade. À vista disso, este exercício pretende ser uma exposição de visões críticas, analíticas e propositivas, debruçando-se num estudo sobre uma série de práticas participativas e coletivas na arquitetura essencialmente assentes em políticas de organização *bottom-up*, não pretendendo caracterizá-las como soluções universais mas estudando com elas possibilidades generalizadas de posições a tomar e caminhos a seguir. Evidencia-se também que este estudo, embora sugerindo aproximações transversais à arquitetura, está mais adaptado a uma resposta localizada para o contexto português (ou europeu) e, por isso, as possibilidades aqui exploradas orientam-se para resoluções que se tentam adequar a problemáticas e necessidades relativamente específicas.

Esta investigação vai-se desenvolvendo de forma evolutiva, onde as posições pessoais se vão transformando e aprofundando criticamente ao longo dos seus três capítulos. O primeiro capítulo, desenvolve-se como uma aproximação ao

tema em questão, que se apresenta como uma visão particular do mundo contemporâneo e do lugar que a arquitetura ocupa na sociedade, revista através de um olhar aos legados da história e sustentada por uma renovação de competências e de modalidades de definição dos interesses coletivos. Aqui, exploram-se os atuais papéis da profissão e as suas bases conceituais, processuais e práticas, reclamando-se uma aproximação a uma arquitetura mais expansiva que cria compromissos através de estratégias democráticas progressivas e inclusivas, e que se assume como um ato inscrito na política. Seguidamente, no segundo capítulo, parte-se para uma reflexão mais específica, com um carácter de ensaio crítico sustentado por experiências de contacto com a “realidade” e com as ferramentas do quotidiano. Este ensaio é uma exposição de participações pessoais em práticas espaciais coletivas na arquitetura que são aqui apresentadas como casos de estudo. Esta consiste numa aproximação descritiva e analítica, das suas metodologias, da forma como os seus processos foram encadeados e do seu resultado operativo, que se cruza com posições autocríticas na profissão. A terceira, e última, parte apresenta-se como uma reflexão final que reúne conclusões acerca dos dois capítulos anteriores. Procura sustentar-se numa compreensão mais profunda acerca das transformações sociológicas contemporâneas, desenvolvendo e especulando, desse modo, táticas de manutenção de um futuro mais consequente e eficaz na arquitetura e construindo argumentações assentes no princípio da ação operativa como forma propositiva de desafios, opções e soluções.

O argumento aqui construído é fundamentalmente e intencionalmente baseado em bibliografias recentes quase todas elaboradas na última década, que se centram em estudos alargados sobre novas abordagens da arquitetura na atualidade, essencialmente associadas a situações emergentes. Destas bibliografias destacam-se, como essenciais para este estudo, o livro de Brian Bell e Katie Wakeford, *Expanding Architecture - Design as Activism* (2008), e a publicação de Markus Miessen e Shumon Basar *Did Someone Say Participate?*

- *An Atlas of Spatial Practice* (2007), ambos registros da reunião de várias práticas espaciais e da opinião de vários autores de diversas áreas de estudo. Já fazendo a ponte entre arquitetura e sociologia, o livro *Novos Princípios do Urbanismo seguido de Novos Compromissos Urbanos* (2010) de François Ascher, é também um registro importante na compreensão do panorama evolutivo da sociedade atual aplicado às políticas do espaço.

Acima de tudo, a reflexão que aqui se apresenta não se assume como uma crítica contemporânea de arquitetura, mas sim como um estudo documentativo e propositivo cuja argumentação parte da experimentação e da experiência prática, desenvolvendo-se um pouco até em forma de manifesto de inquietações e proposições. Assim, esta é uma apresentação crítica de uma prática emergente, das suas competências e desafios, dos seus processos e das suas perspectivas na operatividade.

1 Sociedade e Arquitetura, mudança de paradigmas

um olhar específico



GROWTH
DECAY

1.1 O ESPAÇO SOCIAL E POLÍTICO DA ARQUITETURA

“There is a need to rethink citizenship in contemporary society. One democratic act is to claim both physical and political space for the public good.”³

³ AESCHBACHER, Peter; RIOS, Michael – Claiming Public Space: The Case for Proactive Democratic Design. In *Expanding architecture: Design as activism*. Metropolis Books: 2008. (p. 84).

As palavras de ordem do dia são hoje indissociáveis das incoerências políticas, sociais e económicas que se vivem em Portugal e um pouco por toda a Europa. Numa altura marcada por dificuldades muito diversas em que os valores da democracia estão constantemente a ser subvertidos e as suas convicções a ser afetadas, em que a situação social passa a caracterizar-se pela carência de meios e soluções eficientes, pelo desequilíbrio da igualdade de oportunidades e pelas incertezas em relação a um futuro indefinido, que opções nos restam para tentar lidar com a situação e encontrar potenciais virtudes num estado político de emergência, e com elas recuperar um papel ativo na resposta aos desafios sociais que enfrentamos?

As transformações complexas que vivemos, implicam uma tomada de consciência acerca uma série de mudanças estruturais, estreitamente relacionadas não só com a crise atual mas também com as transformações protagonizadas nas últimas décadas. Os desenvolvimentos desequilibrados da situação social, política ou económica foram-se instituindo na nossa sociedade através de uma globalização de evolução complicada, que se traduz hoje em dia através de conceitos como a massificação dos consumos, a concentração da riqueza, a privatização dos patrimónios públicos, a gentrificação, os movimentos migratórios, a segregação urbana ou a crise ecológica, fenómenos que acabaram por causar mudanças substanciais nas formas de vivência do tempo e do espaço. Os efeitos desta evolução, quer do seu descontrolo, quer do seu contributo para o progresso da sociedade, têm obviamente repercussões determinantes para a nossa definição social e cultural, e estão constantemente a influenciar e transformar as ferramentas

de gestão do quotidiano, manifestando-se nas práticas e hábitos do dia-a-dia, no funcionamento das plataformas coletivas de troca e interação e na própria identidade social individual e coletiva, tornando “*claras as dificuldades de instituir ações socialmente abrangentes de redesenvolvimento cultural*”.⁴

Com a “*urbanização da injustiça*” e os “*seus efeitos colaterais na fragilização da cidadania*”, o poder público de participação e *decision making* foi afetado e começou a perder a sua relevância enquanto meio de acesso à democracia, acabando por promover, em geral, um desencorajamento da iniciativa e da vontade de cooperação por parte dos cidadãos.⁵ Ser socialmente ativo é, hoje em dia, uma convicção limitada pelo difícil alcance a meios de poder cívico, individual ou coletivo, e por uma dificuldade em assumir posições pessoais de iniciativa política, condicionadas por uma definição mais individualizada da sociedade.

Para além disso, atravessamos uma fase de descontentamento geral, associada a uma “*crise de tudo*”, em que os meios de desenvolvimento são limitados, em que há uma falta de oportunidades e de aproveitamento de capacidades e um descontrolo ao nível da gestão política e social. Apesar de tudo, considera-se que esse descontentamento geral pode funcionar como uma “*arma política*”, através da qual a situação de emergência social que atravessamos pode ser um ponto de partida para novas e inúmeras reflexões. O termo crise pode também definir-se por uma capacidade proactiva de reação, alargando-se a significados como revolução e ativismo social e caracterizando-se por meio de manifestações de criatividade prontas a reagir à necessidade emergente de mudança e evolução, como proposta para encontrar soluções e transformar crítica e positivamente a sociedade. Pensa-se, então, adequado citar o famoso pensamento de Orson Welles pautado por uma controversa ironia:

“In Italy for thirty years under the Borgias they had warfare, terror, murder and bloodshed but they produced Michelangelo, Leonardo da Vinci and the

4 FORTUNA, Carlos – Culturas urbanas e espaços públicos: Sobre as cidades e a emergência de um novo paradigma sociológico. In *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Vol. 63. Coimbra: Outubro 2002.

5 FORTUNA, Carlos – Culturas urbanas e espaços públicos: Sobre as cidades e a emergência de um novo paradigma sociológico. In *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Vol. 63. Coimbra: Outubro 2002.

⁶ WELLES, Orson;
[http://en.wikiquote.org/
wiki/Orson_Welles](http://en.wikiquote.org/wiki/Orson_Welles)

Renaissance. In Switzerland, they had brotherly love; they had five hundred years of democracy and peace and what did that produce? The cuckoo clock.”⁶

As reações associadas a situações de dificuldade, e a necessidades de adaptação a um novo contexto, têm como ponto positivo a capacidade de desenvolver potencialidades subversivas e ultrapassar barreiras criativas. Para isso, é urgente e necessária uma compreensão e análise atenta das problemáticas sociais atuais, trazendo com ela a consciência das potenciais oportunidades de uma altura propícia à criação de novas disposições e movimentações como resposta às dificuldades generalizadas. A reforma ideológica que se advoga, é a base para fazer espoletar uma mudança consciente, onde a iniciativa e a integração democrática são palavras de ordem potenciando a crítica e simultaneamente a criatividade. A arquitetura como disciplina de importante relevância política e social deve, assim, oferecer soluções para um desenvolvimento consequente ao adaptar-se às novas premissas da atualidade, aumentando a sua capacidade de resposta e procurando atingir abordagens mais sustentadas e adequadas.

“De facto persiste uma relutância em aceitar as estratégias ao alcance do arquiteto para intervir na sociedade. Num mundo em crise e mudança, pressentimos que a arquitetura pode atuar politicamente de múltiplas formas, o que não tem de implicar uma renúncia ao poder transformador da obra construída. É, na verdade, a incompreensão dessa multi-valência disciplinar que leva às lógicas do antagonismo e conforto, julgadas necessárias para justificar e legitimar uma determinada posição disciplinar.”⁷

⁷ BAPTISTA, Luis
Santiago – Architecture [in]
]out[politics: Proposições
disciplinares entre o
delirante e o nostálgico. In
arq/a, *Arquitectura e Arte:
Experiências Participativas*,
Vol. 90/91. Lisboa: Mar/Abr
2011. (p. 21)

Em prol de uma mudança social construtiva pode dizer-se que é necessária uma nova conceção de como a arquitetura pode contribuir para a democracia, que implica também uma reestruturação política e ideológica da relação entre a sociedade e o cidadão, onde os arquitetos podem assumir competências significantes enquanto promotores e intermediários dessa relação.

“La arquitectura tiene una estrecha relación con la vida humana; por tanto, tiene mucho que ver con el poder político y económico, con la voluntad colectiva de lo social y de lo común, de lo público e de la permanencia en lo futuro. Son unas relaciones que, por obvias, e incluso por redundantes, no son fáciles de tratar y actualizar de manera sistemática y crítica.” ⁸

⁸ MONTANER, Josep Maria; MUXÍ, Zaida – *Arquitectura y Política: Ensayos para Mundos Alternativos*. Editorial Gustavo Gili, Barcelona: 2011.

Pondo em questão as formas generalizadas como o papel da arquitetura tem vindo a ser orientado ao longo das últimas décadas, julga-se que a evolução dos seus ideais associada ao desenvolvimento técnico trazido pela era da inovação, não se manifestou da forma mais efetiva, nem a sua atuação foi devidamente ajustada às necessidades particulares da sociedade. Assim, considera-se, esta, uma das grandes lacunas da disciplina da arquitetura nas últimas décadas, essencialmente definida pelo protagonismo da procura da exaltação de uma vanguarda tecnológica em detrimento da exploração crítica de uma vanguarda ideológica.

Os ideais do movimento moderno possuíam na sua base teórica um claro sentido de compromisso político e social, desencadeados também por uma época de mudança e revolução, onde a arquitetura se definia por movimentos universais que pretendiam manifestar através de uma organização racional e acessível do espaço os direitos de igualdade e liberdade de cada um. Por outro lado, as soluções que propunham acabavam por se afastar de uma ideia real de quotidiano e de liberdade individual, sendo a sua maior utopia a ideia absoluta de transversalidade das suas “rígidas” metodologias de conceção do espaço. Não foram essencialmente as ideias base do modernismo que condicionaram o seu sucesso, mas principalmente as formas em geral como o movimento foi institucionalizado, guiado por forças de poder e capitalismo, que acabaram por contradizer os seus próprios princípios de uma arquitetura igualitária. Apesar disso, com o final do movimento modernista, pode considerar-se que a corrente principal da arquitetura perdeu, em grande parte, a sua componente ideológica política e social. Com o pós-modernismo o espaço para a crítica

acabou por quase desaparecer dando lugar à procura de um “novo progresso construtivo”, iniciando-se aqui uma nova utopia, neste caso estética e formal. Passou a valorizar-se a diferença e a exceção como representantes da política do capitalismo, integrados numa dimensão praticamente inacessível para a sociedade em geral. Os legados de ambos os movimentos continuam ainda muito presentes na contemporaneidade e muito facilmente se confundem com uma definição genérica de arquitetura, mas os seus ideais são agora, e cada vez mais, confrontados com a necessidade emergente de recuperação de uma consciência política e social e de um ajuste aos novos paradigmas da atualidade.

Para o cidadão comum, a definição de “Arquitetura” é geralmente remetida para um conceito urbano codificado associado a um serviço de acesso limitado ou até de caráter luxuoso, dada a sua capacidade de resposta estar mais direcionada para uma classe de *elite* ou destinada à construção de grandes obras públicas, sendo a própria ideia do profissional arquiteto reconhecida por uma associação ao chamado conceito de “arquiteto estrela”.

Em geral, considera-se que a arquitetura se tem aliado a uma incessante procura pelo crescimento e urbanização, conjugada com o poder de intervenção dos profissionais ao tentarem implementar um *“sistema de significação ou intencionalidade ao espaço... à margem da participação pública e democrática”*, sendo estes processos de transformação distantes de princípios ideológicos que valorizem uma arquitetura democrática ou socialmente atenta e desadequados a um desenvolvimento sociológico consequente.⁹ Assim, a arquitetura está comumente mais preparada para dar respostas customizadas a um espectro de clientes bastante limitado, sendo efetivamente um serviço que não está ao alcance de todos e cujas valências e capacidades não são entendidas e exploradas por todos, dada a codificação dos “conceitos” a que geralmente se associa.

⁹ FORTUNA, Carlos – Culturas urbanas e espaços públicos: Sobre as cidades e a emergência de um novo paradigma sociológico. In *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Vol. 63. Coimbra: Outubro 2002.

Mas, mais do que isso, é importante compreender que o futuro não reside na urbanização ou construção de mais edifícios, aliás construiu-se de mais em relação às nossas necessidades e capacidades, e por isso é necessário reformular os parâmetros de intervenção da arquitetura. A crise atual não só obriga a isso pela sua incapacidade de suportar novas construções, mas também e essencialmente, pela sua dimensão social crítica e criativa enquanto processo de revolução e reclamação de uma mudança democrática.

*"...architects are flailing about. This doesn't mean that job losses in the profession haven't been massive, but the profession has done little to rethink how it operates. There's little question that we won't see another building boom the size of the one we just witnessed again in our lifetime (nor do I wish it: there's only so much economic destabilization we can take!). The downsizing is going to be permanent."*¹⁰

¹⁰ VARNELIS, Kasyis – *On Mad Man*
(http://varnelis.net/blog/on_mad_men)

Num olhar atento ao território urbano, e às suas diversidades e dicotomias, facilmente se identifica uma necessidade de intervenção e reestruturação, num território a caminhar para uma situação de precariedade e ruína. Isto, não só comprova que apesar de todas as dificuldades há ainda muito trabalho para os arquitetos em Portugal, mas também que a gestão da profissão, em geral, não tem vindo a ser direcionada para a resolução atenta destas questões, considerando que, hoje em dia, isso implica também atravessar uma série de obstáculos condicionados pela escassez de meios físicos e económicos. Através de uma compreensão mais próxima de como os espaços são geridos e utilizados e de como se podem aplicar políticas de sustentabilidade no território, facilmente se entende que o que precisamos neste momento são intervenções concretas de cariz estrutural, e muitas vezes político e social. A arquitetura necessita então de encontrar abordagens focadas de forma a instituir metodologias de reestruturação do território que tenham o poder de salvaguardar o futuro do nosso "património físico e social".

Por outro lado, também se compreende que a pluralidade cultural, histórica, política ou socioeconómica experienciada às escalas física e antropológica e através da materialidade do território, não se construiu pela racionalização de conceitos construtivos ou organizacionais, mas justificou-se pela necessidade de busca de novas funcionalidades e significados conjugada com as noções de apropriação e propriedade projetadas a uma escala individual e coletiva. Por isso, a arquitetura e a construção do espaço não vivem só da profissão, mas de uma pluralização de sistemas de estruturação do território, definidos por uma construção informal de estratificações espaciais de funções, ações, significados e identidades. A necessidade de adaptação, busca de novas funcionalidades ou até meios de sobrevivência, espelha experiências de construção informais, que apesar de serem processos bastante legítimos nas suas premissas e resultados e até transversais a uma definição efetiva de arquitetura, podem levar, em alguns casos, a situações de precaridade, seja ela relativa a condições de salubridade, situações de ilegalidade, ou parâmetros mínimos de conforto e segurança.

“...there is no money and there is no vision anymore about the big beautiful, progressive future. People try to consolidate their territories by themselves... today it is the layering of old and new in the city that determines its particular qualities, even beauty.” ¹¹

¹¹ POTRC, Marjetica –
Exhibition at ENTRY2006:
Perspectives and Visions in
Design. Talking Cities – The
Micropolitics of Urban Space.
Essen: Birkhäuser, 2006

Estas políticas informais de estruturação do território revelam-se como micro-ações de elevado interesse que se podem associar a práticas arquitetónicas específicas no sentido de se tornarem mais eficazes, incisivas e abrangentes. Vendo a arquitetura como um instrumento político é necessário aqui encontrar um novo lugar para ela na sociedade, lugar esse que, em parte, se desvincula do ocupado até agora. O espaço político da arquitetura encontra-se então no compromisso entre arquitetos e população buscando aqui uma “nova profissão” que culmina na conjugação das duas forças.

Para que estes compromissos se possam tornar efetivos, considera-se necessário ter em conta dois conceitos principais na reforma da profissão. Em primeiro lugar repensar e criar condições para pôr em prática o conceito de **arquitetura como um serviço público**, como tarefa coletiva que contorna as lógicas do mercado, fazendo parte do quotidiano das comunidades e apresentando-se tão acessível como os serviços básicos comuns, o médico, o dentista, ou o advogado, podendo até associar-se a uma ideia de *pro bono publico*. Em segundo lugar, e associado ao primeiro, o arquiteto deve assumir o papel profissional de **arquiteto-cidadão**, como membro ativo integrante de uma comunidade ou sociedade, que contribui através de uma visão crítica interior participada, e não da habitual visão hierárquica alienante de profissional especializado. As ações públicas e políticas da disciplina, num ato coletivo de reclamar a democracia e a cidadania, tornam-se muito mais consequentes se como “profissionais-cidadãos” assumirmos a consciência e a vontade de fazer parte de uma ideologia coletiva contribuindo para ela através de um serviço público, oferecendo pensamento crítico intelectual e experiência prática.

*“To make design more relevant is to consider what “design” issues are. Rejecting the limits we have defined for ourselves, we should instead assume that design can play a significant role in seeking answers to many different kinds of challenges. We have limited our potential by seeing most major human concerns as unrelated to our work.”*¹²

Considerando que a materialidade e o uso dos espaços físicos são a forma mais autêntica de refletir os valores de uma comunidade ou sociedade e resultam como o mais representativo veículo de comunicação e partilha de visões, entende-se aqui que a arquitetura deve, através deles, ter a responsabilidade de trabalhar como uma ferramenta crítica ao dar forma física a um compromisso social.

¹² BELL, Brian – Expanding Design Toward Greater Relevance. In *Expanding architecture: Design as activism*. Metropolis Books: 2008. (p. 15)



1.2 ARQUITETURA EXPANSIVA

os princípios de uma mudança emergente

*“What is needed is an architecture of change – an architecture that moves the field beyond the design of buildings and toward the design of new processes of engagement with the political forces that shape theories, practices, academies, policies, and communities.”*¹³

¹³ GÁMEZ, José S.; ROGERS, Susan – An Architecture of Change. In *Expanding architecture: Design as activism*. Metropolis Books: 2008. (p. 19)

As transformações sociológicas que vivemos comprovam e revelam fundamental a crescente necessidade de orientar os campos de ação da arquitetura, aproximando-a de práticas de interesse público que se proponham a ser ferramentas sociais de resposta abrangente, capazes de atuar para além dos limites de ação da disciplina. Por isso, a arquitetura associa-se a uma necessidade crescente de vir a ocupar um lugar “universal”, tornando-se numa profissão mais presente, acessível e capaz de oferecer uma maior capacidade de resposta, que o sistema atual não está neste momento preparado para dar.

Os conhecimentos e aptidões da profissão podem ser usados como contribuição efetiva para a sociedade, apoiados na convicção de que a arquitetura pode ser um serviço transversal e interdisciplinar, com capacidade de se flexibilizar e expandir atuando conjuntamente com outros campos de estudo e com as comunidades e a população em particular. Buscando a inspiração para o termo, no livro de Brian Bell e Katie Wakeford, *Expanding Architecture: Design as Activism*, reclama-se a proclamação de uma **arquitetura expansiva**, como uma ideologia ativista que trabalha os **limites** da sua abrangência e que aplica o seu “conhecimento” aos dispositivos do quotidiano através de uma abordagem sustentada.

¹⁴ BELL, Bryan; WAKEFORD Katie – *Expanding architecture: Design as activism*. Metropolis Books: 2008. (p. 7)

*“By expanding the population we serve and services we offer, designers can play a significant role in addressing the most critical issues we face in the world today.”*¹⁴

Expandir a arquitetura significa estender os limites da sua definição e os seus campos de atuação, para que as suas capacidades enquanto disciplina possam tornar num potencial meio de transformação social. O entendimento e a valorização destes princípios é um passo estruturante no caminho para a prática de uma arquitetura que não se restringe a utilizar ferramentas genéricas, mas que se revela interessada em quebrar as fronteiras do convencional e partir para intervenções que por si só, enquanto processo de criação e construção, revelam um pensamento crítico partilhado capaz de manifestar e ativar novos processos de democratização e pensamento crítico social. As potenciais práticas expansivas apelam a um novo serviço na profissão que deve atuar de forma consciente não entrando na utopia de inviabilizar o modernismo ou os conceitos mais convencionais da arquitetura pós-moderna, mas sim fazendo-lhes um *upgrade* em termos de consciências e significados de atuação e limites físicos e teóricos de intervenção.

Para conseguir sustentar uma arquitetura expansiva possível, é necessário formular as suas teorias e práticas de forma fundamentada. As mudanças a operar passam por uma reestruturação incisiva que se reflete aos níveis político, económico, académico, social e cultural que deve ser operada de forma particular e simultaneamente alcançar uma reforma conjunta num compromisso unificante. Assim, considera-se que a implantação de princípios transformadores na arquitetura, passa pela compreensão de três momentos essenciais no processo de transformação da profissão.

O primeiro momento é o da **reformulação da educação na arquitetura**.

“The academy plays a particularly important role as a filter for ideas and practices, and architectural education is no exception. Furthermore, education does not exist outside the practices and theories that form the background against which actions, ideas and knowledge are produced. Therefore, in the task of transforming the architectural profession into a socially and politically

relevant field, the academy must be considered a front-line combatant, strategizing the attack in collusion with the people on the ground who at this moment are leading the insurrection.”¹⁵

¹⁵ GÁMEZ, José S.; ROGERS, Susan – An Architecture of Change. In *Expanding architecture: Design as activism*. Metropolis Books: 2008. (p. 23)

A reforma da educação deve assumir-se como um importantíssimo passo para a reestruturação da arquitetura. As bases académicas, juntamente com a experiência pessoal, são o fundamento da nossa opinião crítica, e são também por isso o espaço de fundo teórico das nossas ações enquanto arquitetos.

Os processos de aprendizagem em geral, estão ainda muito direcionados para um trabalho sobre conceitos e contextos imaginários que acaba por criar uma definição ilusória da arquitetura e dos desafios a que ela se deveria propor a responder. Também os objetivos a alcançar acabam por se confundir com a necessidade da constante busca pela inovação, pela diferença e pela singularidade, incentivando e cultivando um esquecimento do papel cultural, social e político da arquitetura. A **“prática” (de uma arquitetura real)** torna-se assim num conceito quase inexistente na nossa educação, pois continua ainda a cultivar-se uma desmesurada importância da realização conceptual.

“The traditional distinction between “research” executed in the academy, and “practice” done in the real world is one of those binaries that should be pulverized into dust.”¹⁶

¹⁶ BASAR, Shumon; MIESSEN, Markus – Did we mean Participate or did we mean something else?. In *Did Someone say Participate?: An Atlas of Spatial Practice*. The MIT Press, Massachusetts: 2006. (p. 26)

Este discurso não inviabiliza a exploração da crítica e da utopia através dos ensinamentos académicos, pois crê-se que esses são caminhos de ação que dão origem a manifestações ideológicas bastante pertinentes e até necessárias para desenvolver opiniões e formas de pensamento que se prolonguem para a prática. Defende-se por outro lado a sua combinação com uma prática espacial real e com atores reais, no sentido de desenvolver formas sustentadas de aprendizagem que desdobrem o conceito individualista do arquiteto e do projeto arquitetónico, desenvolvendo estratégias de inclusão que valorizem uma

aproximação às populações.

*“...the great majority of this public does not know what design is, or why they might want it, or how it could help them. It is our job to explain this, to define and communicate the value of architecture. If we do, we will all have enough work for many lifetimes.”*¹⁷

¹⁷ BELL, Brian – Expanding Design Toward Greater Relevance. In *Expanding architecture: Design as activism*. Metropolis Books: 2008. (p. 15)

Essa aproximação à população, aborda também outros processos de educação diretamente relacionados com o público ou o potencial usuário, facilitando (para eles) uma maior e melhor compreensão dos possíveis valores da arquitetura, estabelecendo processos de comunicação e troca de conhecimento e difundindo metodologias de ação eficazes.

Estas ideias decorrem na aplicação do segundo princípio, o da **cooperação através de programas coletivos de participação**.

*“Nesta sociedade atômica de curto prazo, o papel dos habitantes torna-se ainda mais vital para reafirmar o seu conhecimento tático do habitar e do lugar e para que avance para formas mais directas de democracia, que escapem ou desativem as forças do mercado. Desta forma a participação é pessoal e política, uma exigência de re-humanização do espaço.”*¹⁸

¹⁸ MILES, Malcolm – Experiências Participativas: Perspetivas Críticas. In *arq/a, Arquitectura e Arte: Experiências Participativas*, Vol. 90/91. Lisboa: Mar/Abr 2011. (p. 33)

*“A legitimidade trazida pela negociação de uma decisão pública e a sua eficácia são tanto maiores quanto mais ela for elaborada mediante um processo que tenha reunido os protagonistas à volta de um desafio comum.”*¹⁹ Por isso, reconhece-se como necessária uma renovação das modalidades de decisão pública, em que a relação de dualidade de interesses entre os desejos do indivíduo e as necessidades do coletivo será sempre sujeita a uma negociação. O sentido crítico comum, sustentado em conceitos como liberdade de escolha e participação, permitirá desenvolver possibilidades mais alargadas que, mesmo que divergentes, vão permitir catalisar em si processos de organização

¹⁹ ASCHER, François – *Novos Princípios do Urbanismo seguido de Novos Compromissos Urbanos*. Livros Horizonte, Lisboa: 2010 (p. 74)

interativa.

O reconhecimento e identificação das responsabilidades individuais e coletivas de uma sociedade devem ser entendidos como instrumento de definição de objetivos comuns, de forma a conseguir criar modelos positivos de identidade e comunidade transversais às diferenças conjuntas, e por isso a participação é importante na arquitetura, pois através dela podem ser manifestados desejos, opiniões e vontades coletivas de forma não só criativa mas também crítica, dando com ela lugar ao debate reflexivo. A arquitetura pode apresentar-se, então, como método intermediário que “*transpõe, re-imagina e re-aproxima*” o sentido do ato de “habitar” o tempo e o espaço através da valorização de uma ação coletiva, participada e democrática.²⁰ Estes processos possibilitam-se através da aplicação de uma modalidade transversal na importância do papel dos atores, que desvaloriza, neste caso, a distinção entre arquiteto e cliente no que diz respeito à relevância do papel a desempenhar. Contribui-se, deste modo, através de uma interação direta em que se representam decisões críticas aplicadas às práticas espaciais, para a possível criação de novos campos de conhecimento, novas especializações e novos discursos e opiniões.

²⁰ FORTUNA, Carlos – Culturas urbanas e espaços públicos: Sobre as cidades e a emergência de um novo paradigma sociológico. In *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Vol. 63. Coimbra: Outubro 2002.

“Re-evaluation of architecture beyond the traditional definitions of built substance into the possibility of an architecture of knowledge that is being built up, importantly, by architects eschewing conventional practice and non-architects participating in space: thus becoming what is termed here spatial practitioners.”²¹

²¹ GÁMEZ, José S.; ROGERS, Susan – An Architecture of Change. In *Expanding architecture: Design as activism*. Metropolis Books: 2008. (p. 23)

Através da produção de sinergias manifestadas mais tarde na prática, estes processos permitem, de determinado modo, uma “emancipação política” proporcionada por um reconhecimento mais presente e uma consciência mais ativa sobre os valores, direitos e deveres de cada um. Para além disso, a necessidade do envolvimento dos indivíduos em decisões coletivas é ainda mais importante com a gradual redução da contribuição do Estado, numa altura em que a verdadeira participação está a tornar-se cada vez mais rara, e

ao mesmo tempo, cada vez mais necessária. Por isso os projetos arquitetónicos devem tentar negociar a retoma de um envolvimento público conflitual ativo.

Estes desenvolvimentos levam-nos agora ao terceiro momento, o da **aplicação de políticas locais através da arquitetura**.

“The organizational counterpart to this epistemological commitment is a structure for radical practice that consists of a large number of autonomous (or quasi-autonomous) centres of decision and action whose coordination remains loose and informal. Such a structure encourages a better fit with local environments, a great deal of local experimentation, a maximum of social mobilization, a self-reliant practice, and a non-dogmatic view of the problem. It is the very opposite of planning by the state, with its single-track vision, its remoteness from people’s everyday concerns, its tendency to gloss over differences in local conditions, and its hierarchical ladders.”²²

22 FRIEDMAN, John – *Planning in the Public Domain*. Princeton University Press, Princeton: 1987 (pp. 395)

À medida que o envolvimento do Estado na formulação dos espaços quotidianos diminui, o planeamento convencional deixa de ser viável, tal como tem vindo a acontecer nos últimos tempos. Isto leva à reorganização de novos processos de planeamento onde a identidade de pequenos grupos ou micro-sociedades é encarada como elemento fundamental de estruturação social. Estes processos são normalmente motivados por iniciativas informais, de carácter comunitário, associativo ou outros, que aplicam políticas de sustentabilidade local.

Ao ter em conta as suas formas de atuação, que devem ser revistas por um olhar atento, é necessário compreender os “sentidos” destas organizações informais, que são normalmente assentes em metodologias de transformação do quotidiano que partem da escala do particular, e que transversalmente se podem aplicar a uma dimensão abrangente. Estes processos podem ser considerados como **micro-políticas** de gestão social que se baseiam numa ideia organizacional **bottom-up**, nascendo a partir dos lugares e dos

utilizadores em questão. A aplicação ou associação da arquitetura a estas metodologias apela à criação de campos de ação que são tendencialmente mais consequentes e eficientes nas suas experiências e intervenções.

“These practices surfaced as often small-scale interventions that are engaged with micro-political activities with an effect across scales – altering existing conditions at the same time as utilizing the relationship between politics and space. Rather than understanding the profession purely as an engagement with formal design, such practice attempts to encourage counterbalance to the theories of loss, which had dominated urban discourse.”²³

²³ MIESSEN, Markus – Spatial practices in the Margin of Opportunity. In Did Someone say Participate?: An Atlas of Spatial Practice. The MIT Press, Massachusetts: 2006. (p. 275)

A capacidade interfuncional da arquitetura é vista como uma oportunidade para a sua associação a novos processos, disciplinas, comunidades ou grupos sociais, fortalecendo a sua base teórica e analítica e assentando numa ideia de partilha de conhecimento como meio eficaz na efetivação de um ato participado e democrático.



1.3 AS PRÁTICAS COLETIVAS DE ARQUITETURA “velhas” e “novas” experiências no *design* participativo

Os processos de reforma e as ideologias associadas ao conceito que aqui se define como arquitetura expansiva têm vindo a manifestar-se na nossa sociedade ao longo dos tempos, tendo até influenciado os próprios parâmetros de evolução da arquitetura. A sua presença na atualidade tem por isso, como base teórica e prática, “*conexões históricas bem precisas*”, normalmente associadas a momentos resultantes de transformações sociais, revoluções políticas ou mesmo de reações aos ideais do Modernismo.²⁴ Conceitos como arquitetura de serviço público, sustentabilidade local, participação, ativismo artístico, autoconstrução, arquitetura flexível ou apropriação urbana, foram-nos deixados pelo tempo e pela história. Estes podem remeter-nos, por exemplo, para os legados do movimento *Arts and Crafts* e da escola da *Bauhaus* como percursos de uma vertente progressista da arquitetura assentes no valor do processo produtivo e do trabalho criativo democrático como desejo de transformação, ou para vários movimentos, projetos ou manifestos iniciados nos anos 60, tais como o Situacionismo baseado no grito do “*Direito à Cidade*” de Lefevre, o “urbanismo humanizado” de Giancarlo de Carlo apostando numa postura objetiva e participativa perante a realidade, a arquitetura flexível de Cedric Price ou a interatividade espacial de Yona Friedeman desafiando as noções de tempo e espaço através da interação do usuário, os manifestos dos Archigram reclamando uma visão de um “espaço” social futurista em constante metamorfose, ou os *playgrounds* de Aldo van Eyck como processos de reocupação do espaço público.

²⁴ BAPTISTA, Luis Santiago
– Experiências Participativas:
Práticas arquitetônicas
interventivas perante a
uniformização profissional.
In *arq/a, Arquitectura e Arte:
Experiências Participativas*,
Vol. 90/91. Lisboa: Mar/Abr
2011. (p. 6-7)

Outras referências projetuais podem ser aqui faladas, tais como as políticas de arquitetura participativa e local aplicadas em diversos países da América do Sul, como processos de integração e desenvolvimento social bastante decisivos na formação do território e da sociedade, ou os programas europeus de arquitetura de interesse social que foram sendo desenvolvidos em diversas

fases ao longo do século XX e que resultaram muitos deles em experiências incontornáveis da arquitetura. É sem dúvida alguma inevitável destacar, no âmbito deste estudo, o projeto SAAL não só por se ter desenvolvido no contexto português, mas também por representar uma ideologia progressista no campo da “arquitetura social”. A proposta que surgiu num contexto pós revolucionário é uma referência inequívoca como processo de participação, democratização e promoção da igualdade social cujas ideologias ou ensinamentos, que no momento só conseguiram ser institucionalizados temporariamente, devem ser na atualidade vistas como um dos pontos de partida para uma “globalização” do acesso à arquitetura. Foi um projeto assente numa ideia de cooperação, neste caso entre instituições públicas, a “brigada” de arquitetos e as associações de moradores locais, obedecendo a um princípio de melhoria das condições de vida das populações e do desenvolvimento dos seus contextos urbanos que, contrariamente a soluções mais convencionais de construção de bairros sociais suburbanos, apelava a uma não marginalização de situações sociais mais instáveis.

Mais recentemente começaram a reconhecer-se tendências e redeseñovimentos revolucionários de redireccionamento da profissão influenciados, direta ou indiretamente pelos legados históricos da arquitetura, principalmente derivados da necessidade de reformular os seus padrões de atuação e transportar práticas coletivas e participativas, ainda consideradas de carácter marginal, para uma posição *mainstream*. Estas práticas são ainda encaradas como processos subversivos, paralelos ou alternativos a práticas mais institucionalizadas, e o que se tenta reclamar aqui é a eliminação do erro do rótulo de “exceção” e a busca de uma responsabilidade coletiva de mudança.

Hoje em dia, pode até dizer-se que anda no ar uma visão refrescante da arquitetura, mais amadurecida, que resultou numa série de práticas emergentes que têm neste momento um papel essencial no discurso prático da arquitetura

e na discussão sobre o futuro da profissão. Identificam-se normalmente como movimentos artísticos, práticas ativistas, intervenções interativas, processos alternativos de apropriação ou até propostas de âmbito social ou associativo, e o seu crescente aparecimento começa a influenciar pouco a pouco a relação dos indivíduos com o espaço e a sociedade (influenciando simultaneamente a visão dos arquitetos). Reconhece-se nos últimos anos um elevado interesse no que diz respeito a intervenções públicas ou coletivas que estão hoje a transformar o “espaço social” através de uma série de manifestações, sejam elas mais literais ou subjetivas. Estão a desenvolver-se ferramentas para protagonizar ações que se auto propõem a abrir espaço para a experimentação, exposição e debate de ideias inseridas em iniciativas “alternativas” de integração e desenvolvimento social e urbano. Estas ações passam muito pela tentativa de criar situações de interatividade no espaço para expressão livre onde se encontra ou revê uma diferente relação com a arquitetura, sempre associada a uma ideia de contemporaneidade socialmente atenta e consciente. O espaço público é encarado, nestes processos, como uma plataforma dialógica de ideias onde conceitos inovadores se cruzam com a ativação de espaços urbanos e a criação de novas ações coletivas associadas a eles. A noção do valor do individual e da sua capacidade de influência na realidade e poder de decisão passa a ter um papel mais representativo, cruzando-se com conceitos de adaptação do próprio funcionamento ou materialidade das obras à vontade dos seus usuários. A crescente aplicação destes processos prova também os sucessos que têm causado e a sua eficiência em atingir resultados que influenciam desenvolvimentos sociais e culturais a vários níveis.

Em Portugal a sua presença não é ainda suficientemente recorrente ou notória, reconhecendo-se em situações mais pontuais e associando-se por vezes a práticas que não se podem apelar de completamente participativas ou a intervenções de arquitetura de cariz mais artístico, diga-se expositivo ou representativo. Por outro lado, crê-se que esta é uma altura que oferece condições propícias à adoção de intervenções inseridas nestes campos de

ação, pela essencialidade da procura de novas soluções, mais eficazes, e pela compreensão da necessidade de reunir esforços conjuntos. No entanto podemos destacar alguns exemplos portugueses da atualidade de intervenções com alto valor participativo e social, entre as quais o trabalho de Filipe Balestra e do *atelier Urban Nouveau* particularmente nos projetos participativos de legalização e recuperação da aldeia piscatória da Cova do Vapor, as iniciativas do *Ateliernob* com o lema “*working with the 99%*”, ou as práticas performativas e interventivas do coletivo *MOOV*.

2 Ensaaios Participativos

um diário crítico de experiências
da participação na arquitetura

2.1 ENSAIOS PARTICIPATIVOS a Prática como Investigação

O tema de uma arquitetura de caráter participativo e de intervenção social não é novo, e são já muitas as publicações e artigos que lançam a discussão sobre a sua presença emergente na atualidade. A análise que se segue pretende ser vista como uma documentação crítica de alguns desses processos desenvolvida, neste caso, como um relato de experiências na primeira pessoa. Essa documentação surge sob a forma de apresentação e avaliação dos resultados de três projetos que tiveram como premissas conceitos associados à prática de uma arquitetura expansiva, descritos sob a perspectiva de participante e membro ativo integrante nas suas dinâmicas.

Os projetos a serem apresentados abordam a questão da ação e concepção diretamente relacionada com a prática espacial, confirmando a expressão ***learning by making***. O projeto passa do posto de exercício artístico para uma posição de influência direta na realidade e, sobretudo, de trabalho com as ferramentas do real e do quotidiano. A prática é aqui um instrumento de verificação da capacidade da teoria de ser posta à prova, efetivando-a através da criação. O trabalho com a realidade funciona ao nível da relação direta com as coisas onde os sentidos, a intuição ou a sensibilidade operam de forma tangível ultrapassando, assim, os limites da teoria.

“Being exceptionally sensitive to reality is a practical ability, operating within the spheres of the senses, the mind, the body, the emotions, and interpersonal relations in a way characteristic of the field of art. Other fields, like education and politics, also work within those spheres, but use the tools of social influence in different ways.”²⁵

²⁵ STOKFISZEWSKI,
Igor – Political points in Art.
In *Forget Fear*. KW Institute
for Contemporary Art, Berlin:
2012. (p. 379)

À semelhança do processo de execução dos projetos, esta investigação efetiva-se pelo contacto com a realidade. As teorias que aqui se aplicam nascem da

prática, ao invés de antecederam a prática. A sua descrição e avaliação são por isso associadas a um teor prático-investigativo, que pretende acima de tudo estar vinculado à **realidade** de uma forma crítica. Esta é, por isso, uma visão particular dos projetos e daqueles que foram os seus pontos fortes e fracos. Ao rever estes processos através de uma perspetiva crítica e participativa (de profissional de arquitetura e participante), vai estar sempre implícita uma aproximação pessoal à investigação, que se representa aqui pela visão de ator dentro de um processo conjunto, revendo a importância do papel do individual dentro do coletivo. Por esse motivo, a noção de arquiteto-cidadão está aqui muito presente, por ter sido dessa forma que o meu papel dentro destas intervenções foi desempenhado.

Entende-se que é acertado, por uma perspetiva pessoal, ver estas experiências pelo seu caráter de **ensaios**, valorizando a sua importância como representação da capacidade da “prática da realidade” como método de aprendizagem, aprendizagem essa que se baseia numa troca de experiências e conhecimento representativa de uma vontade e iniciativa de fazer e aprender em conjunto. Estes ensaios são, assim, a representação real e física de uma aprendizagem como forma de fornecer potenciais ferramentas para o desenvolvimento de futuras ideias, mais eficientes e fundamentadas. Desta forma, estes processos permitem-me, de uma maneira mais efetiva, desenvolver conclusões no campo da participação que facilitem a formação de possíveis metodologias de ação mais concretas e adequadas.

Estes ensaios vão estar, assim, divididos em três casos de estudo relativos a projetos desenvolvidos no último ano (2012). É importante referir que houve a participação num quarto projeto relacionado com os mesmos princípios de práticas e perspetivas na arquitetura, neste caso desenvolvido com o coletivo *RAUMLABOR* em Berlim. Embora esta tenha sido uma experiência muito intensiva que certamente contribui para a análise e conclusões aqui retratadas, ela não é aprofundada como caso de estudo, não só por se ter

desenvolvido fora do contexto português, mas também por a escala do projeto ser significativamente maior do que a dos aqui apresentados e por a distância não ter permitido, da minha parte, um acompanhamento continuado de todos os seus processos. Deste modo, os casos de estudo apresentados aconteceram todos no contexto português, mais propriamente na cidade de Guimarães e, por coincidência ou não, nasceram todos a partir de colaborações com a “Capital Europeia da Cultura 2012”. Uma curiosidade a apontar é que de uma forma ou de outra, eles acabam por estar todos ligados ao passado histórico referente a muitas das Indústrias da zona de Guimarães agora inativas ou aos seus edifícios abandonados, valorizando a representação de uma memória social que ainda define em muito o que é hoje a cidade de Guimarães. Estes ensaios são aqui apresentados seguindo uma ordem cronológica, pois essa própria ordem tem influência na forma como as suas ideias e as conclusões que aqui se retiram se foram desenvolvendo ao longo do tempo.



“Construir Junto” – Conceção e construção como metodologia coletiva

“The myth of the Tower of Babel tells the story of a people that, finding themselves on a flat land, decided to build a tower of bricks that should reach the sky. The constructors spoke a common language and lived in harmony, but God was looking forward to colonizing the rest of the world, so he decided to separate them by confusing languages. Construir Junto debunks the myth of Babel: the EXYZT team and students who take part in the project are from various origins, abilities, ages, but the language of construction overcomes the differences to achieve common goals.”²⁶

²⁶ Construir Junto.
Laboratório de Curadoria/
Exyzt, Guimarães, Fev 2012.

A primeira experiência participativa em estudo, desenvolveu-se no início do ano “Guimarães, Capital Europeia da Cultura 2012” com o coletivo francês EXYZT. A proposta fez parte da programação do Laboratório de Curadoria e teve lugar na Fábrica ASA, um dos muitos complexos industriais inativos da zona de Guimarães, facto que trouxe ao projeto uma responsabilidade acrescida por estar em causa testar uma possibilidade de reaproveitamento destes complexos e de devolvê-los à cidade, tendo em consideração a sua história industrial e arquitetónica e explorando o seu potencial como motor de desenvolvimento económico e social.

O espaço da fábrica, que se encontrava quase totalmente abandonado, propunha-se a acolher uma programação que passava, não só por explorar um carácter mais expositivo ou passivo da cultura e da arte, mas principalmente por ativar reflexões críticas e discursivas sobre os seus processos enquanto prática e pensamento. O grande átrio de entrada era o local central que iria acolher e concentrar em si parte do programa, pretendendo funcionar como uma praça pública e plataforma de interação onde se iriam desenvolver atividades assentes num processo coletivo de partilha, reflexão, crítica e construção. É precisamente nesta ala central que o processo de transformação e reativação do espaço se inicia. Tudo começou em formato de *workshop*, com o nome

“Construir Junto”, onde se reuniram e cruzaram conceitos de produção, aprendizagem e troca com uma cooperação entre intervenientes de várias áreas disciplinares, desde profissionais, estudantes, voluntários, visitantes e população local.

A proposta consistia na construção de uma estrutura informal: um auditório que, metaforicamente baseado no mito da “Torre de Babel”, pretendia de forma livre ser apropriado e assumir-se como o centro ou ponto de encontro desta praça pública. Um dos aspetos mais interessantes e entusiasmantes de todo o desenvolvimento do projeto foi, sem dúvida, o facto de ele estar a funcionar mesmo antes de ser oficialmente alguma coisa, pois esta grande sala de receção estava aberta ao público desde o primeiro momento da sua construção. Com a chegada das primeiras placas de madeira criava-se o compromisso de durante um mês desenvolver uma relação estreita entre construção e conceção simultâneas, onde o local do projeto era entendido como um estaleiro vivo aberto á participação. Todo este estaleiro significava muito mais do que a simples construção de um auditório; significava também viver o espaço e tirar partido dele de formas por vezes menos convencionais, o que exigia também a que as experiências e trocas lá protagonizadas fossem exploradas de maneiras mais profundas, tendo assim impactos mais “conscientes” nos resultados de todo o processo. Para esse efeito foi essencial a construção de outras infraestruturas para o local, tais como uma cozinha de apoio, uma zona para comer, um local de trabalho e até pequenos dormitórios para pernoitar naquele “estaleiro”. Obviamente, todos estes espaços iriam fazer parte daquele grande salão também para serem apropriados em processos futuros, situação que com o tempo veio a acontecer de diversas formas.

O processo iniciou-se com uma organização informal das funções específicas de cada um dos intervenientes dentro do projeto, explorando aptidões e criando responsabilidades. As funções dividiam-se por tarefas como: preparar as estruturas do auditório, iniciar a construção da cozinha e dos

dormitórios, desenvolver ideias para a construção do mobiliário, aprofundar a parte investigativa e de envolvimento da população, trabalhar na área de *design* gráfico e de organização documental do processo, ou até tarefas mais simples como cozinhar, ir às compras, descobrir fornecedores de materiais disponíveis e acessíveis, organizar visitas guiadas etc. Todas as funções eram importantes e foram-se desenvolvendo em conjunto e cooperação, estando cada interveniente a desempenhar tarefas relacionadas com a sua área de estudo, mas de certa forma envolvido em todas as tarefas ao mesmo tempo.

A conceção do projeto aconteceu a vários níveis e em vários momentos diferentes. Em primeiro lugar, o coletivo esboçou uma proposta para o local, onde o projeto foi especulado antes da construção. Esta proposta inicial que consistiu na elaboração da própria organização programática e num desenho conceptual nomeadamente para a estrutura do auditório e para estrutura da cozinha e dos dormitórios, foi sendo repensada e adaptada à medida que a construção se desenvolveu. Com a construção *in loco* foram-se decidindo aspetos do projeto mais ao nível da localização das diferentes partes da intervenção, da sua reorganização interior ou da adição de pequenas novas soluções e da experimentação de pormenores a nível estrutural e técnico. A parte técnica construtiva do projeto teve um acompanhamento sempre muito próximo por parte do coletivo, pois revelava-se a tarefa mais complicada e mais exigente em termos de experiência de trabalho de campo.

O formato de *workshop*, teve um momento muito representativo, no que diz respeito à aprendizagem da construção, na criação do mobiliário para o local. Era necessário construir todos os acessórios para o espaço e até para a construção propriamente dita, que consistiam em mesas e bancos para servir a zona da cozinha, bancas de trabalho para a construção e principalmente um grande número de cadeiras para preencher o espaço do auditório. Os estudantes foram os responsáveis pela construção e conceção do mobiliário, que se desenvolveu sempre dentro do espaço do estaleiro. Foi um processo

muito intenso de desenho, experimentação e montagem e desmontagem das combinações, muito facilitado pela simples técnica e flexibilidade associada ao material madeira. Foram atingidos vários resultados, alguns deles até muito diferenciados, que combinados levaram à idealização de protótipos finais. A produção de dezenas de peças foi elaborada através de mecanismos específicos, que consistiram maioritariamente na construção de moldes, criados particularmente para facilitar uma reprodução em série. O mais representativo dos resultados esteve presente nas cadeiras do auditório, que acabaram por simbolicamente representar o significado de toda a construção em conjunto.

Um processo de integração muito importante para todo o projeto, e também da responsabilidade dos estudantes, desempenhou-se com o projeto de investigação, divulgação e envolvimento que foi desenvolvido por completo dentro do tempo do *workshop*. Este processo passou também por várias fases. A fase inicial baseou-se em experiências de reconhecimento e investigação onde se exploraram as formas de abordar no projeto um momento de inclusão, na tentativa de construir táticas para “incluir o projeto na cidade e a cidade no projeto”. As estratégias desenvolveram-se, essencialmente, a partir de um envolvimento dos participantes com a população e o local, como um processo analítico de reflexão. Assim, na sua parte mais prática, partiu-se à procura de ideias, memórias, sugestões e *feedback*, onde uma cadeira transportável, representativa da construção que se desenvolvia na fábrica, percorria a localidade e o centro da cidade convidando as pessoas a sentar. Para além de querer transportar em si uma construção (material, imaterial, simbólica) este processo funcionava também como um incentivo e convite à participação, pois o percurso da cadeira ia deixando vestígios na forma de pedaços de madeira inscritos com um convite para a apropriação das peças e sua posterior devolução em mãos à estrutura da fábrica. Assim, toda a carga simbólica que o projeto trouxe enquanto reflexo de opiniões e expectativas foi experienciada através dos próprios restos dos materiais, representantes e divulgadores de

toda a experiência, dentro e fora da Fábrica.

O projeto de *design*, neste caso coordenado pelo coletivo, para o qual todos acabamos por contribuir um pouco, foi um importante método de divulgação e principalmente de documentação de todo o processo. Ganhou forma através de uma pequena *fanzine*, de vídeos, de fotografias, serigrafias, *flyers* publicitários e até de pequenas apropriações na própria estrutura da construção. Este projeto foi uma importante representação de toda a experiência, acabando até por se tornar na forma de a eternizar através do registo de memórias, processos, acontecimentos e resultados.

Com tudo isto, o projeto tornou-se numa potencial forma de transformar as memórias associadas ao local (passadas, presentes e futuras) em qualquer coisa de palpável, mesmo que metaforicamente, e isso trazia realmente a significação de uma construção social, refletida transversalmente a todo o projeto. Com tudo isto, o projeto nunca foi assumido como obra finalizada, mas foi entendido como produção conjunta de um processo em constante mutação. A própria construção foi entendida como *performance* viva da obra, descartando assim o caráter intemporal e expositivo da intervenção em detrimento da importância da ação e de todas os rituais a ela inerentes.

O espaço foi, realmente, vivido no seu sentido físico e material, permitindo que se explorassem através dele os limites da conceção da arquitetura e se introduzissem “novos” processos de criação, que se manifestaram através das relações, da troca de ideias, da experimentação e do trabalho conjunto.

²⁷ VAZ-PINHEIRO, Gabriela – Laboratório de Curadoria, Arte e Arquitetura, Guimarães 2012. In *arq/a, Arquitetura e Arte: Guimarães 2012*, Vol. 104. Lisboa: Nov/Dez 2012. (p. 69) (acerca do Laboratório de Curadoria)

“O que esteve em causa foi criar condições, talvez de uma forma sem precedente, para tanto a prática artística como de produção de pensamento poderem testar o potencial de transformação dos seus discursos, do impacto do trabalho dos agentes envolvidos tanto nos seus pares como nos públicos que por lá circularam.”²⁷

Fazendo uma aproximação mais pessoal à forma como o projeto se desenvolveu acrescenta-se que, da perspectiva de participante, foi sem dúvida uma experiência ímpar que atingiu, do ponto de vista acadêmico, questões cruciais na redefinição do processo de concepção na arquitetura e que acima de tudo explorou capacidades e perspectivas na formação pessoal dos seus participantes, enquanto profissionais e/ou enquanto cidadãos ativos na construção do seu contexto. Mais do que isso, superou qualquer expectativa daquilo que achei que um simples *workshop* poderia significar. Este tipo de projetos são hoje por mim entendidos como essenciais para a formação de qualquer profissional ou cidadão, no sentido de valorizarem e compreenderem o significado do seu contributo para a sociedade.

*“...this is not just about building a wooden structure. The participation of the students in the project, which is the core of the ConstructLab experience, enables them to take active part in the renovation of the factory and of the cultural face of their city. This pedagogical experience is crucial for their future role as active citizens in the shaping of their living environment.”*²⁸

28 Construir Junto.
Laboratório de Curadoria/
Exyzt, Guimarães, Fev 2012.

Obviamente, isso não significa que o projeto tenha tido para todos os outros o mesmo significado que teve para mim, mas asseguro que teve influência na forma como muitos dos estudantes participantes vêem o seu futuro profissional, na forma como alguns populares se passaram a envolver em projetos culturais, e na cada vez maior importância que os artistas e organizadores passaram a dar à cooperação criativa. Por esses e por muitos outros motivos, olhando para trás e vendo no que o projeto se tornou e percebendo aquilo que ele foi durante o seu mês intensivo de construção, entendo que a obra teve naquele mês o seu auge, talvez mesmo todo o programa desenvolvido na Fábrica ASA tenha lá tido o seu auge.



“Devir Menor” - Exercícios de criação de opinião

“Devir Menor” foi um projeto investigativo e expositivo organizado no âmbito da “Capital Europeia da Cultura 2012” que se propôs a ser uma *“investigação híbrida entre a arquitetura, a teoria crítica e a prática da materialidade”* centrando-se na discussão sobre o contexto da Ibero-América. O conceito de Devir Menor *“refere-se a um potencial de transformação e de abertura de espaços dentro de um contexto dominado pela subordinação a uma língua maior ou dominante.”*²⁹ São aqui exploradas as *“práticas alteradas”* e o *“potencial transformador de Arquiteturas não dominantes”* não só no sentido de entender os projetos construídos, mas de principalmente divulgar o potencial dos seus processos de criação, passando por abordagens de caráter social, económico, educacional e *“expondo vontades de constituição de projeto coletivo”*.³⁰ O facto de esta exposição estar associada a um caráter investigativo, que aborda relações entre a teoria crítica e a prática de uma arquitetura “menor” (pelo seu caráter próximo da opinião e intervenção pessoal nos projetos) faz com que o tema da elaboração de cartografias críticas se encaixe perfeitamente nos seus pressupostos teóricos.

*“Em DEVIR MENOR exploram-se projetos sensíveis à especificidade das condições contextuais, muitas vezes usando táticas alheias à metodologia tradicional da arquitetura e tecendo uma crítica social e económica operativa, empenhada na transformação e vitalização do seu contexto. O projeto arquitetónico adquire uma proximidade ao quotidiano e uma natureza processual, as modalidades de relação com o contexto vão alterando o próprio projeto e a obra torna-se reflexiva e relacional. Os trabalhos aproximam-se das práticas culturais, caracterizando-se também por uma reconciliação singular que desafia o global e o local;”*³¹

“Redes de micro-indústrias na região de Guimarães / Minho – Uma reflexão sobre a economia pós-crise”, é o tema que deu origem a um dos *workshops* de

²⁹ DEVIR MENOR site na internet (<http://www.devirmenor2012guimaraes.com/conceitocconcepto/>)

³⁰ MOREIRA, Inês – Devir Menor: Arquitetura e Práticas Espaciais Críticas na Ibero-América. In *arq/a, Arquitetura e Arte: Guimarães 2012*, Vol. 104. Lisboa: Nov/Dez 2012. (p. 99)

³¹ DEVIR MENOR site na internet (<http://www.devirmenor2012guimaraes.com/conceitocconcepto/>)

cartografias críticas, desenvolvidos pelo grupo de artistas ou ativistas argentinos *Iconoclastas*. O *workshop* centrou-se numa reflexão acerca das indústrias da freguesia de Pevidém abrangendo também uma escala mais alargada à área de Guimarães e Vale do Vale, cujo historial ligado à produção têxtil é muito vasto. Hoje em dia, muitas destas indústrias encontram-se desativadas ou em funcionamento parcial, tendo reduzido em muito a sua produção devido aos efeitos da globalização e do aparecimento de produtos estrangeiros que levaram a uma precarização dos mercados. Este mapeamento pretendia desvendar qual o impacto que estas indústrias têm na região hoje em dia, que processos ou tradições foram mantidos na área da produção têxtil, até que ponto esta produção foi terceirizada ou domesticada e de que forma é que as populações se foram adaptando a novas realidades profissionais, refletindo posteriormente sobre possíveis alternativas de estruturas de produção baseadas em redes colaborativas.

A investigação organizada pelo coletivo baseia-se em processos de participação e discussão conjunta onde, através da construção de mapas críticos se pretende obter uma análise informal e “de opinião” sobre temas, lugares, projetos, processos etc. A sua metodologia de trabalho, que é disponibilizada e utilizada como forma de divulgação e de informação incentivando a sua repetição como modelo de ação, consiste primeiramente num estudo relacionado com o contexto em questão e com os problemas ou desafios que ele apresenta, feito neste caso por parte do coletivo de ativistas. Posteriormente esse estudo é “materializado”, ou seja, interpretado sob a forma de ícones, símbolos, imagens ou expressões, representativos de possíveis manifestações a desenvolver no espaço do mapa.

*“a través de los talleres de mapeo colectivo y de dispositivos múltiples buscamos recrear colectivamente panoramas complejos para profundizar miradas críticas y potenciar subjetividades alertas y emancipatorias.”*³²

³² ICONOCLASISTAS site na internet (<http://iconoclastas.com.ar/2012/04/04/el-mapa-no-es-el-territorio/>)

Já o projeto de mapeamento propriamente dito, desenvolveu-se sobretudo como uma experiência informal de formação de sociabilidades. Iniciou-se com uma fase de exploração e reconhecimento onde se fez uma primeira aproximação ao mapa, decifrando-o e despoletando pequenas discussões ou suposições acerca do território. Foram lançados temas chave que de forma provocadora ou inquietante ajudaram a que se desenvolvesse um processo prático de construção. Feitas as primeiras aproximações houve um momento de pausa, um almoço conjunto ao estilo de ritual de convivência e descontração, importante passo de distanciamento do “problema” para mais tarde o retomar de forma mais refletida. Só depois se iniciou a segunda fase do processo, onde o território começou a ser descortinado e as sinaléticas começaram a ser traduzidas numa composição interpretativa do mapa feita pelos participantes, transmitindo as suas ideias e opiniões. Este processo de familiarização foi muito importante, pois permitiu a criação de disposições que facilitaram a percepção de quais as competências individuais de cada um, para em conjunto formular uma abordagem mais completa à construção do território do mapa.

Findo o processo de mapeamento, as cartografias construídas foram colocadas na exposição pública *Devir Menor*. A divulgação dos resultados deste processo é aqui evidenciada como um momento essencial, por através do sua partilha pública se potenciar o desenvolvimento de novas reflexões, a projeção de alternativas e a exploração de novas ferramentas de organização.



“Isto é uma Praça!” – Os contornos da participação

“Isto é uma Praça!” foi um projeto desenvolvido para o lugar de Couros em Guimarães, zona adjacente ao centro histórico da cidade, comumente conhecida por esse nome devido ao seu passado histórico ligado à indústria de curtumes. O antigo complexo industrial de Couros está agora inativo e muitas das suas estruturas encontram-se abandonadas, constituindo um património vasto facilmente reconhecível através dos característicos tanques de lavagem dos couros que se multiplicam ao longo do ribeiro que por lá passa, e que agora se encontram em ruína. Esta zona foi durante muito tempo esquecida pela cidade, por ser reconhecida como socialmente e economicamente inativa e por estar deixada a uma situação de degradação, associada a um ambiente algo hostil e inseguro. Nos últimos anos ela tem sido novamente alvo de discussão, pelo potencial da sua localização, pela sua carga histórica e pela capacidade das suas infraestruturas arquitetónicas constituírem fontes de desenvolvimento, não só para a zona em particular, mas também para a cidade. Não é por acaso que têm sido instituídas várias iniciativas de regeneração para o local, sejam elas associadas à recuperação física do espaço, como à dinamização social da zona e integração das populações. O seu processo de requalificação começou no início do século com a recuperação e construção de alguns edifícios para a concentração de infraestruturas ligadas ao Complexo Multifuncional de Couros (Pousada da Juventude, Associação Fraternal e *Cybercentro*), mas ganhou grande relevância nos últimos tempos pela aposta na Requalificação Urbana do local e pela sua inclusão em alguns programas da Capital Europeia da Cultura. (da qual também fez parte a construção do novo Instituto de Design.)

³³ PRAÇA, Henrique (coord.) - *UMA EXPERIENCIA SINGULAR: Couros, CampUrbis, Envolvimento da População Local*. Fraternal Centro Comunitário de Solidariedade e Integração Social, Guimarães: 2012. (p.5)

Com a introdução destes processos de mudança, sentiu-se a necessidade de instituir outras iniciativas ligadas diretamente à integração das populações na requalificação local (seja ela social, cultural ou infraestrutural), “*reforçando as identidades e sociabilidades urbanas, através de um processo de participação coletiva.*”³³ Foi daqui que nasceu o projeto “Couros. CampUrbis. Envolvimento

da População Local”.

*“A intervenção deste projeto esteve, portanto, centrada na realização de um conjunto amplo e diversificado de iniciativas, eventos, atividades, na interface entre pessoas ali residentes e os processos de regeneração realizados no âmbito do projeto CampUrbis e as transformações e dinâmicas sociais, culturais e económicas que advirão, no futuro, em consequência daquele processo. Neste sentido, o projeto teve como missão fornecer chaves cognitivas para a identificação, interpretação e apropriação das intervenções de regeneração urbana, uma releitura do seu espaço físico envolvente e da integração das novas sociabilidades que são expectáveis, no futuro próximo, naquele lugar.”*³⁴

Este projeto foi uma alavanca essencial para a inclusão dos moradores nas dinâmicas de reforma do seu bairro, constituindo uma forma de criação de compromissos comuns e afinidades, num desafio à discussão sobre o futuro da comunidade e essencialmente numa tentativa de conhecimento das suas origens e das suas relações dentro do espaço e com o espaço. O conhecimento destas relações traduz-se aqui numa reflexão acerca de conceitos relacionados com as vivências do quotidiano no local, desenvolvida através de projetos como o “Conselho de Comunidade de Couros” e o “Mapa da Comunidade de Couros” que, à semelhança dos mapeamentos de Devir Menor, se basearam em processos coletivos de discussão e reflexão conjunta contribuindo em muito para o conhecimento (pelos moradores, habitantes da cidade e visitantes) daquilo que hoje é Couros. O facto de os moradores já estarem de certa forma envolvidos em processos comunitários facilitou a sua integração e o seu interesse por aquilo que foi o projeto “Isto é uma Praça!”.

“...o projeto Couros. Envolvimento teve como principal finalidade aproximar a população, sobretudo os moradores na qualidade de primeiros e principais destinatários da intervenção ali operada, tornando-os atores (participantes ativos, portanto) na apropriação dos processos de requalificação do lugar – Couros.

³⁴ PRAÇA, Henrique (coord.) - *UMA EXPERIENCIA SINGULAR: Couros, CampUrbis, Envolvimento da População Local*. Fraterna Centro Comunitário de Solidariedade e Integração Social, Guimarães: 2012. (p.11)

Nesse sentido, as principais habilidades a trabalhar foram as de requalificação das habilidades sociais, quer cognitivas – na percepção e processamento de informação – de intervenção, quer na expressão de desejos quer na expressão de alternativas, sugestões e soluções mais concretas, modelando atitudes e comportamentos de cidadania, de proximidade ao projeto de regeneração urbana, construindo ao mesmo tempo sentimentos de pertença mais fortes ao lugar e aos outros, isto é, um processo de construção de identidade(s).”³⁵

³⁵ PRAÇA, Henrique
(coord.) - *UMA EXPERIENCIA
SINGULAR: Couros,
CampUrbis, Envolvimento
da População Local. Fra-
terna Centro Comunitário de
Solidariedade e Integração
Social, Guimarães: 2012.*
(p.17)

O projeto em estudo partiu de duas premissas essenciais: a recuperação de um espaço histórico em ruína e a construção de um espaço público comum para a população local. A partir daqui idealizou-se a criação de um projeto, com a premissa de que a população iria ser um ator decisivo no decorrer de todo o processo. A ideia consistia na ocupação de um dos logradouros abandonados de Couros, uma zona de tanques em ruína junto ao ribeiro que esteve até então escondida e esquecida. Assim o coletivo *Esterni*, que já tinha anteriormente organizado uma experiência similar no bairro de Lavapiés em Madrid, começou a programar e idealizar o projeto em forma de esboço de intenções, no qual se previa uma apropriação e utilização dos tanques mais direta, que com o decorrer do processo não se pôde concretizar por impedimentos de última hora relacionados com questões burocráticas de preservação de bens de valor patrimonial. Adotou-se, então, uma estratégia de requalificação da área envolvente aos tanques, em que eles eram aproveitados como potenciais estruturas de apropriação sem conter em si nenhum tipo de construção fixa.

Todo o processo posterior de trabalho de campo desenvolveu-se quase como uma apropriação lenta do espaço. Tudo foi decidido e experimentado à medida que o projeto se foi construindo, incluindo o desenho das peças, a sua adaptação por vezes algo complicada ao terreno, a criação de pequenos acessórios, a própria programação cultural etc.

O primeiro passo consistiu na limpeza do terreno e na sua preparação para receber o projeto da praça. De seguida trouxeram-se os primeiros materiais e

começou a dar-se uma nova consistência ao espaço. O desafio inicial estava em ultrapassar a barreira física que separava o logradouro do espaço público, um muro que dificultava o acesso ao local. A solução de acesso criada, uma escadaria de madeira tipo “palhaço”, acabou por ser o ponto da praça mais marcante, o cartão-de-visita que representou a sua interação com o público sendo ele próprio uma plataforma de informação e divulgação do projeto que se estava lá a desenvolver.

Construídos os primeiros acessos, davam-se os primeiros passos para a apropriação do local. Com isto, os moradores e alguns voluntários disponibilizavam alguns momentos para aparecer e ajudar à construção juntamente com o coletivo. Tudo se desenvolveu sempre de forma muito informal, não era necessário marcar hora ou pedir permissão para participar ou muito menos ser especialista em construção, cada um vinha quando podia e desempenhava as tarefas para as quais se sentia mais à vontade. O projeto, que pretendia desenvolver-se como a criação de um espaço de estar coletivo, um lugar que pudesse ser habitável, familiar e acolhedor e que fosse suficientemente representativo daquilo que é um ponto de encontro da população, encontrava na informalidade da sua construção e da sua gestão uma mais-valia. Para que o espaço pudesse representar um lugar da coletividade era necessário começar a construir as primeiras infraestruturas. Algumas peças de mobiliário, como uma grande mesa conjunta representativa de um local de reunião e alguns bancos de apoio, foram as primeiras a ser construídas para que a praça pudesse começar a ser vivida aos poucos. As metodologias de construção eram simples, foram-se experimentando soluções, que foram sendo adequadas e melhoradas, mais uma vez assentes num processo de criação *in loco*, processo, esse, facilitado pela experiência em campo do coletivo.

De seguida, começaram a multiplicar-se e a diversificar-se as infraestruturas. Foram-se construindo mais mesas, bancos e cadeiras, com formas diferentes,

para servir propósitos diferentes. Algumas eram amovíveis e de fácil transporte, outras eram multifuncionais e pretendiam adaptar-se aos tanques, outras construíam zonas mais confortáveis e de descanso. Também o terreno começou a ser trabalhado e adaptado. Construíram-se plataformas elevadas do chão que se adaptavam às morfologias do espaço e que podiam ser utilizadas como pequenos palcos ou simples espaços de estar. As hortas urbanas levadas a cabo pelo projeto “ECOS verdes”, começavam também a aparecer, incluindo grandes recipientes de madeira no planeamento da praça preparados para acolher plantações maiores, ou por vezes aproveitando pequenos pedaços de terreno e aproveitando recantos da própria estrutura para plantar.

As restantes partes do projeto foram-se desenvolvendo como forma de referência e interpretação dos hábitos quotidianos dos moradores, tentando ser uma representação de rituais já perdidos e de outros mais novos, transversal às várias gerações. Nas várias atividades que se organizaram mesmo antes de se iniciar a própria construção, tentaram desvendar-se desejos e encontrar sugestões e inquietações acerca do espaço, numa tentativa de envolver a população de forma efetivamente decisiva. Estes hábitos e atividades foram representados não só sob a forma do próprio mobiliário urbano, mas também por uma série de estruturas programáticas que podiam ser movidas, adaptadas ou apropriadas pelos utilizadores do local. Estas estruturas programáticas estavam contidas numa “parede estrutural” adossada ao muro, que continha em si peças destacáveis que funcionavam como infraestruturas de apoio, servindo as vivências e a própria manutenção da praça. Entre elas encontrávamos um pequeno balcão que podia funcionar como bar ou ponto de venda, um pequeno *salon* privado que muitas vezes serviu de *backstage* dos concertos realizados, uma série de jogos lá construídos que podiam ser adequados para as crianças mas também para os adultos, espaços para armazenamento de materiais e caixotes do lixo, estruturas adaptáveis de acesso aos tanques etc.

Mas a construção desta praça pública envolveu muito mais do que a montagem

das suas infraestruturas, era também necessário construir outras coisas. Por isso foram organizadas uma série de atividades na praça (para a população, com a população ou pela população) para mover as dinâmicas sociais do local e incentivar a participação na sua construção. Estas atividades passaram por encontros, *workshops*, concertos, mercados informais ou sessões de cinema ao livre, que se desenvolveram no decorrer da construção e que acabaram por constituir um passo bastante importante na demonstração do potencial da zona para o exterior e no incentivo à iniciativa das populações para se auto-organizarem no envolvimento em eventos para o seu próprio bairro.

Este projeto tinha que significar muito mais do que a praça, tinha também que significar que as pessoas estavam dispostas a estar envolvidas e a tomar responsabilidades por um espaço que era delas e era de todos. Apesar de esta praça ter sempre um caráter público (já que toda a gente podia aceder a ela e utilizá-la de forma livre e a qualquer momento), a sua administração não dependia de instituições públicas, mas sim daquilo que acabava por ser uma organização coletiva informal. Findo o projeto de construção, a população era o principal ator responsável pela manutenção do local, e isso implicava não só disponibilidade e vontade, mas também uma mudança de mentalidades que o projeto “Couros. Envolvimento da População Local” deu os primeiros passos para iniciar. Durante alguns meses o projeto continuou sob a administração da entidade responsável da CEC, o programa “*Pop up Culture*”, e já aqui se começaram a notar algumas dificuldades em manter o funcionamento pleno do local. Enquanto no tempo de duração da construção (3 semanas) o espaço se encontrava sempre ocupado e era administrado com a ajuda de várias pessoas, com a sua finalização a principal dificuldade foi manter este ritmo de intervenção e ocupação do local. A praça passou a ser pontuada por eventos que continuavam a ter sucesso no momento da sua execução, mas a noção de apropriação informal do local pelas populações foi sempre, na prática, um conceito complicado de ser introduzido. Por vezes, tornava-se curioso quando nos perguntavam, “mas depois das obras quem vai ficar aqui a tomar conta

disto?” ou “e agora quem fica responsável por regar as plantas?” e percebíamos que apesar de tudo o caminho a percorrer ainda era longo.

*“Por mim, e penso que posso falar por todos, deve continuar”; “Agora que se começou era uma pena não continuar”; “Para continuar é preciso que alguém dos presentes tomasse a iniciativa de ser o motor”; “É preciso uma liderança, caso contrário isto morre”; “Estamos com vontade de continuar, mas é preciso gente nova”.*³⁶

³⁶ PRAÇA, Henrique (coord.) - *UMA EXPERIENCIA SINGULAR: Couros, CampUrbis, Envolvimento da População Local*. Fraterna Centro Comunitário de Solidariedade e Integração Social, Guimarães: 2012. (p.37)
(entrevista coletiva realizada a 10 de Maio de 2012, acerca do projeto “Couros. CampUrbis. Envolvimento da População Local)

2.2 ENSAIOS PARTICIPATIVOS

aproximações críticas

Após a apresentação dos casos de estudo, procede-se a uma aproximação crítica e comparativa aos projetos. Os casos de estudo foram apresentados através de uma perspetiva interior e aproximada, e agora apresentam-se por uma perspetiva afastada, teórico-crítica, do seu significado e legado enquanto processo de arquitetura.

Construir Junto

“O primeiro momento do CuratorsLab/Laboratório de Curadoria, problematiza a exposição enquanto espetáculo cenográfico, performático e sensorial. Concentra-se sobre interligações e formas de atração dos eventos e objetos artísticos, desenvolve-se a partir de uma reflexão sobre a criação interdisciplinar e privilegia projetos fundados na ideia de comunidade criativa.”³⁷

³⁷ VAZ-PINHEIRO, Gabriela – Laboratório de Curadoria, Arte e Arquitetura, Guimarães 2012. In *arq/a, Arquitetura e Arte: Guimarães 2012*, Vol. 104. Lisboa: Nov/Dez 2012. (p. 71)

Em “Construir Junto” foi adotado um formato de arquitetura performativo, como representação da conexão entre diversas linguagens expressivas que se vinculavam no princípio da reflexão sobre uma cultura local definida por memórias associadas a um passado industrial, aqui transformadas em processos culturais de integração no quotidiano atual, interpretando as suas adaptações e projeções no presente. Este era o princípio daquilo que o projeto queria ter significado para a Fábrica ASA.

A fábrica estava de novo a trabalhar, o que para muitos trouxe alguma nostalgia e o desejo algo tímido de que no fundo ela pudesse dar de novo frutos. Através dos muitos contactos que tivemos com a população (com a qual eu pessoalmente lidei), tentou trazer-se o projeto para a rua e integrar a população na construção do espaço, o que resultou num trabalho de campo localizado e intensivo. Esse trabalho de campo permitiu-nos entender que

de uma escala afastada, as perspectivas acerca do local eram vistas de outra forma. Para quem se encontrava da parte de fora, tudo foi sempre muito vago, e as intenções daquilo que o espaço da fábrica queria ser ou a informação sobre o que se estava lá a passar era praticamente inexistente. Embora este processo pretendesse ter um enorme valor cultural, o facto de a sua gestão ter sido feita por uma “instituição cultural maior” condicionou em muito a sua realização, retirando-lhe até parte da sua essência. O momento de finalização do projeto de construção e simultaneamente de inauguração oficial da fábrica para cidade foi para muitos de nós a prova de que todo o projeto de integração iria acabar por ali.

As estruturas construídas serviram bem o propósito de uma obra acima de tudo simbólica, pois, por vezes, os resultados não se conseguiram adaptar devidamente às suas funcionalidades. A cozinha, depois adaptada a um pequeno bar para a o átrio central, conseguiu manter-se como estrutura funcional, mas com as estruturas dos dormitórios a situação foi diferente, pois elas acabaram por não conseguir servir o propósito de se tornarem em residências de artistas, porque foi sempre difícil vê-las como locais confortáveis e apetecíveis dentro do espaço frio da fábrica. Acabaram mais tarde por ficar apenas registadas no espaço como uma memória da construção. O auditório foi sendo utilizado para pequenos encontros ou eventos, mas sobreviveu principalmente como estrutura simbólica de todo o projeto. Estas situações aconteceram por falta de investimento na apropriação das estruturas, pois elas quiseram ser mantidas apenas como representações expositivas, não explorando muito o potencial interventivo da arte e neste caso da arquitetura.

Com isto, conclui-se que todo o trabalho desenvolvido pelos participantes foi, aos olhos da organização CEC, desvalorizado para mais tarde ser demonstrado para o exterior através da sua própria perspectiva, o que provou que os objetivos de todo o processo não eram bem aqueles que tinham sido delineados no início.

Os espaços que durante um mês construímos e apropriamos, foram sendo modificados para se tornarem representações expositivas mais convencionais e agradáveis ao olhar crítico de uma elite artística, desconsiderando a cultura e história do local. Para além de alguns acabarem por deixar de servir o seu princípio inicial, determinados vestígios da apropriação feita durante a construção foram até escondidos ou retirados. Hoje em dia, o que ficou da Fábrica ASA foi uma representação cultural já muito desvinculada dos valores que no início se procurou representar.

Enquanto intervenção de arquitetura, este projeto teve o seu valor na ideia do efêmero, ou até mesmo no conceito de *performance*, que deixou neste caso um legado muito mais intemporal para os participantes do que um resultado material. Construiu-se muito mais do que aquilo que é palpável, construíram-se experiências, conhecimento, técnica, construíram-se mentalidades, ideias, amizades, e tudo nasceu de um compromisso que tinha apenas a ver com a construção de um edifício. A troca e aprendizagem ficaram, e embora o espaço tenha sido utilizado de outras formas e adaptado a novas funções, a sua verdadeira essência esteve na capacidade de criá-lo em conjunto.

*"In this new context, ephemeral architecture is rather to be seen as a critical answer to the mobility of values, ambiances and fast-changing needs. Architecture may thus evolve from the notion of a static service – traditionally related to the slowness of urban construction and identity transformations – to that of a performance, ie, a dynamic response to the accelerated needs of contemporary society."*³⁸

³⁸ GADANHO, Pedro – Architecture as performance. In *Revista Dédalo: Movimento*, Vol. 2. Porto: Março 2007. (p. 24-29)

Questiona-se aqui a aplicação da teoria da aprendizagem para além da materialização da obra. O valor do espaço que foi criado não se encontrou na condição da sua permanência física, mas sim na criação de ideias que ultrapassaram a sua própria materialidade. A sua condição de performance apela à conceção de práticas culturais que não se deixam ficar pela ideia

física da obra, mas que evoluem para uma projeção social ou política. Por isso, a performance foi aqui válida pela sua capacidade de interpretar alguma coisa que foi temporária e mutável, uma boa interpretação de uma sociedade contemporânea que também se encontra em constante transformação.

Devir Menor

“El mapeo colectivo es una herramienta lúdica y creativa que facilita la construcción de un relato colectivo, visible en la confluencia de saberes de los/as participantes sobre un soporte común. (...) Pensados como instancias de construcción colectiva y participación abierta, permiten el conocimiento de diversas realidades a partir de la memoria cotidiana y los saberes no especializados, condensando la información en un espacio horizontal de encuentro que apunta a elaborar saberes en un proceso de relación e intercambio con otros/as.”³⁹

O mapeamento crítico desenvolvido em “Devir Menor” foi um processo capacitador para a criação de opiniões partilhadas, onde a participação e a discussão coletiva se associaram ao desenvolvimento de ideias e de pensamento intelectual. O facto de estas ideias serem demonstradas através de um processo prático e transmitidas através de símbolos, imagens e pequenas frases de manifestação, tornam mais evidente e clara a adequação destes processos á realidade. O resultado deixa de ser meramente ideológico, pelo facto de ser aplicado e demonstrado de forma prática e por, através da junção das opiniões individuais que ele aborda em si, conseguir transmitir no final uma ideia coletiva de certa forma consensual. Todo o processo envolvido neste mapeamento abrange estratégias operativas como o trabalho em conjunto, a discussão e a própria criação de opiniões (já que elas se tornam mais claras por serem manifestadas de uma forma “material” e conjunta). Mais que isso, este acaba por ser um processo de educação sobre como trabalhar democraticamente e em conjunto por uma causa comum.

39 ICONOCLASISTAS site na internet (<http://iconoclasistas.com.ar/2012/04/04/el-mapa-no-es-el-territorio/>)

“Una de las apuestas de aprender a reflexionar y ver un territorio (pensado no sólo geográficamente sino como espacio social, cultural, económico, de subjetividades) es la posibilidad de tomar distancia de él para poder descifrar conexiones que no sólo nos den herramientas para cuestionar problemáticas instaladas sino que también nos brinde pistas para resolverlos.”⁴⁰

O tema da elaboração de cartografias ou mapas críticos encaixa-se numa dimensão educativa, pela sua capacidade de criar modelos de interpretação ou processos de análise baseados numa representação “crítica partilhada” de uma realidade local, onde a representação individualizada de conceitos se projeta a uma escala coletiva definindo assim situações representativas de um consenso democratizado movido por políticas de pequena escala, onde os processos de decisão democratizantes partem de uma dimensão individual. Os resultados deste tipo de atividades podem ser entendidos na arquitetura como processos de análise extremamente efetivos, podendo estes métodos de mapeamento crítico ser aplicados a vários conceitos. Um dos pontos mais interessantes e controversos destes exercícios encontra-se na capacidade de racionalização e interpretação dos valores do quotidiano e a transposição das suas práticas e hábitos para uma escala visual e discutível. Isso permite ultrapassar as próprias barreiras daquilo que é aceite como banal (por ser reconhecido e vivido diariamente) e perceber quais são as suas importâncias, os seus contextos, as suas lógicas, através de um processo de autogestão de ideias e desejos pessoais. Por isso, para que estes processos se tornem integrantes e suficientemente representativos das opiniões e iniciativas individuais, eles têm que ser “o contrário de concretos” (relativamente abstratos) de forma a criarem em si abertura suficiente para permitir uma liberdade de opinião não influenciada. Por esse motivo, estes processos de decisão diferenciam-se das chamadas práticas democráticas mais globais onde a opinião está regularizada por uma série de opções pré-definidas que limitam o poder de escolha, pois esse poder já está condicionado a um conjunto de critérios que não são necessariamente a representação de uma opinião pessoal concreta

ou fundamentada.

Desta forma, o potencial do mapeamento coletivo reside no facto de este ser um dispositivo de reflexão, que pode ser utilizado como ponto de partida para a construção de novas realidades. O facto de mais tarde os resultados do mapeamento terem ocupado um lugar público na exposição, foi um passo essencial na efetivação dos seus pressupostos. Os seus resultados são importantes ferramentas de perceção que, ao serem expostos publicamente, permitem tornar-se um ponto de partida a ser retomado por outros. Nesse sentido a cartografia crítica é *“un proceso en permanente mutación”*, por ser um procedimento de carácter inacabado com potencial para ser novamente interpretado e apurado de forma coletiva tendo, dessa forma, um alto potencial para ser utilizado como ferramenta processual de arquitetura a vários níveis.⁴¹

41 ICONOCLASISTAS site na internet (<http://iconoclasistas.com.ar/2012/04/04/el-mapa-no-es-el-territorio/>)

Isto é uma Praça!

O projeto “Isto é uma Praça!”, iniciou-se como um compromisso de dar forma a um espaço público para Couros, zona onde se estava a iniciar um processo de reforçar sociabilidades urbanas e identidades cívicas. A zona de Couros caracteriza-se por ser um espaço de topografia íngreme e ruas estreitas, essencialmente constituído por um aglomerado habitacional de edifícios históricos (nos quais reside maioritariamente uma população envelhecida) e uma série de espaços em ruína deixados pelas fábricas agora desativadas. Todos estes fatores influenciam a maneira como o espaço social de Couros e as suas relações são definidos: uma zona que em termos urbanos não responde às necessidades das pessoas e que é considerada de pouco interesse, onde os seus habitantes têm dificuldade em viver socialmente o espaço e não se sentem à vontade para o apropriar livremente, e um local associado a uma ideia de abandono e insegurança que é visitado muito pontualmente pelos habitantes da cidade. O processo de regeneração urbana surgiu na tentativa de resolver parcialmente alguns destes problemas, com a construção de um

conjunto de novos equipamentos para o local relacionados com serviços específicos para a cidade de Guimarães e com o surgimento de um projeto de reconstrução do espaço público. Mas, para que os seus objetivos fossem plenamente cumpridos, era necessária a adoção de processos de integração mais complexos que viessem trazer uma consciência de direito à intervenção pública dos habitantes, reforçando os seus laços enquanto comunidade e o seu papel enquanto cidadãos.

O projeto “Couros. CampUrbis. Envolvimento da População Local.”, veio para reaproximar as relações e introduzir novas conexões entre a população, dando-lhes uma imagem social de mudança e inculcando-lhes princípios de coletividade e criatividade conjunta. Surgindo no seguimento deste, o projeto “Isto é uma Praça!”, vinha na tentativa de cumprir fisicamente alguns dos pressupostos do primeiro, transformando-se na mais viva representação do potencial de Couros. Ambos os projetos eram apoiados no princípio da participação, o que trouxe muitas questões em termos de execução. O envolvimento da população não foi fácil e nem todas as pessoas se mostraram disponíveis a fazer parte das várias iniciativas organizadas. A percentagem de pessoas envolvidas nos projetos foi, por isso, mínima. O facto de metade da população pertencer a uma faixa etária envelhecida, e a questão de não estarem habituados a processos de participação em ações públicas em que a sua opinião é realmente tida em conta, levou a que houvesse algum receio em fazer parte destas atividades, principalmente devido a uma grande incompreensão da totalidade dos compromissos que elas envolvem e se propõem a oferecer. Apesar de tudo o projeto conjunto começou a ganhar forma e com o tempo mais pessoas se foram envolvendo, seja por curiosidade, seja por vontade de fazer parte de alguma coisa que realmente lhes vai dar algo em troca.

“Dar-lhes a palavra, a ela, à população, é somar pontos neste processo. Afinal, é tudo uma questão de “saber ouvir”. O começo é rude, mas amacia com o tempo de conversa. Desabafam, não estão habituados a que lhes seja

perguntada a opinião e quando o fazem raramente é levada em conta.”⁴²

O projeto “Isto é uma Praça!”, tinha aqui a função de assumir um papel de motor de desenvolvimento. A forma como o projeto arquitetónico foi idealizado foi, na minha opinião, uma forma positiva de servir os propósitos de construção de um espaço coletivo para o bairro. Embora a praça tivesse sempre estado de alguma forma sujeita a pequenos vandalismos ou furtos, pela informalidade da sua administração, a maneira como as estruturas foram interpretadas, concebidas e posteriormente apropriadas, representou um resultado construtivo que foi adequado às exigências do local. Por outro lado, provou-se aqui que a construção e o desenho da arquitetura, apesar de terem trazido imensas vantagens como processo coletivo, não conseguiram resolver problemas sozinhos, notando-se, por vezes, uma falta de consciência acerca de outros fatores de influência que deveriam ser também da responsabilidade do projeto. Este formato alternativo de arquitetura trouxe vantagens como um método de construção de espaço público mais acessível, mais fácil de ser concretizado e mais válido por desconsiderar a associação a entidades públicas maiores dando lugar à opinião da população. Estes fatores permitem-lhe uma maior flexibilidade e facilidade de adaptação, apelando, também, à criação de compromissos. Mas, essa criação de compromissos não está só dependente das especificidades do espaço, pois ela necessita de outro tipo de impulsos para se tornar estável e sustentável, dando conseqüentemente ao espaço esse caráter. Com isto, entende-se que a liberdade associada ao planeamento do projeto podia ter-lhe permitido explorar outras possibilidades para o local que tivessem impactos mais duradouros para a comunidade.

Para além de outras questões já identificadas, as principais problemáticas e simultaneamente potenciais pontos de partida para o redesenvolvimento do local identificados, foram a falta de um espaço público de reunião, a quase inexistência de comércio local e a falta de reaproveitamento de uma série de espaços inativos. Com a criação de um espaço público para o bairro, “Isto é

⁴² FERNANDES, Rita (socióloga da equipa do projeto)
In *Uma Experiência Singular: Couros, CampUrbis, Envolvimento da População Local*. Fraterna Centro Comunitário de Solidariedade e Integração Social, Guimarães: 2012. (p.75)

uma Praça!” propunha-se a oferecer soluções para esses problemas, pondo-os em causa e tentando ser uma representação social física de uma população. Durante a administração do projeto feita pela CEC, a apropriação foi feita de forma efusiva pelos moradores e pelos visitantes, e resultou em atividades extremamente interessantes que projetaram para fora uma ideia positiva de Couros. Mas o projeto, que devia ter sido assente numa ideia de sustentabilidade para cumprir devidamente os seus pressupostos no tempo, acabou por se associar a uma vertente quase turística. Influenciou isso, o facto de ter sido construído como um projeto cultural para a cidade que ficou muito marcado por ser visto como espaço de eventos associado a visitas pontuais, acabando por não funcionar plenamente como espaço público do bairro, principalmente por não ter permanentemente associado a si algum tipo de serviço local ou atividade regular. Estes factos influenciaram, por isso, o destino da praça, que servindo um propósito específico durante a administração temporária levada a cabo pela CEC, acabou por não conseguir incentivar suficientemente uma autogestão conduzida pela comunidade, por ela se revelar de certa forma difícil de cumprir e de dar continuidade.

As principais questões a ser postas em causa na organização deste tipo de projetos comunitários são, na minha opinião, relativas ao real impacto do espaço nas vivências quotidianas do bairro e à sua manutenção no tempo, aliados, obviamente, a um real envolvimento da população. Por isso, defendo que as soluções para o local não residiam apenas na criação de significados físicos através da arquitetura, mas na sua utilização como ferramenta de criação de alternativas que pudessem impulsionar outras formas de sustentabilidade para a zona, e funcionar como motores de desenvolvimento a vários níveis. Como exemplo, refere-se aqui a hipótese de criar possibilidades para a implementação de serviços locais associados à praça que, não só impulsionariam o desenvolvimento económico de Couros, mas que por outro lado poderiam fornecer novas formas de apropriação do espaço. (Já que a cultura portuguesa de apropriação do espaço público se apoia muito na existência de comércio

local associado a uma ideia de reunião informal, criando através dele relações sociais e rituais diários, tal como acontece em outras zonas idênticas da cidade de Guimarães). Por outro lado, esta solução iria impulsionar o envolvimento dos habitantes num compromisso maior e mais sério, por realmente se estar a produzir alguma coisa que apresentava resultados “mais reais” quanto ao impulso social local.

Apesar de tudo, as relações e as iniciativas que se proporcionaram fazem hoje em dia uma diferença significativa no bairro, provando que embora complicados e difíceis de entender e ser introduzidos, os processos de participação foram acima de tudo benéficos para o desenvolvimento da comunidade, e que, apesar de não conseguir cumprir as suas perspetivas no tempo, a praça foi momentaneamente a representação de um lugar coletivo. Por outro lado a população encontra-se descontente e desmotivada relativamente ao futuro do local. Hoje o espaço encontra-se “culturalmente parado” e prevê-se até o seu desmantelamento por a sua manutenção exigir um conjunto de compromissos para os quais a população não se encontra preparada. Isso prova que o projeto não foi planeado conscientemente para a comunidade e que o processo de participação e envolvimento deveria ter sido mais longo e gerido de outras formas, seja pela escolha não totalmente certa das programáticas adequadas, seja pelas dificuldades de inculcar uma total compreensão destes compromissos na população, seja pelo abandono por parte dos organizadores de um processo que estava ainda inacabado.

“o aprofundamento da democracia participativa é ainda um desígnio por cumprir”⁴³

43 PRAÇA, Henrique (coord.)
- *Uma Experiência Singular: Couros, CampUrbis, Envolvimento da População Local*. Fraterna Centro Comunitário de Solidariedade e Integração Social, Guimarães: 2012. (p. 8)

Conclusão crítica comparativa

Esta conclusão é aqui feita como uma avaliação crítica comparativa dos projetos, em que se exploram interseções, interesses comuns e complementaridades. O sucesso das três intervenções, como já referido, foi obviamente limitado por determinados fatores que influenciaram os seus resultados, positiva ou negativamente. Como principais problemáticas identificadas no desenvolvimento dos projetos, podemos evidenciar a dificuldade na definição do papel da instituição organizadora e alguma “complicação” associada ao cumprimento dos seus objetivos, a problemática em geral da integração dos indivíduos nestas metodologias e nas práticas participativas, e a dificuldade da arquitetura em gerir os projetos de forma adequada controlando o seu impacto e os seus resultados e a consciência acerca das implicações dos seus processos.

A associação dos projetos à CEC foi uma vantagem em termos de oferta de oportunidades e disponibilização de meios mas, por outro lado, o carácter expositivo que a associação à instituição lhes inculcou potenciou um distanciamento artístico do “espetador” e do “espetador-interviente”, por vezes não oferecendo liberdade de reflexão suficiente sobre os verdadeiros ideais que as obras pretendiam explorar. A própria instituição associa-se a uma ideia de cultura que por vezes se torna num conceito muito mal definido, confundido o significado de “cultura” com o de “evento cultural” associado a uma representação artística de símbolos e valores culturais. Embora as reivindicações dos objetivos da CEC se tentem projetar à grande escala através de uma ideia de projeto participado e de aproximação da população e das suas raízes, tal como acontece com o *slogan* “*Tu fazes parte*”, esse interesse não foi realmente efetivado nos seus resultados. O seu papel como instituição foi por vezes desvinculado dos efeitos reais das intervenções, tal como se fez sentir nos projetos aqui apresentados mas, apesar de tudo, à pequena escala, elas acabaram, em termos concretos, por atingir objetivos mais acertados. Por isso,

a associação destes projetos a conceitos culturais artísticos pode ter vantagens e desvantagens. Por um lado, estes processos são artísticos pela sua condição de crítica social aplicada à realidade; por outro, eles devem ser definidos como processos artesanais de construção associada a uma ação local. Mas o seu valor está sem dúvida na exploração criativa de potenciais aberturas a novas transformações.

A questão da participação e da sua aplicação à arquitetura trouxe também algumas dificuldades na gestão dos projetos. Participação tornou-se hoje num termo muito recorrente utilizado de várias formas como meio de divulgação e associação de projetos a objetivos positivos de integração democrática, por vezes não correspondendo ao verdadeiro sentido do seu significado, o que o torna, num conceito muito mal definido. Quando aqui se defende a participação como princípio para a arquitetura, fala-se da sua aplicação consciente e consequente. Com as conclusões críticas retiradas dos ensaios, entende-se que as formas de atuação e inclusão dos processos participativos necessitam ainda de se adaptar e de ultrapassar uma série de preconceitos e entraves de forma a se tornarem operativamente mais eficazes. A participação como princípio fundamentador é uma ideia difícil de se rever na realidade principalmente pela não compreensão da totalidade dos compromissos que ela envolve e pela hipnotização que os “fatores parasitas” da sociedade criam à volta dos fundamentos da realidade possível. Para que ela se torne numa ideia realizável, é necessária também uma mudança de consciências quanto à sua importância, não só relativa a uma formação de novos hábitos nas ações coletivas e a uma criação de consciências interventivas nos cidadãos, mas também a uma reformulação da sociedade e dos sistemas que a domina levando a uma validação da cultura e ações do quotidiano, como processos essenciais para uma evolução positiva.

Fazendo uma reflexão acerca dos objetivos dos vários projetos tenta-se aqui definir a importância dos seus processos enquanto manifestação de arquitetura.

O ensaio “*Devir Menor*”, projeta-se aqui numa perspetiva transversal a estas intervenções, a sua base teórica e de aproximação ao “problema” é uma metodologia a ter em conta para qualquer projeto de arquitetura que se apelide de “participativo”. O poder de distanciamento reflexivo a ele associado fornece ferramentas para a conceção do projeto, que foram também metodologias essenciais nos outros dois ensaios. Os outros dois ensaios cruzam-se numa ideia de construção como processo participativo e de integração social assente num compromisso de discussão e partilha de ideias, mas os seus conceitos identificam-se por definição como distintos, ou até contrários, enquanto valor arquitetónico, significado do projeto e seu impacto social. O primeiro ensaio, “Construir Junto”, teve um elevadíssimo valor enquanto *performance* de uma obra em transformação e catalisação temporária de “energias”, enquanto o terceiro ensaio, “Isto é uma Praça!”, alcançava um processo de sustentabilidade temporal de valor social e comunitário, levado a cabo por uma construção material coletiva. Por isso, um deve ser valorizado pela sua condição temporária e performativa e outro pelo seu compromisso de construção social sustentável e de valor intemporal. Portanto, é importante distinguir que, em termos de resultados e objetivos, estas práticas de arquitetura não se inserem necessariamente em campos de ação similares, há uma distinção entre um projeto que é temporário, subversivo e crítico ou até de certa forma artístico, e um projeto que pretende ser socialmente sustentável e motor de desenvolvimento local, embora ambos os processos se possam desenvolver simultaneamente. Relativamente ao processo de execução dos projetos, a oportunidade de experienciar em tempo real uma transformação do espaço e de trabalhar com contextos e pessoas reais, foi um importante incentivo à mudança e a uma educação e aprendizagem acerca de possíveis futuros da arquitetura. Mas, estas práticas continuam ainda em desenvolvimento, e é preciso adaptar as temáticas algo revolucionárias que elas envolvem à realidade, no sentido de as tornar metodologias politicamente aceites, socialmente viáveis e culturalmente enraizadas. Ficam, sem dúvida, marcadas como experiências essenciais para uma aplicação mais presente destes processos em Portugal.



Projeto: “Construir Junto”

Formato de participação - workshop

Organização: Capital Europeia da Cultura - Laboratório de Curadoria

Coletivo de arquitetura: EXYZT (FR)

Localização: Fábrica ASA, Covas, Guimarães

Intervenção: construção de um Auditório e Infraestruturas de apoio para a nave central da fábrica

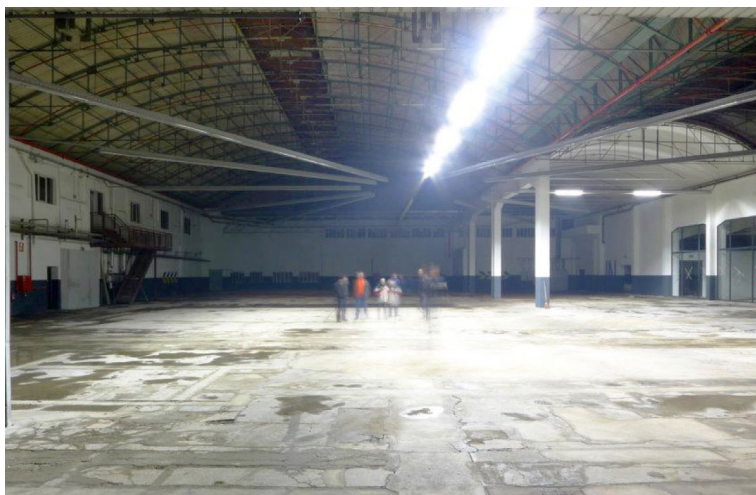
Número de participantes: cerca de 50

Tempo de Construção: 3 semanas - 6 a 24 de Fevereiro de 2012

Permanência do Projeto: Fevereiro de 2012 a Dezembro de 2012



1.1
Imagem exterior da Fábrica
ASA antes da intervenção da
Capital Europeia da Cultura.



1.2
Imagem do interior da
Fábrica ASA antes da
intervenção da Capital
Europeia da Cultura.

1.3
Chegada das placas de
madeira (pinho português).



1.4
Preparação da ala central
da Fábrica para o início da
construção.





2.1
Zona de trabalho montada
no local, um pequeno
estaleiro localizado na área
central do espaço.



2.2
Imagem de uma das mesas
de trabalho onde se podem
ver as ferramentas base a
utilizar na construção.

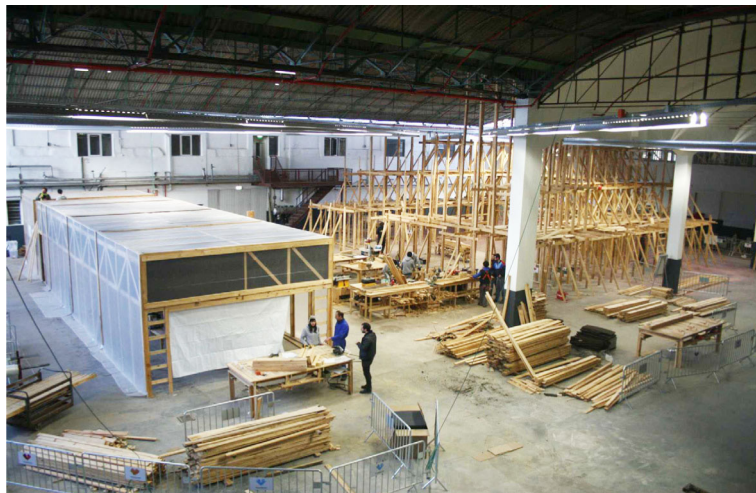
2.3
Vista geral da evolução da
construção - fase 1.



2.4
Vista geral da evolução da
construção - fase 2.

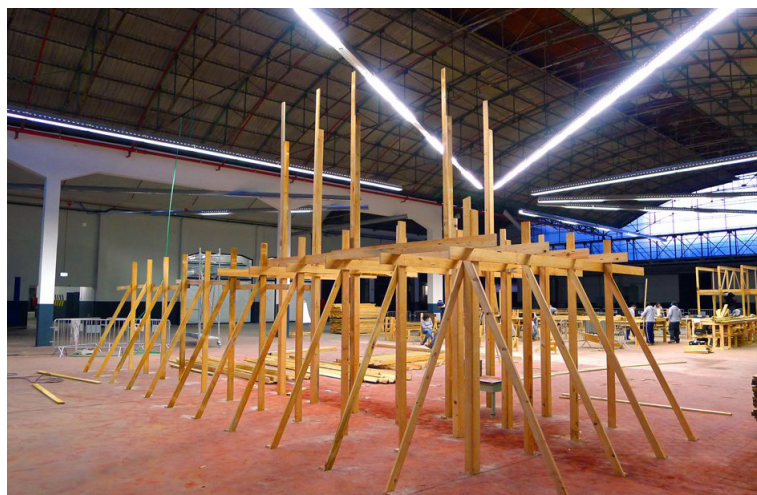


2.5
Vista geral da evolução da
construção - fase 3.





3.1
Desenho conceitual da estrutura do auditório desenvolvido pelo coletivo EXYZT antes do início do *workshop*, que funcionou como inspiração para a construção no espaço.



3.2
Imagem inicial da estrutura do auditório, na qual a construção foi orientada através de marcações e medições feitas no chão.

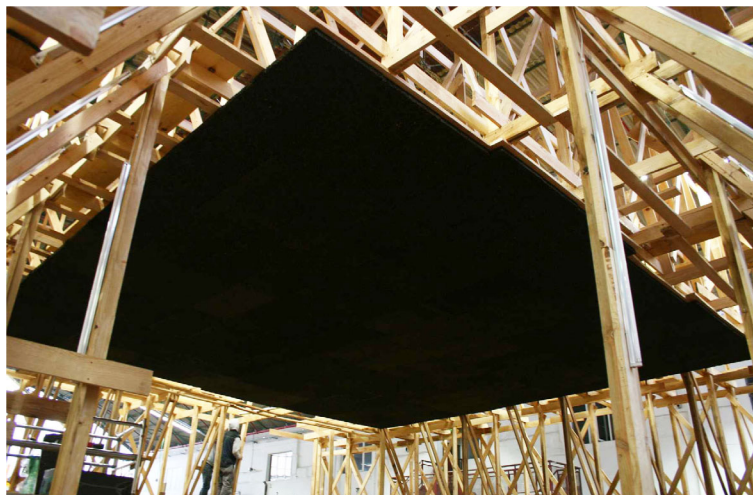
3.3
Fase intermédia de construção da estrutura elaborada por troços, onde já se pode identificar uma das alas do auditório em que se vê parte do segundo andar.



3.4
Imagem da estrutura praticamente completa, onde se pode ver o espaço de "entrada".



3.5
Pormenor do teto, onde se pode ver parte do revestimento de cortiça do auditório, colocado para permitir um melhor isolamento acústico e térmico e para controlar a luminosidade.

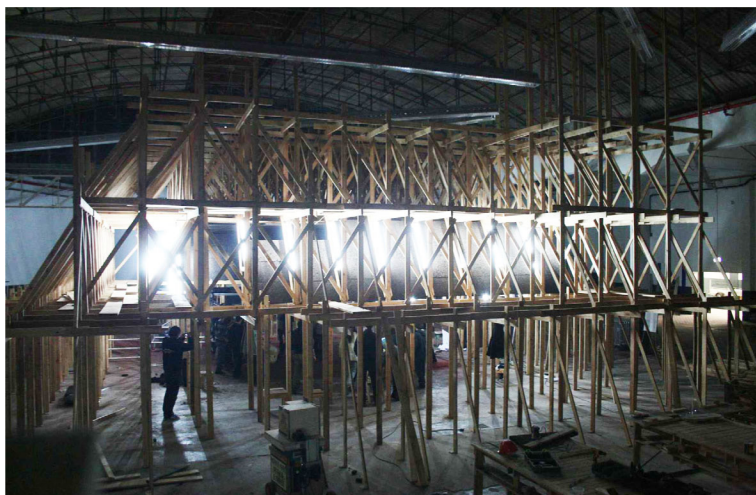




4.1
Vista exterior do auditório já completo.



4.2
Vista interior do auditório já completo.



4.3
Vistado auditório à noite, onde se experimentam as luzes instaladas no exterior da estrutura.

4.4
Imagem do espaço a
ser utilizado durante a
conferência "*Performance
Architecture*".



4.5
Imagem do espaço a
ser utilizado durante
a assembleia "*Musa
Paradisiaca*".



4.6
Imagem exterior do espaço
durante o espetáculo
"*Sonores*".





5.1
Imagem do início da construção da área de infraestruturas (cozinha, quartos, sala de estar) onde já se podem identificar os dois primeiros pórticos da estrutura.



5.2
Fase de construção em que já se pode identificar o esqueleto completo da área de infraestruturas.

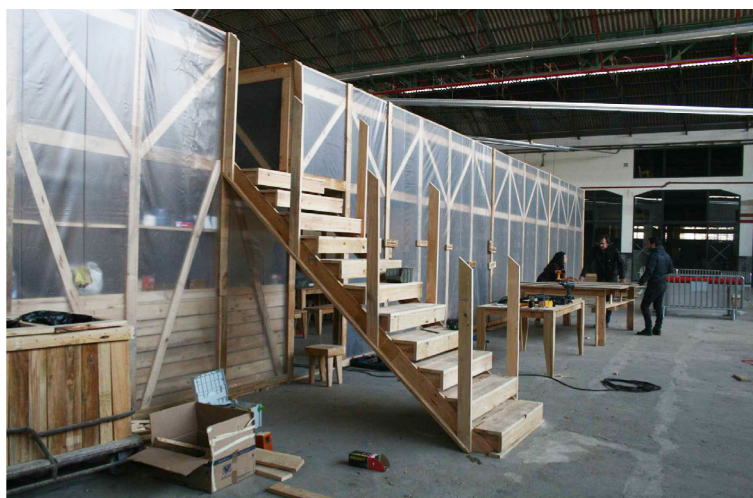


5.3
Imagem da fase de acabamentos onde já se pode ver o revestimento de plástico que protege a estrutura.

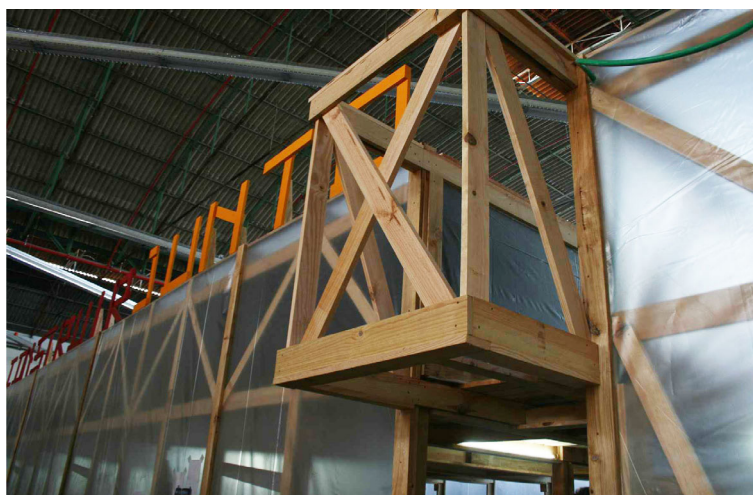
5.4
Vista aérea da área de
infraestruturas praticamente
completa.

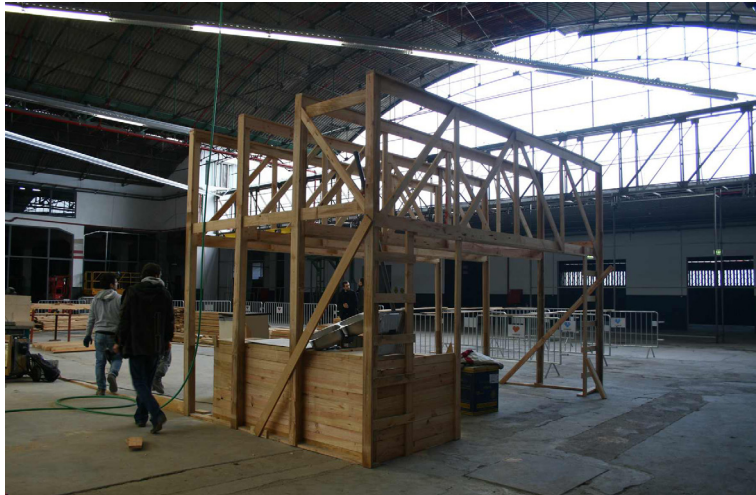


5.5
Vista da fachada orientada
para a entrada da fábrica,
onde se vê a escada de
acesso à *mezzanine*.



5.6
Pormenor da fachada,
onde se vê a varanda da
mezzanine orientada para a
estrutura do auditório.

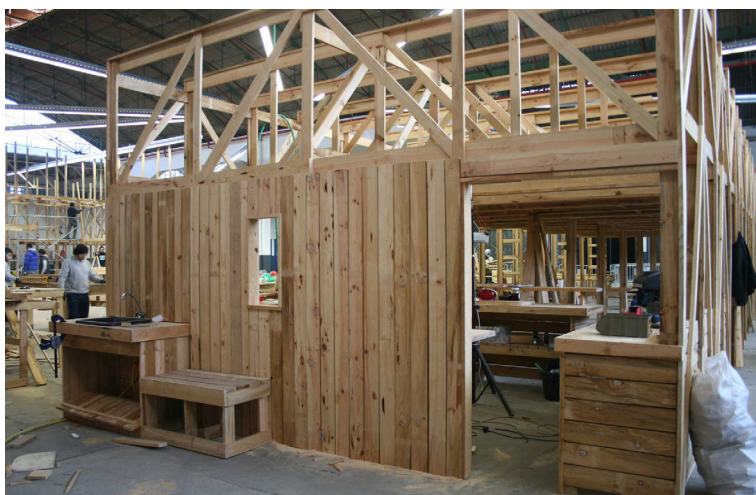




6.1
Início da construção do
balcão da cozinha, situada
num dos extremos da área
de infraestruturas.



6.2
Vista do interior da cozinha,
na fase em que estão a
ser feitas as instalações
elétricas e a ser colocadas
as canalizações.



6.3
Vista do exterior da cozinha,
onde se pode a porta de
entrada e uma pequena
zona para lavar as mãos
situada no exterior da
estrutura.

6.4
Vista da cozinha a partir da entrada, na fase em que já está em utilização.



6.5
Vista do interior da cozinha onde se prepara um dos almoços do *workshop*.



6.6
Imagem do balcão que faz a separação entre a cozinha e sala de estar.





7.1
Imagem em que se podem ver os quartos situados no andar superior da estrutura.



7.2
Interior da estrutura dos quartos na fase em que está ainda a ser colocado o chão.



7.3
Pormenor de uma das escadas de acesso que liga a sala de estar ao quarto.

7.4
Interior de um dos quartos
já com os painéis de cortiça
que funcionam como
estruturas divisórias.



7.5
Pormenor das janelas dos
quartos no teto da estrutura.



7.6
Vista interior de um dos
quartos ocupado durante o
workshop.

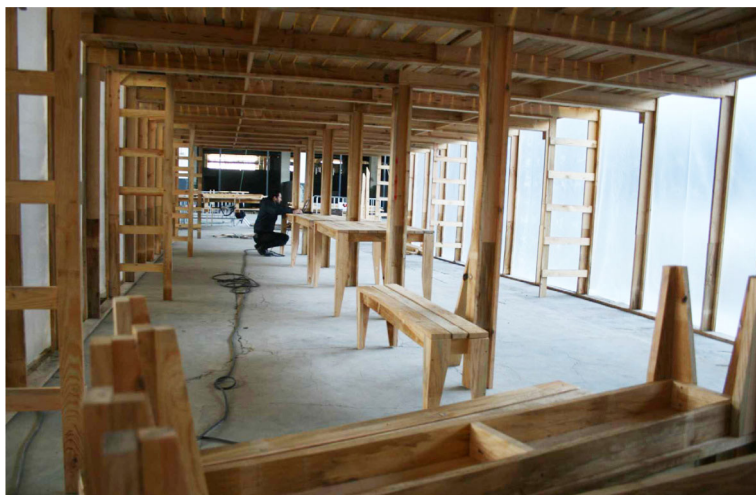




8.1
Imagem da junção dos pórticos da área de infraestruturas onde já se começa a identificar o espaço da sala de estar.



8.2
Imagem interior do espaço com o esqueleto da estrutura já completo.



8.3
Vista da sala de estar na fase final da sua construção, onde começam já a ser colocadas as mesas e bancos.

8.4
Imagem de um dos almoços
na Fábrica ASA durante o
workshop.

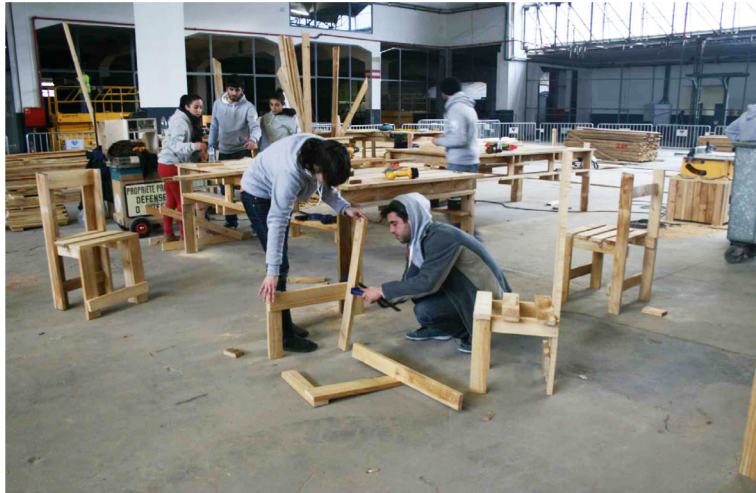


8.5
O espaço de estar a ser
também utilizado como zona
de trabalho.



8.6
Preparação para uma das
festas realizadas no local,
onde a sala funcionou
também como pista de
dança.

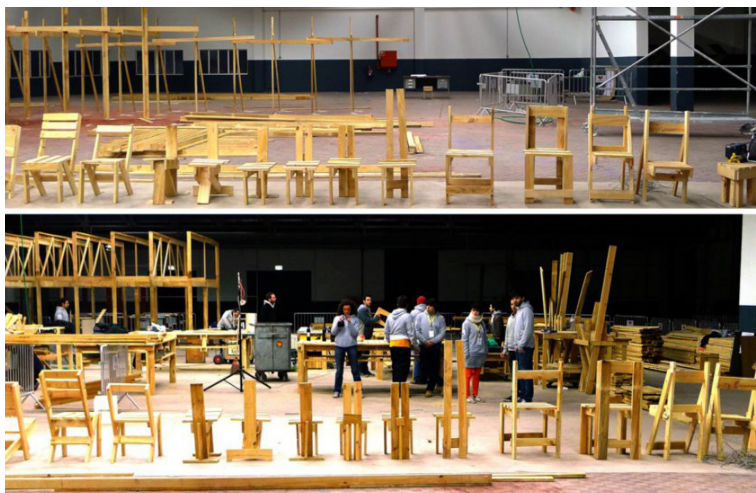




9.1
Início da experimentação da construção das cadeiras, onde se vê a preparação da montagem de uma das peças.

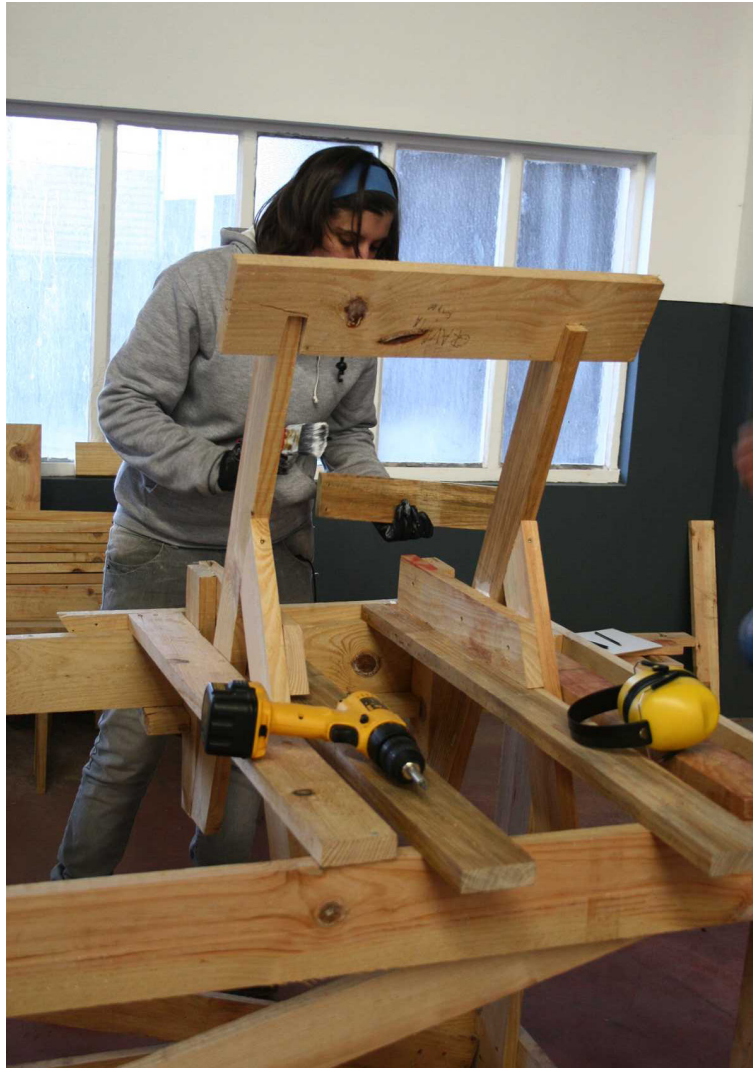


9.2
Imagem bem representativa do trabalho das cadeiras, em que discute o desenho de uma das peças ao fundo e onde se identifica em primeiro plano o misto de experiências.

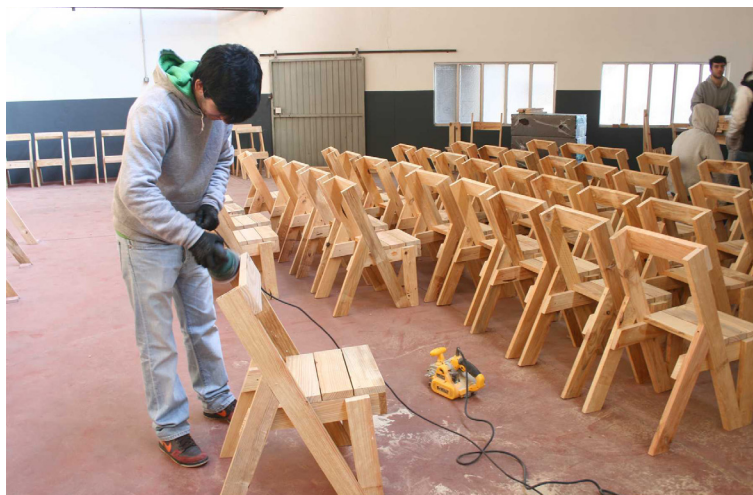


9.3
Imagens de frente e costas do vários resultados da experimentação.

9.4
Depois de escolhido o protótipo final, procedeu-se à produção em série.
Na imagem vemos um pormenor da zona de produção onde as peças são montadas à medida.



9.5
Imagem onde pode ver a cadeira final já produzida repetidamente.





10.1
Grupo de investigação numa das reuniões iniciais, onde se decidiram as estratégias de integração da população e divulgação do projeto.



10.2
Imagem das peças de madeira sobrantes da construção a serem impressas com frases, através da técnica de *stencil*.



10.3
As peças já preparadas para serem transportadas para a rua.

10.4
Imagem de um grupo de participantes do *workshop* a transportar a cadeira que vai fazer a divulgação do projeto e iniciar a interação com a população.



10.5
Imagem de um habitante local sentado na cadeira ambulante.



10.6
Imagem de um grupo de habitantes a receberem as tábuas impressas com as mensagens de convite a uma visita à Fábrica ASA para fazer parte do projeto "Construir Junto".





11.1
Imagem de uma das tábuas colocada na zona de Covas numa das principais ruas de acesso à Fábrica ASA.



11.2
Imagem de uma das tábuas no centro de Guimarães, mais propriamente na Alameda de S. Dâmaso.



11.3
Imagem de dois visitantes a trazerem uma tábua de volta à ASA.

11.4
Dois visitantes a prenderem
a tábua na estrutura.

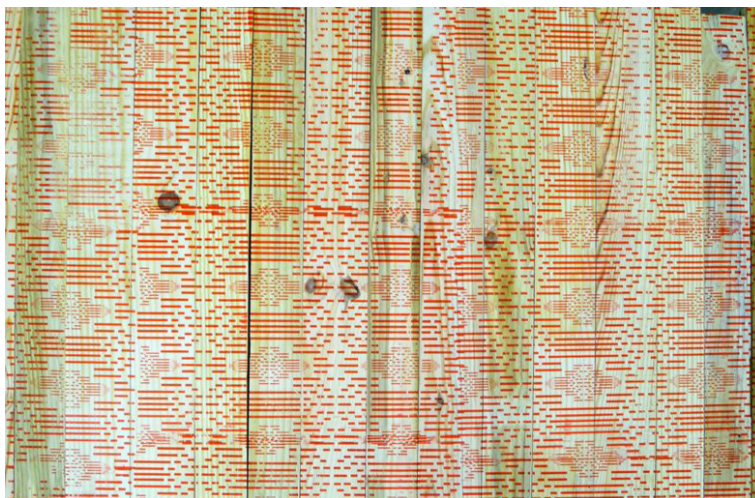


11.5
Imagem aproximada das
tábuas presas na estrutura
da cozinha e dos quartos,
onde se podem ver também
as devidas mensagens de
quem as lá deixou.





12.1
Zona do balcão de serigrafia, onde se fizeram impressões do símbolo da construção em várias superfícies.



12.2
Um exemplo das impressões em serigrafia feitas numa das mesas da sala de estar. A técnica de serigrafia foi também utilizada por exemplo em *t-shirts* e *posters*.



12.3
Momento de preparação das letras "dá asa à imaginação" que depois foram colocadas na estrutura.

12.4
Uma das imagens da *fanzine*
"Construir Junto"
em representação do
passado da Fábrica ASA.



12.5
Ilustração representativa do
workshop "Construir Junto"
que faz também parte da
fanzine.





13.1

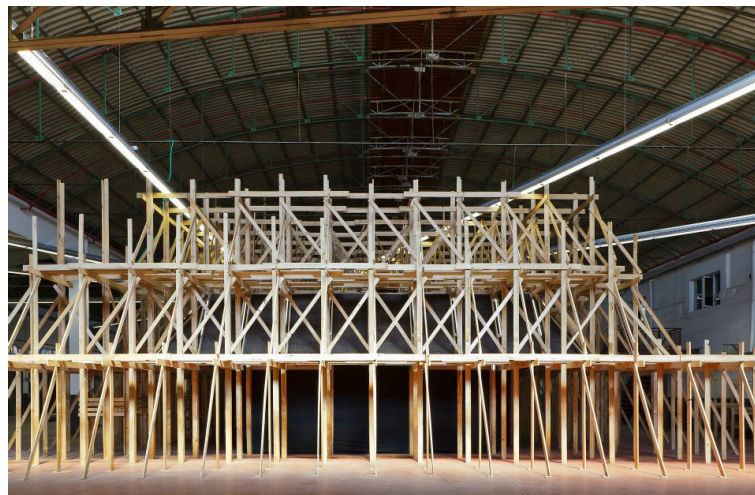
Imagem da ala central da fábrica já após a inauguração oficial do espaço, onde se pode ver a estrutura da sala de estar e dos quartos à esquerda, à direita vê-se parte do auditório, e ao centro está a estrutura da Rádio Sonores.



13.2

Imagem de pormenor da estrutura do auditório depois da inauguração do espaço.

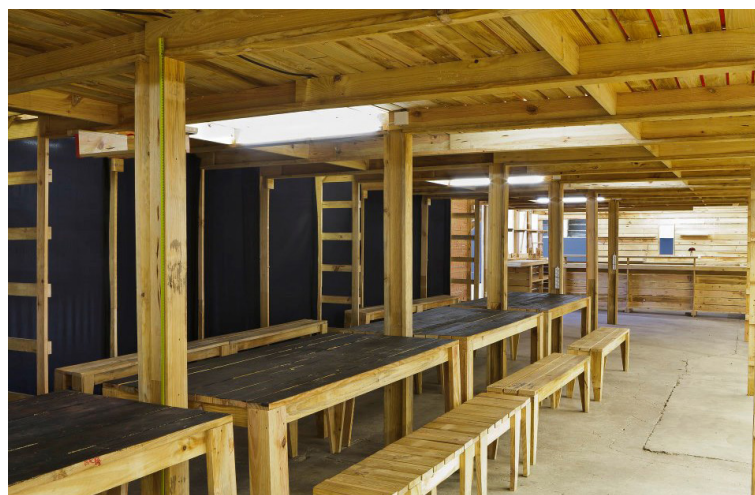
13.3
Imagem do auditório já com
uma adição que ajudou
a encerrar o seu espaço
central.

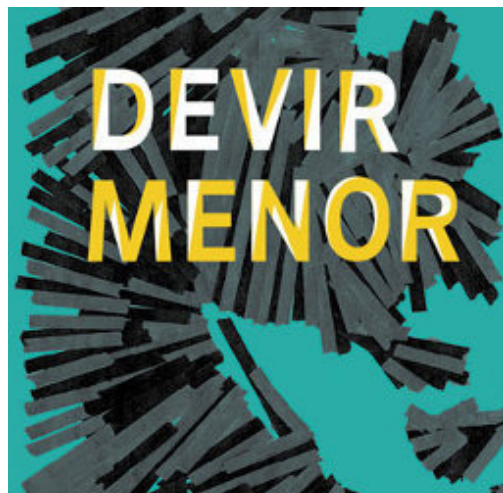


13.4
Imagem onde se pode ver
o exterior da estrutura da
sala de estar e dos quartos,
neste caso já sem o plástico
que protegia a area



13.5
Vista do interior da sala
de estar onde se vê ao
fundo a cozinha já sem as
infraestruras de apoio. Mais
tarde o espaço da cozinha
transformou-se num bar
para servir o local.





Projeto: “Devir Menor - Mapeamento coletivo”

Formato de participação - workshop

Organização: Capital Europeia da Cultura - Devir Menor

Orientação do workshop: Iconoclastas (AR)

Tema: Redes de micro-indústrias na região de Guimarães /

Minho : Uma reflexão sobre a economia pós-crise

Objeto de estudo: Pevidém e região do Vale do Ave em geral

Local de realização do workshop: Sociedade Martins

Sarmento, Guimarães

Número de participantes: cerca de 15

Duração: 1 dia - 13 de Junho de 2012



14.1

Foto da visita realizada pelo coletivo Iconoclastas antes da preparação dos ícones para o workshop. Na imagem pode ver-se uma das máquinas de produção têxtil, indústria muito comum na zona de Guimarães e Vale do Ave.

14.2
Na imagem vê-se uma das fábricas da zona de Pevidém que ainda se encontra em funcionamento.



14.3
Foto de uma zona criativa da fábrica, um projeto recente em que se associa o *design* à produção.





15.1
Iconografia criada pelo coletivo Iconoclastas, após a investigação e as visitas à zona de Pevidém. Na imagem podem vê-se os ícones que representam o encerramento de fábricas, a desocupação e a precariedade laboral.

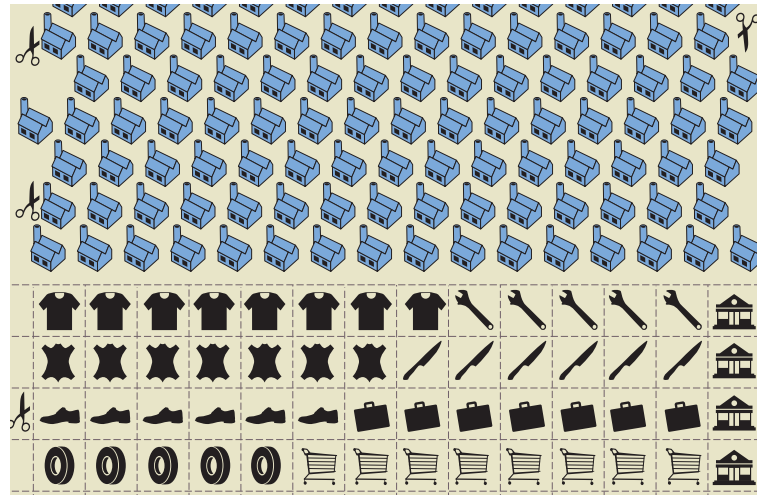


15.2
Os temas da iconografia estão divididos por cores diferentes, para melhor se distinguirem os tipos de representações a serem feitas no mapa. Estes ícones representam o fluxo de produção e a terceirização do trabalho e da indústria, incitando à exploração de quais os beneficiários e os prejudicados no processo.

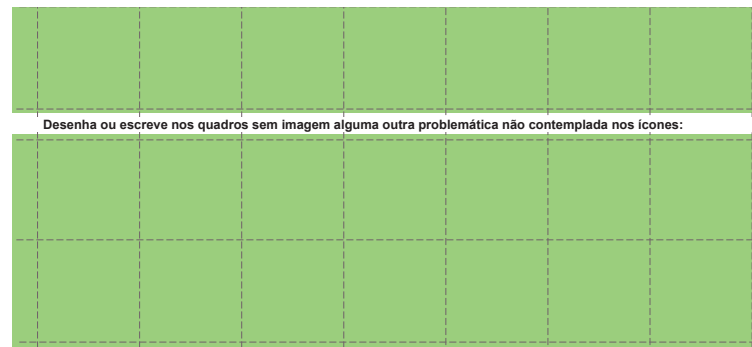


15.3
Já com a cor verde estes ícones representam novas organizações, pequenos negócios ou novos investimentos na indústria.

15.4
Outros símbolos relacionados com o tema, para serem utilizados e interpretados no mapeamento.



15.5
Ícones “em branco” sugerindo que os intervenientes no mapeamento representem outras problemáticas não exploradas. Está também escrita uma pequena explicação de como abordar a representação do mapa.



Considerações:

1. Cola os ícones em lugares do mapa que não se sobreponham com detalhes importantes (indica o lugar através de uma linha de chamada)
2. Indica o lugar debaixo do ícone e desenha uma seta para fora do mapa
3. Escreve o nome dos responsáveis, se souberes
4. Esta proposta de cartografia é aberta e pensada como um espaço de estimulação à reflexão e criação em comum. Nesse sentido, não é necessário que uses todos os ícones e podes focalizar em temáticas específicas.

15.6
Pequena explicação acerca da interpretação dos ícones, que esteve disponível como ficha de apoio para ser consultada no decorrer do workshop.

Tópicos referentes a problemáticas laborais no Vale do Ave e Pevidém

<p>Fábricas fechadas Nome do estabelecimento e data aproximada do seu encerramento. Causas. Beneficiários. Consequências.</p>	<p>Construção imobiliária. Mão de obra migrante. Alto preço dos imóveis. Crise habitacional</p>	<p>Indústria Zonas de fábricas. Parques industriais.</p>
<p>Desocupação Zona onde o desemprego é notoriamente alto. Responsáveis. Danificados. Problemas associados.</p>	<p>Fábricas reabilitadas Zonas onde se substituiu a actividade industrial por actividades e serviços terciários. Causas. Benefícios. Consequências.</p>	<p>Tipos de indústria</p> <ul style="list-style-type: none"> Têxteis Curtumes Calçado
<p>Zonas onde a precariedade e abandono da vida é visível Escassas políticas públicas. Migração e imigração em busca de trabalho</p>	<p>Proibições ou limitações à organização de trabalhadores Nome dos estabelecimentos onde isto ocorre. Consequências</p>	<p>Tipos de serviço</p> <ul style="list-style-type: none"> Comércio Turismo
<p>Trabalho terceirizado (outsourcing) em casas-oficina Zonas pontuais onde prevalece esta actividade. Modalidades de produção.</p>	<p>Fábricas reabertas Nome dos estabelecimentos e data aproximada de reabertura. Responsáveis. Beneficiários.</p>	<p>Organizações</p> <ul style="list-style-type: none"> Sindicatos. Lutas. Reivindicações. Manifestações Outros
<p>Empresas que terceirizam(outsourcing) e/ou precarizam o trabalho Nome/Donos do estabelecimento. Consequências. Prejudicados.</p>	<p>Fábricas novas Nome dos estabelecimentos e data aproximada de abertura. Tipo de produção. Responsáveis. Beneficiários.</p>	<ul style="list-style-type: none"> Centros de formação e investigação (universidades e centros tecnológicos)
<p>Fluxos de produção do trabalho terceirizado Bens que se produzem e os seus destinos finais. Beneficiários.</p>	<p>Zonas onde se percebe um novo investimento na agricultura Empreendimentos agro-ecológicos. Mercados.</p>	<ul style="list-style-type: none"> Plásticos e borrachas Metais – produtos metálicos e mquinas Cutelaria



16.1

Após uma pequena conversa inicial, em que se exploraram os temas a retratar e os processos de construção do mapa, os participantes reúnem-se junto à mesa de trabalho para discutir as primeiras ideias e trocar as primeiras impressões.



16.2

Imagem de uma fase ainda inicial de interpretação do espaço do mapa e das iconografias.

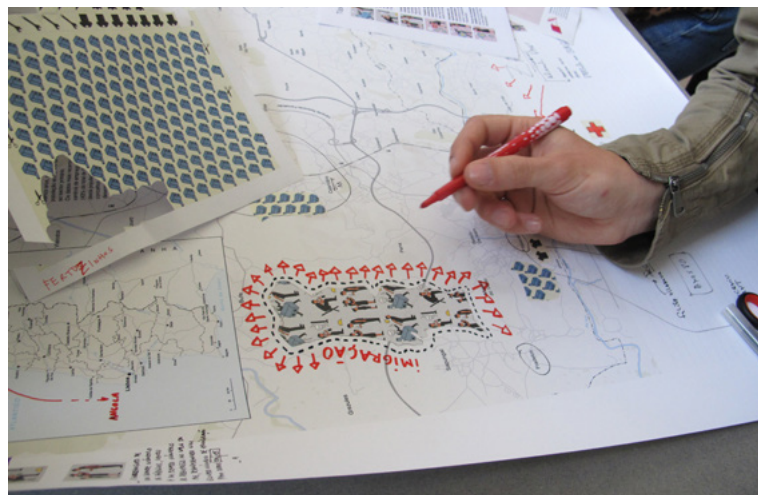


16.3

A pausa para o almoço, momento onde os participantes se puderam conhecer melhor uns aos outros.



16.4
Imagem dos participantes já
a construir o mapa.
Aqui estão reunidos antigos
trabalhadores, habitantes da
zona de Pevidém e Vale do
Ave, arquitetos, estudantes,
sociólogos, artistas etc.



16.5
Pormenor da construção
do mapa onde começam a
aparecer as primeiras ideias
e interpretações

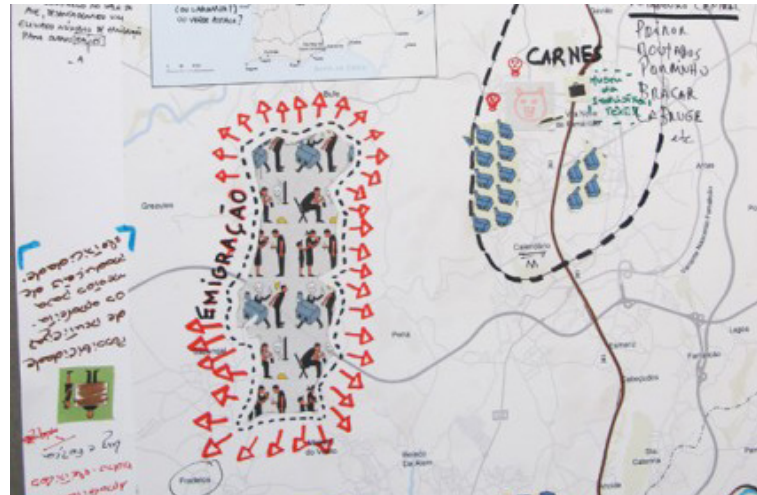


17.1
Imagem da representação do centro de Guimarães onde se combinam desenhos, cores, símbolos e ícones, resultando num complexo variado de informação. Aproveitou-se, neste caso, para representar as crescentes recuperações de fábricas inativas ou abandonadas.

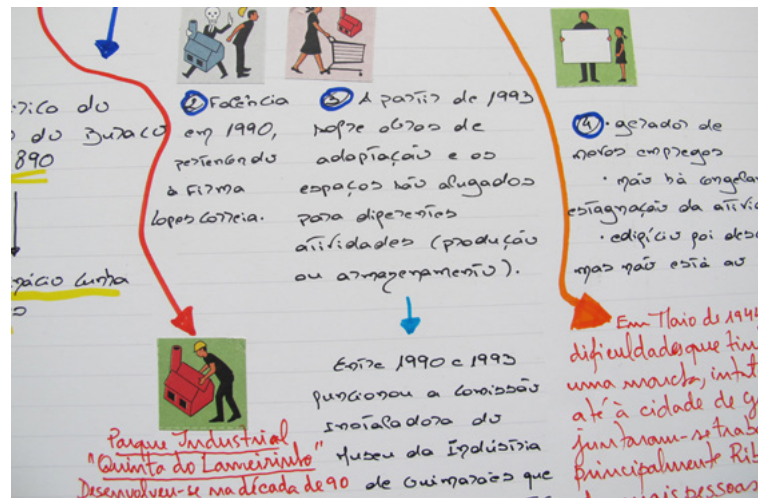


17.2
Pormenor da zona de Pevidém onde se representam as “antigas fábricas” (muitas delas já inativas e outras, hoje em dia, com produções mais pequenas) e a área significativa que as suas propriedades ocupam na freguesia.

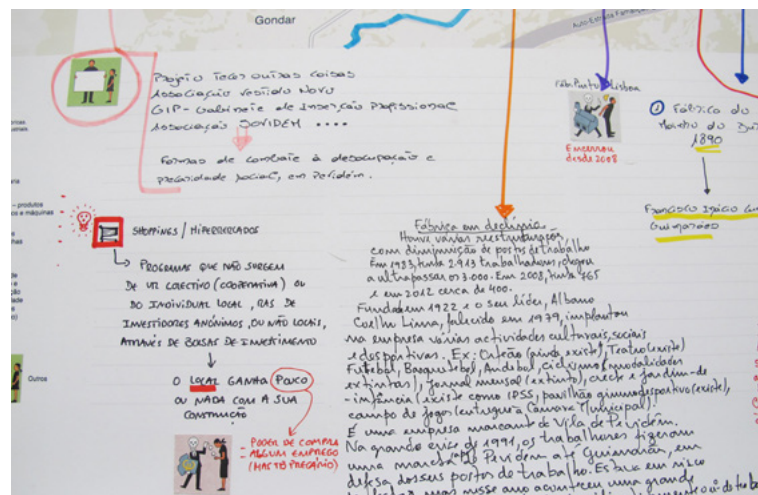
17.3
 Pormenor do cartografia onde se aproveita para representar o mapa de Portugal, afetado pelo problema do desemprego.

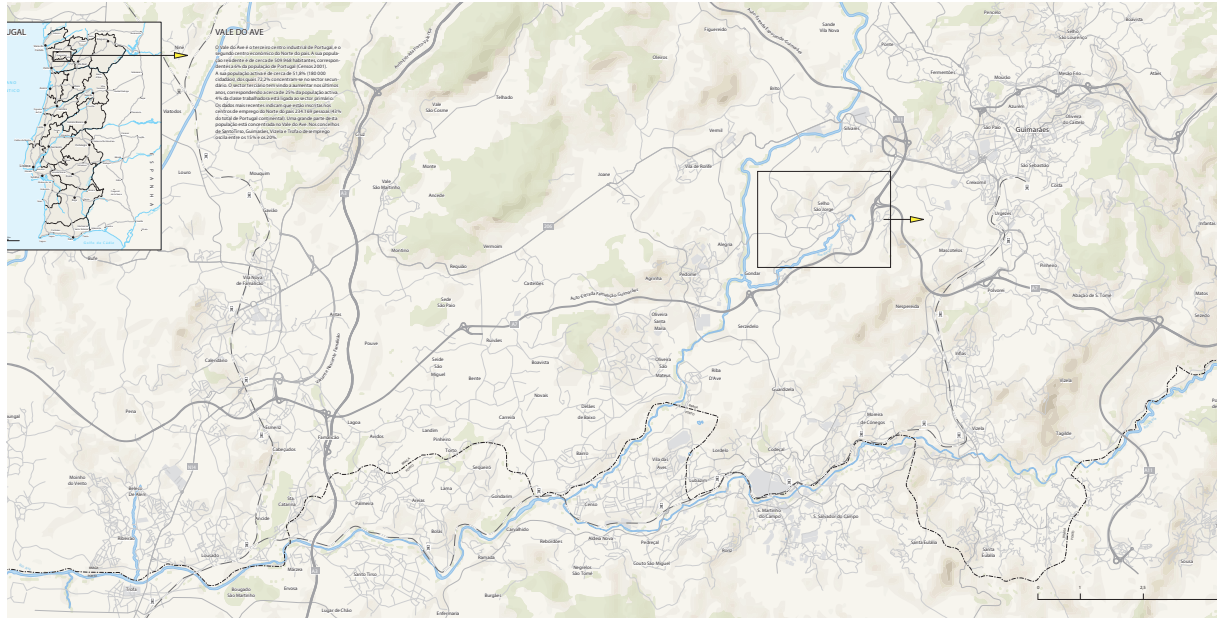


17.4
 No mapa as imagens e ícones trabalharam também em concordância com textos explicativos ou descritivos.



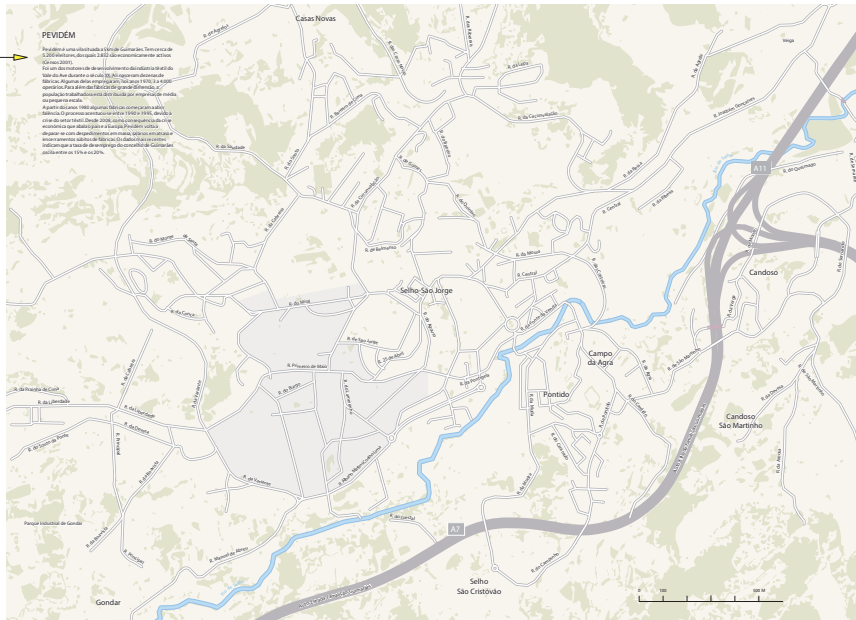
17.5
 Pormenor em que descreve a situação de algumas das fábricas e o seu historial e evolução.





18.1 Em cima: Imagem dos mapas antes da intervenção





18.2 Em baixo: Imagem final dos mapas após a intervenção





Projeto: “Isto é uma Praça!”

Formato de participação - voluntariado

Organização: Capital Europeia da Cultura - Pop up Culture

Coletivo de arquitetura: Esterni (IT)

Localização: Couros, Guimarães

Intervenção: construção de uma praça para a comunidade

Número de participantes: cerca de 10 responsáveis pelo projeto (número de voluntários difícil de contabilizar)

Tempo de Construção: 3 semanas - 16 a 29 de Junho de 2012

Permanência do Projeto: de Junho de 2012 a Outubro de 2012



19.1
Imagem do projeto "Couros. CampUrbis. Envolvimento da População da Local." em que a população constrói o "Mapa da Comunidade de Couros" maquete da zona de Couros.



19.2
Imagem da maquete de Couros finalizada, já na exposição "Uma Experiência Singular" realizada na Casa da Memória em Guimarães.

19.3
Pormenor da maquete em
que se vê o espaço que
depois recebeu o Projeto
"Isto é uma Praça!"



19.4
Imagens de uma das
reuniões do "Concelho de
Comunidade de Couros" em
que se apresenta o projeto
"Isto é uma Praça!"



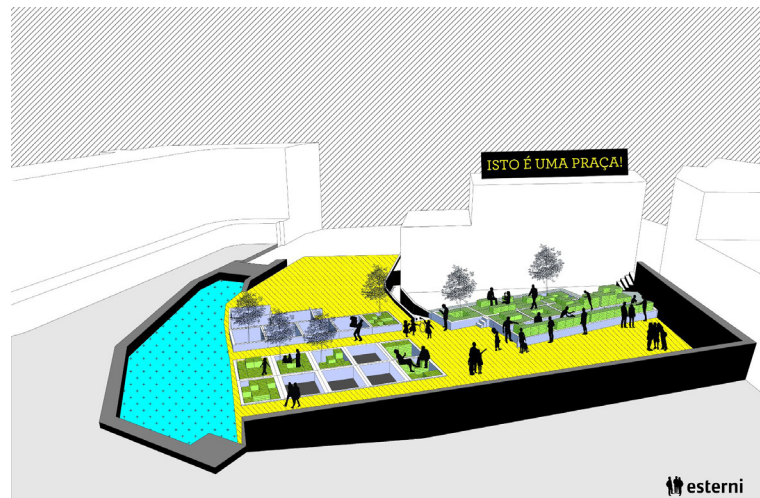


20.1
Foto onde se podem ver os tanques de lavagem de cortumes na fase em que estavam em utilização.



20.2
Imagem do espaço do logradouro que viria depois a receber o projeto "Isto é uma Praça!", onde se pode ver o estado de abandono a que o local estava deixado antes da intervenção.

20.3
Imagem conceitual do projeto
realizada pelo coletivo
Esterni antes da construção
da Praça. Esta imagem
ainda previa a ocupação livre
dos tanques que mais tarde
não foi possível concertizar.



20.4
Imagem geral da Praça
antes de receber a
intervenção.





21.1
Início da construção da
estrutura das escadas, neste
caso da parte que faz o
contacto com rua.



21.2
Imagem da construção da
zona das escadas que faz o
contacto com o interior da
praça.

21.3
Imagem onde se pode ver o momento em que as escadas que cruzam com o muro, fazendo a transição entre o "interior" e o "exterior".



21.4
Imagem do interior da praça com as escadas já em utilização.



21.5
Vista exterior da estrutura da escada que funciona também como painel publicitário dos eventos da praça e local onde se podem colocar sugestões.





22.1
Um dos primeiros momentos do contacto da população com a Praça, em que se organizou um pequeno almoço conjunto, com uma mesa ainda um pouco improvisada.



22.2
Momento ainda inicial da construção da Praça em que a mesa e a respetiva cobertura já se encontram finalizadas.



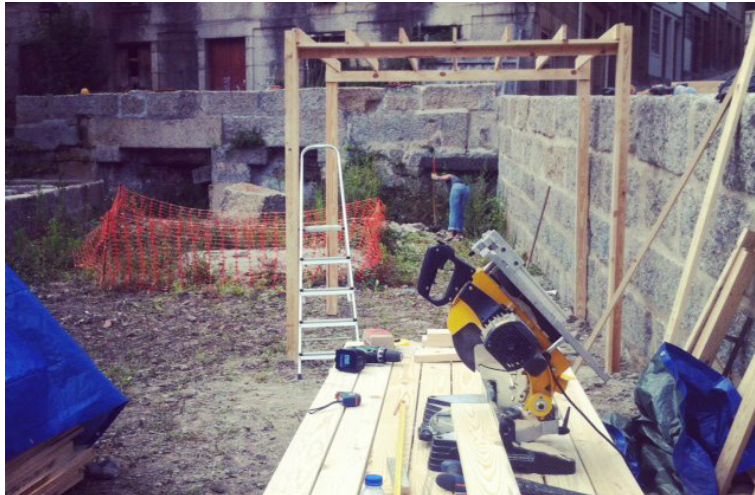
22.3
Pormenor de um dos bancos compridos contruidos para colocar junto à mesa.

22.4
Durante um dos “Mercados Urbanos em Couros” a mesa a ser utilizada como local de trabalho e simultaneamente de exposição de ilustrações para venda.



22.5
Vista completa da estrutura, a ser utilizada durante um *workshop* de construção em madeira para crianças.





23.1
Pormenor da bancada de trabalho construída para apoiar a construção.



23.2
A montagem de um dos vários banquinhos da praça.



23.3
Um dos habitantes a ajudar na construção do mobiliário.

23.4
Imagem de outra das peças
de mobiliário, uma
cadeira-sofá.



23.5
Pormenor das pequenas
mesas e bancos da praça.





24.1
Os jogos da praça em fase de construção.



24.2
Imagens dos jogos inseridos na parede estrutural, local onde são colocados quando não estão a ser utilizados.

24.3
Construção das peças de
um jogo de dominó em
ponto grande.



24.4
Crianças a utilizarem
as canas de pesca para
apanhar os peixinhos em
madeira num dos tanques
que ainda têm água.



24.5
Crianças a brincar com um
jogo do galo improvisado em
madeira.





25.1
Imagem da construção
de uma das estruturas
associadas aos tanques.



25.2
Bancos-escada, que servem
simultaneamente de acesso
ao interior dos tanques e de
sítio para sentar.

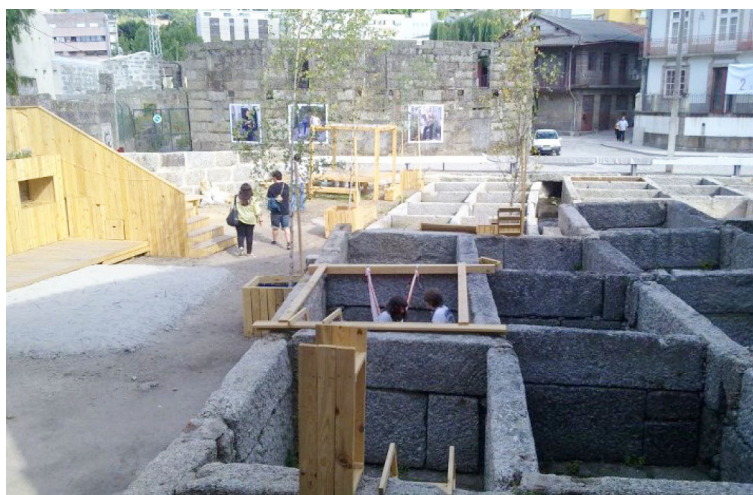
25.3
Imagem das camas de rede
instaladas no interior de um
dos tanques.



25.4
Crianças a brincar num dos
tanques que se transformou
num pequeno campo de
futebol.



25.5
Imagem geral das estruturas
dos tanques.





26.1
Estrutura de uma das
plataformas ou palcos em
início de construção.



26.2
As estruturas dos palcos
foram-se adaptando à forma
do espaço, preenchendo
interstícios e adaptando-se
ao terreno.



26.3
Pormenor de construção de
uma das estruturas em que
o palco envolve uma pedra
que faz parte do terreno.

26.4
Um dos palcos a ser utilizado durante a tarde, onde se pode ver uma mesa de dj improvisada.



26.5
A plataforma de madeira a ser utilizada como ponto de venda num dos "Mercados Urbanos em Couros".



26.6
Palco a ser utilizado num momento de preparação para um dos concertos de fim de tarde.

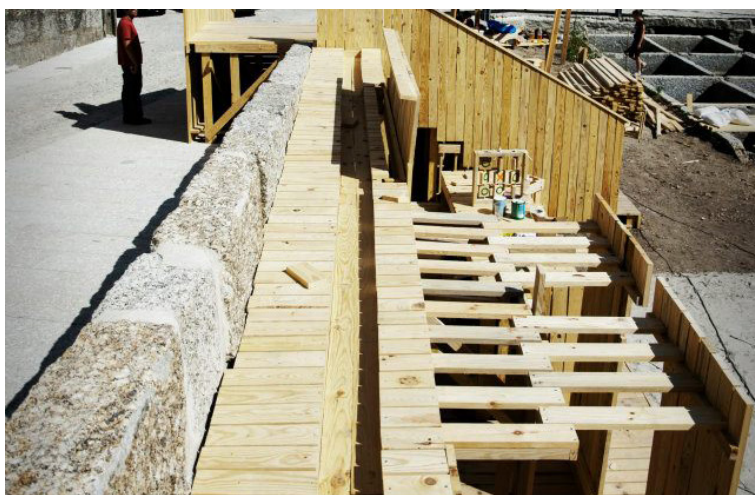




27.1
Início da construção da parede estrutural junto ao muro, onde se pode ver o esqueleto inicial da estrutura.



27.2
Pormenor em que já se pode ver a bancada do bar destacada da parede.

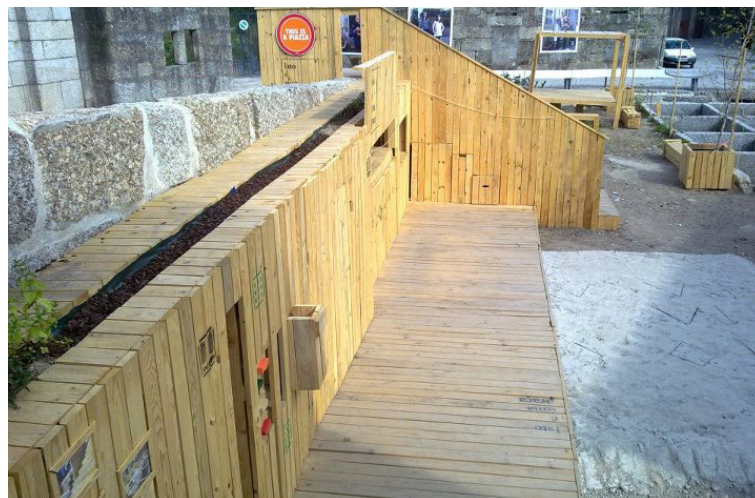


27.3
Vista do topo da parede estrutural, onde se vê o pormenor de encaixe de uma das estruturas amovíveis.

27.4
Pormenor em que se podem ver as "gavetas" da parede mais de perto.



27.5
Vista da parede estrutural já completa, com as estruturas fechadas. A parte superior da parede foi preparada para receber uma das plantações do projeto "ECOS Verdes".



27.6
Imagem de um dos concertos da praça em que se podem ver as estruturas "destacadas" para serem utilizadas.





28.1
Alguns dos habitantes
de Couros junto ao muro
durante a construção.



28.2
Crianças a ajudar na
construção de uma das
peças de mobiliário.

28.3
População a preparar
uma sardinhada na praça
ainda numa fase em que
a construção estava a
decorrer.



28.4
Numa das reuniões iniciais,
crianças a escreverem
algumas das sugestões
que deram ideias para os
projetos da praça.



28.5
Habitantes de Couros a
ajudar na plantação para o
projeto "ECOS Verdes".





29.1
Vista geral da praça
construída, a partir da
Pousada da Juventude.



29.2
Perspetiva geral da praça a
partir do interior.

29.3
A praça durante um dos
concertos de fim de tarde.

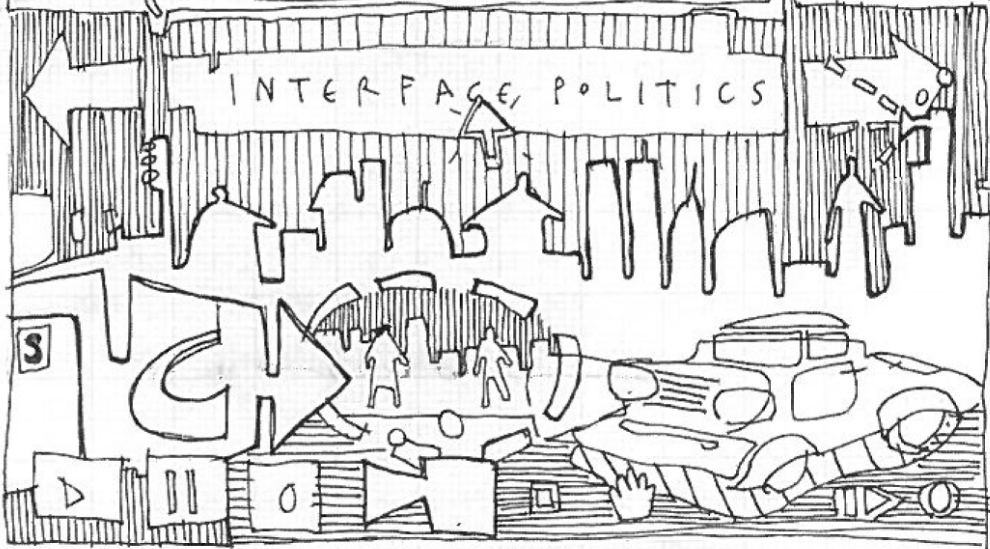
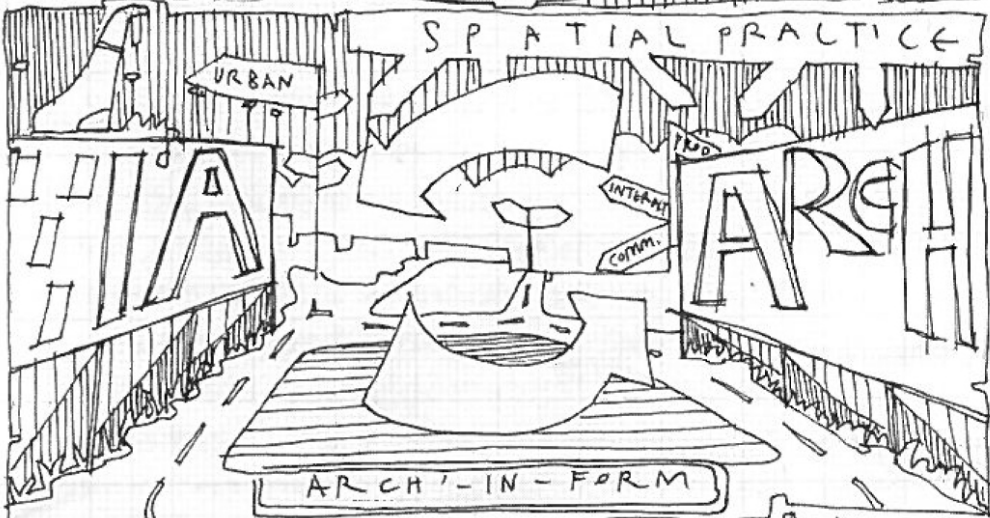
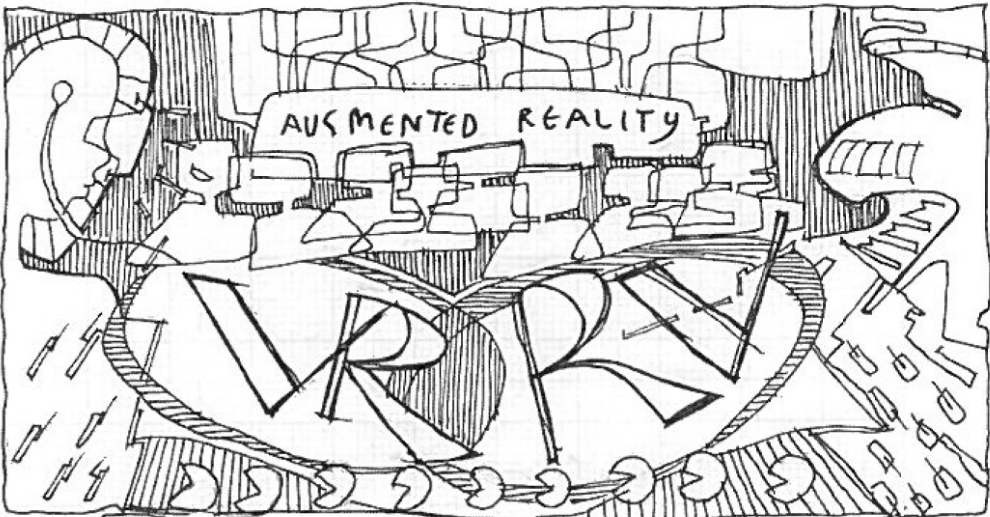


29.4
A praça durante um dos
"Mercados Urbanos em
Couros"



3 Vislumbres de uma Arquitetura futura

desafios e estratégias para um contexto
espacial em mutação



3.1 A “NOVA REVOLUÇÃO URBANA”

Através da experiência dos “ensaios participativos”, exploraram-se novas potencialidades, testaram-se novos compromissos, avistaram-se indícios de uma possível reestruturação ideológica e prática e estudaram-se as suas formas de implementação e o seu impacto atual. O seu estudo, prático e crítico, oferece-nos pistas acerca da eminente mudança, as suas conclusões desvendam-nos visões de quais os processos a reformular.

Portanto, as inquietações trazidas pelos ensaios levam à reformulação de novas questões e à renovação de argumentações, aprofundando-as de forma mais refletida. Por esse motivo, surge aqui uma necessidade de compreender mais profundamente quais as razões sociologicamente incorporadas que nos levam à adoção destas “novas práticas”, para que com esta compreensão, mais atenta, se possa não só justificar estas mudanças, mas também procurar soluções mais conscientes de forma a que o impacto destes processos se torne operativamente mais eficiente.

Considerando a atual evolução urbana, e seguindo os pensamentos do estudo sociológico de François Ascher, admite-se que atravessamos um processo de constante transformação, gerada por uma adaptação a novos dispositivos de interação, troca, informação e conhecimento, em que as motivações ideológicas se atualizam constantemente e se aproximam mais de uma valorização da liberdade de opção individual e do sentido crítico comum.

*“As sociedades ocidentais estão de facto em mutação e entram numa nova fase da modernidade que vê evoluírem profundamente as formas de pensar e agir, as ciências e as técnicas, as relações sociais, a economia, as desigualdades sociais, as formas de democracia. Estas mutações (...) colocam na ordem do dia uma **nova revolução urbana** moderna, a terceira, após a da cidade clássica e a da cidade industrial.”⁴⁴*

⁴⁴ ASCHER, François
– *Novos Princípios do
Urbanismo seguido de Novos
Compromissos Urbanos.*
Livros Horizonte, Lisboa:
2010 (p. 20)

Desta forma, o funcionamento da sociedade está tendencialmente a começar a obedecer a outras lógicas que advêm de dispositivos múltiplos, onde *“cada indivíduo (...) é confrontado com um número de situações e de circunstâncias individuais e coletivas cada vez mais diferenciadas e mutáveis.”*⁴⁵ (sociedade hipertexto) Assim, a ação torna-se cada vez mais particular, implicando uma nova apropriação das rotinas e dos valores quotidianos, mais complexa, plural e diversificada. O potencial destas novas lógicas está na fomentação da capacidade pessoal de elaboração de respostas adequadas especificamente a cada situação. Deste modo, torna-se inviável desenvolver metodologias de reformulação urbana de forma racional, pois elas vão estar sempre dependentes de uma série de circunstâncias associadas ao momento, ao contexto, aos atores em questão etc, o que as tornam em experiências “únicas” ou pouco passíveis de se repetir nas mesmas condições.

45 ASCHER, François
– *Novos Princípios do Urbanismo seguido de Novos Compromissos Urbanos.*
Livros Horizonte, Lisboa:
2010

O facto de a “mão-de-obra” ser cada vez mais qualificada, e de as funções a desempenhar serem cada vez mais diversas e intermodais, vai fazer com que as tarefas sejam cada vez menos repetitivas e as escolhas cada vez menos sujeitas aos limites da racionalidade e passividade imposta pelos sistemas, embora elas sejam sempre dependentes de uma consciência socialmente determinada. A experiência, opinião e intuição dos próprios indivíduos passam a ter um valor mais determinante como imperativos da ação, o que permite desenvolver novas formas de conhecimento e aprendizagem e gerar novos hábitos mais ligados às circunstâncias específicas. Deste modo, os mecanismos de funcionamento social tendem a evoluir de uma “economia industrial” para uma nova “economia cognitiva” constituída por ativos intangíveis, permitindo a produção e a valorização de novos saberes especializados. Portanto, esta economia cognitiva é baseada na *“produção, apropriação, venda e uso de conhecimentos, de informações, de procedimentos.”*⁴⁶

46 ASCHER, François
– *Novos Princípios do Urbanismo seguido de Novos Compromissos Urbanos.*
Livros Horizonte, Lisboa:
2010

“A característica essencial desta economia cognitiva é que uma parte crescente das atividades económicas e dos valores que ela produz depende do capital

cognitivo incorporado nos homens nas máquinas e na organização.”⁴⁷

Estas teorias apoiam-se na ideia de uma revolução sistemática, em que os mecanismos politicamente incorporados nos quais a sociedade se apoia passam a ser mais extensos e a conectar-se de formas cada vez mais complexas. Esta multiplicação e individualização implicam transformações que trespassam as várias escalas de organização das políticas generalizadas até à manutenção do quotidiano, revendo-se nos relacionamentos interpessoais e nas formas de apropriação urbana. As ideias de intuição e empatia inerentes ao funcionamento de um sistema cognitivo permitem criar liberdades de ação reflexivas, pois os indivíduos começam a desvincular-se de regras pré-concebidas e a desenvolver intelectos próprios que se definem através de processos cognitivos próprios da independência e autonomia da ação, da apropriação e da adaptação. Estes processos são também transpostos e revistos na produção, constituição e vivência do espaço.

Estas tendências de mudança justificam e reforçam o aparecimento gradual de uma prática de arquitetura mais local e aplicada, o ressurgimento do valor do papel do individual e a valorização dos saberes localizados, e têm também influência na própria gestão dos mecanismos politicamente incorporados e no reforço da interação entre várias especializações e campos de estudo. Com isto, questionam-se quais as estratégias de elaboração desta “nova arquitetura”, na tentativa de desenvolver consciências acerca dos caminhos que ela deve tomar, criando novas perspetivas, responsabilidades e planos de ação.

3.2 RENOVAÇÃO DE COMPROMISSOS NA ARQUITETURA: a Ação como imperativo

Com uma nova reflexão acerca dos sentidos da “arquitetura expansiva”, dos seus pressupostos e da sua efetivação, baseada nas influências da análise crítica dos projetos (ensaios) e na consciencialização acerca das novas mudanças sociológicas, procura-se argumentar acerca de quais as ferramentas operativas a ser utilizadas, transportando-as para um perspectiva futura associada a uma ideia de inclusão sujeita a um processo de adaptação e desenvolvimento a longo prazo, aberto a abordagens estimuladoras.

Em primeiro lugar, realça-se a renovada importância da ação associada ao momento que leva a um exercício da arquitetura mais aproximado, onde a valorização da liberdade ou voluntariedade do “pensar” se eleva a uma emancipação da liberdade ou voluntariedade do “agir”. Assim a **ação** é determinante nesta renovação de compromissos.

Como a ação é mais particular e é cada vez mais influenciada por fatores específicos, criando novos ambientes e redes de gestão, a arquitetura orienta-se tendencialmente para o exercício de uma “prática alternativa” que se desenvolve a favor da resolução de problemas de interesse particular ou local, ou até de pequena escala. A própria temática da ação, dentro da arquitetura, expande-se para uma noção mais complexa, que opera aos níveis físicos e não-físicos da realidade, ou seja, dá-se uma renovação de compromissos e competências explorando implicações na conceção do espaço que ultrapassam a busca de resultados através do desenho e que exploram as causas e consequências que o vão determinar. Argumenta-se que esta renovação de compromissos e objetivos envolve, por isso, questões e ações exteriores à conceção espacial, que se baseiam em princípios de voluntariedade e espontaneidade da própria arquitetura aliada ao “poder” de agir em relação a algo. Deste modo, esta renovação associa-se a uma ideia de **agenciamento**, ou seja, a uma condição dependente da vontade e iniciativa humanas de agir de forma voluntária e livre.

*“Assim, um agente vem definido como quem exerce o poder de produzir um efeito. Consistindo em agenciamento por seu lado, na forma com que o indivíduo ou agente providencia ou projeta, dando forma à sua ação. Portanto, a ação por parte do agente pressupõe o conhecimento do referido poder, de forma a agir de forma diferente.”*⁴⁸

48 FURTADO, Gonçalo; OLIVEIRA, Michael – Agenciamento: Ou o estado da arte da Arquitetura. In *arq/a, Arquitetura e Arte: Guimarães 2012*, Vol. 104. Lisboa: Nov/Dez 2012. (p. 116)

Para melhor argumentar no aprofundamento deste tema, organizam-se as responsabilidades operativas da arquitetura em dois campos de ação essenciais: a **ação política** (imaterial), relacionada com a experiência e pensamento críticos; e a **ação espacial** (material), assente nas práticas operativas no espaço.

A ação política (crítica)

Obviamente, a crítica esteve sempre de alguma forma presente ou subentendida na arquitetura, mas compreende-se como necessário reforçar as suas implicações para o desenho do espaço, tornando-a num objeto analítico e reflexivo determinante. No papel da profissão, estão sempre subentendidas outras implicações e ponderações que extravasam o próprio desenho e, por isso, o arquiteto deve usar as suas competências, conhecimentos, experiência e intuição crítica, como ferramentas analíticas de sugestão e compreensão de oportunidades a nível espacial, cultural e sociológico, dando, assim, à ação um caráter político e uma condição interdisciplinar à arquitetura.

De certa forma, esta “ação crítica” associa-se, até, a um conceito que se pode apelidar de “para-político”, por ser desempenhada à parte de políticas e determinações dominantes e por constituir a capacidade de agir de forma independente, contendo em si um poder transformador. Assim, a posição de atuação desta arquitetura, tem a potencialidade de trabalhar com as particularidades marginais, pouco exploradas ou de difícil resolução, onde consequentemente se trespassam os limites convencionais da conceção. Esta

49 FURTADO, Gonçalo;
OLIVEIRA, Michael – Agen-
ciamento: Ou o estado
da arte da Arquitetura. In
arq/a, Arquitetura e Arte:
Guimarães 2012, Vol. 104.
Lisboa: Nov/Dez 2012.
(p. 118)

nova voluntariedade da arquitetura significa também uma capacidade para atuar “tanto através dos outros, como para os outros”, aplicada nas decisões do espaço.⁴⁹

“A arquitetura relaciona-se em parte com as políticas urbanas que, por sua vez, dependem e informam as políticas públicas. A história mostra que as arquiteturas são relativamente independentes dos seus mecenas imediatos e (só em parte) dos seus destinatários. Ou seja, a Arquitetura não se pode desculpar com “o sistema” como se não fizesse parte dele... Como programado que é – desde sempre produto e antes de “arte” – a (boa) arquitetura pode contribuir para uma sociedade melhor e, em especial, dos que a não podem “escolher” e muito menos programar. Subliminarmente, a Arquitetura só admite ser avaliada pelos seus pares quando não pelos próprios autores, mas (como arte programada que é) ou convence as instituições promotoras – públicas ou não – do acerto e oportunidade das propostas, que pretenda serem inovadores, ou aceita como dados as regras dominantes ou estabelecidas pelas práticas anteriores.”⁵⁰

50 PORTAS, Nuno –
Experiências Participativas:
Perspetivas Críticas. In
arq/a, Arquitectura e Arte:
Experiências Participativas,
Vol. 90/91. Lisboa: Mar/Abr
2011. (p. 28)

Deste modo, a profissão do arquiteto passa a rever-se também numa posição pró-ativa de identificação de matérias de interesse, localizando vulnerabilidades, potencialidades e oportunidades e propondo lugares, manifestações, intervenções etc. O arquiteto, como agente da ação, vê-se por vezes numa posição operativa perante a realidade, transportando a prática para uma posição “**não-solicitada**” que “dentro do status quo atual (...) opera de forma independente e criativamente encontra clientes, lugares e orçamentos, que queiram desenvolver paisagens alternativas para as lacunas deixadas pelo sistema.”⁵¹

51 FURTADO, Gonçalo;
OLIVEIRA, Michael – Agen-
ciamento: Ou o estado
da arte da Arquitetura. In
arq/a, Arquitetura e Arte:
Guimarães 2012, Vol. 104.
Lisboa: Nov/Dez 2012.
(p. 119)

Assim, a arquitetura trabalha com “novas” ferramentas, situações ou contextos, onde a ação é uma forma de acumular e renovar experiências, e aumentar o espectro de soluções e possibilidades e consequentemente as suas

capacidades de mutação e adaptação. Isso implica a necessidade de haver uma consciência renovada nesta ação política, pois é necessário atualizar e avaliar as constantes e ter em consideração as consequências destas mudanças, de forma a torna-las socialmente sustentáveis e suportáveis ao longo do tempo, trazendo princípios de coletividade, estimulando formas de sobrevivência e criando alicerces através da materialidade. Assim o arquiteto começa também a criar posições pessoais ao se associar a um objetivo como membro ativo de uma rede de interesses coletivos, juntando-se a outros indivíduos, profissionais ou plataformas. Este acaba por ser um desafio pessoal como cidadão e um desafio para a própria definição da profissão, que passa a ter, também, outros significados.

“While propelling a practice that goes beyond mere representation, they [architects] also start to create positions of their own personal freedom. Rather than understanding themselves as a singular character within the infrastructure of an office, they situate themselves in networks of aware practitioners that – as part as collaborative frameworks – broaden their collective horizon by self-initiated discursive platforms and collaborative projects.”⁵²

Deste modo, a arquitetura atua de forma provocadora, como uma ferramenta inclusiva, e talvez por vezes subversiva, que se assume como um ato inscrito na política, transformando-se numa ponte crítica entre o indivíduo e o mundo.

Esta dimensão política da ação é, obviamente, transversal à própria prática espacial, através da qual as intenções políticas são experienciadas e materializadas, também de forma crítica. Por isso, ela é novamente explorada na continuação desta reflexão, pois está sempre subentendida nos processos práticos, sendo simultaneamente causadora da ação e produtora de resultados.

A ação espacial (prática)

“Today’s spatial practice not only utilises experimental research related to

⁵² MIESEN, Markus – Spatial practices in the Margin of Opportunity. In *Did Someone say Participate?: An Atlas of Spatial Practice*. The MIT Press, Massachusetts: 2006. (p. 286)

*the transient conditions of urban society, but also applies physical and non-physical structures in order to change and alter specific settings. It presents both the developed notion of investigational techniques and the consequential application of analytical thought, which transform everyday ephemera and physical conditions.”*⁵³

⁵³ MIESSEN, Markus – Spatial practices in the Margin of Opportunity. In *Did Someone say Participate?: An Atlas of Spatial Practice*. The MIT Press, Massachusetts: 2006. (p. 288)

O grande poder da arquitetura como disciplina que contribui para esta “nova revolução urbana”, reside na sua capacidade de, de forma crítica e como ação política, materializar ideias, desejos e convicções e adaptá-las/los e experienciá-las/los no território, tornando-se num elemento de comunicação entre espaço e sociedade. A arquitetura tem a possibilidade de oferecer ferramentas operativas, relacionadas com o desenho, a técnica, a organização, que ultrapassem as regras de atuação convencionais e que se revelem mais consequentes. O papel do arquiteto, nesta “prática alternativa”, está na sua capacidade de fornecer “normas simultaneamente facilitadoras e restritivas”, onde a capacidade da disciplina assenta na condição da formulação de estratégias de manifestação potencialmente subjetivas, capazes de se adaptar a realidades diversas. Deste modo, é importante entender que, não se pretende aqui planear metodologias de ação, mas sim organizar os dispositivos que as elaboram e definem.⁵⁴

⁵⁴ ASCHER, François – *Novos Princípios do Urbanismo seguido de Novos Compromissos Urbanos*. Livros Horizonte, Lisboa: 2010 (p. 82)

A arquitetura expande-se, assim, para uma função de reguladora do novo capitalismo cognitivo, oferecendo-lhe condições para que ele seja devidamente aplicado à conceção do espaço e possa funcionar de forma eficaz e duradoura. Deste modo, a função do arquiteto associada a um trabalho de escritório perde relevância, e ele passa a estar cada vez mais presente no trabalho de campo, onde lida mais diretamente com os contextos, as pessoas, a materialidade, e se apoia mais num princípio de experimentação onde se privilegia a regulação sob a administração, o improvisado sob o plano, o mutável sob o permanente, a ação sob a prática passiva.

“... o projecto já não é apenas uma intenção traduzida num desenho. Ele

*é também um instrumento cuja, elaboração, expressão, desenvolvimento e execução revelam as potencialidades e as limitações impostas pela sociedade, pelos actores em presença, os lugares, as circunstâncias e os acontecimentos. O projeto é igualmente um instrumento de análise e de reflexão.”*⁵⁵

⁵⁵ ASCHER, François
– *Novos Princípios do Urbanismo seguido de Novos Compromissos Urbanos*. Livros Horizonte, Lisboa: 2010 (p. 80)

Assim o projeto ganha uma dimensão diferente, sendo o espectro de propostas possíveis mais plural e estratégico, utilizando instrumentos e tecnologias específicas e produzindo resultados diversos.

Deste modo, tenta explorar-se aqui uma aproximação às formas de gestão da prática, descritas como normas de aplicação transversais e complementares que se entrecruzam constantemente. Estas normas dividem-se em três princípios de ação fundamentais, como ferramentas reguladoras de uma prática responsável. Para melhor exemplificar as formas de atuar destes princípios de ação, vão sendo feitas referências aos “ensaios”, que funcionam como exemplos explicativos.

*“A new practice can only emerge as a synthesis out of constrictions on the one hand (image, economy, law and regulations) and liberation on the other (globalized geographies of contention, zones where modernity failed, and an irrepressibly agile and powerful media).”*⁵⁶

⁵⁶ MIESSEN, Markus – Spatial practices in the Margin of Opportunity. In *Did Someone say Participate?: An Atlas of Spatial Practice*. The MIT Press, Massachusetts: 2006. (p. 289)

Em primeiro lugar, para a conceção de um projeto, é necessário **organizar formas de troca de conhecimento, informação e opinião como plataformas críticas de interação que contribuam para uma prática participativa.**

“A legitimidade trazida por uma decisão pública e a sua eficácia são tanto maiores quanto mais ela for elaborada mediante um processo que tenha reunido os seus protagonistas à volta de um desafio comum. Este suplemento de legitimidade obtido pela negociação é particularmente necessário numa

57 ASCHER, François
– *Novos Princípios do
Urbanismo seguido de Novos
Compromissos Urbanos.*
Livros Horizonte, Lisboa:
2010 (p. 74)

sociedade com códigos e referências diversificados que se vão multiplicando. É esta a vantagem de uma governância interativa em relação aos métodos tradicionais de governo.”⁵⁷

A organização de dinâmicas de participação e de integração dos vários atores ou intervenientes num projeto, proporciona, através de processos de reflexão conjunta, a compreensão de planos estratégicos de alto potencial produtivo, a operar ao nível “qualitativo e quantitativo” do espaço.

Para esta integração, devem ser criadas plataformas de criação de informação e opinião que tornem possível a reflexão crítica e a troca de impressões, tal como foi o caso dos mapeamentos “Devir Menor” ou dos processos “Couros. CampUrbis. Envolvimento da População Local”. Estas dinâmicas devem incluir a junção de especialistas (como é o caso do arquiteto) que contribuem com o seu conhecimento e organização, e a de não especialistas que contribuem com uma visão criativa, pois a sua aproximação ao problema é baseada em conhecimentos mais intuitivos. Por esses motivos, estes processos funcionam também como forma de encorajar a iniciativa dos atores públicos, privados ou individuais encontrando formas mais eficientes de coletividade.

Estas plataformas podem atuar antes, durante e depois do projeto, podendo simultaneamente sugerir proposições, constituir processos de elaboração do projeto e avaliar resultados e metodologias de apropriação. Devem ser organizadas (pelo arquiteto ou não) como um processo adequado de reunião e absorção de informação, que pode passar pela elaboração de um mapa, a construção de uma maquete, a criação de um projeto expositivo interativo, a utilização de uma plataforma tecnológica de ideias, etc.

Nesta reflexão crítica, é considerada essencial a adoção destes processos como metodologias que encontram formas de estabelecer o projeto, de o conceber ou idealizar e de orientar os seus objetivos. As suas dinâmicas capacitam uma leitura invulgar do quotidiano, uma reflexão acerca de soluções e opções

diversificadas e encontram novos desafios ou virtudes, facilitando uma visão holística dos contextos a tratar e dando lugar à participação, incentivando os atores a se envolverem mais abertamente nas decisões do espaço. A participação gera-se, aqui, como um processo crítico de tomada de decisão, que por vezes não necessita de estar assente em denominadores comuns normalmente associados à política do consenso, pois a sua capacidade de potencial geradora de “conflitos” permite a criação de posições críticas criativas relativamente a dados adquiridos e a estratégias já delineadas.

“As divergências e os conflitos resolvem-se assim menos por maiorias, porque são cada vez mais circunstanciais, e mais por compromissos que permitem tratar uma variedade de situações colectivas.”⁵⁸

Desta forma adotam-se táticas de conceção que não consistem apenas no debate de opções diferentes, mas na própria reformulação de quadros de referência que permitem melhorar e aumentar o campo de opções e soluções, consistindo numa produção de desafios. Posteriormente, os desafios lançados através destes processos vão fornecer pistas para a conceção, em que se exploram capacidades e se aplicam conhecimentos que levam à organização das lógicas dos atores, interpretando as suas opiniões e sugestões e considerando os seus efeitos na realidade e a capacidade dos seus objetivos se cumprirem. É nesta parte do processo que pode acontecer um afastamento do arquiteto ao trabalho de campo, onde são elaboradas estratégias sempre passíveis de conter em si resultados imprevisíveis na prática. Aqui ele interpreta e elabora propostas concetuais que consistem em sugestões de estratégias para o espaço, planos de organização programática, esboços das intenções do projeto, pequenos desenhos de conceção, organização de modalidades de gestão dos recursos, etc.

No entanto, estas plataformas podem ser não só processos informativos de opinião e criação de desafios, pois elas podem também ter características

⁵⁸ ASCHER, François
– *Novos Princípios do
Urbanismo seguido de Novos
Compromissos Urbanos.*
Livros Horizonte, Lisboa:
2010 (p. 89)

de aplicação específica à prática espacial pela criação de interatividades, até porque a informação nelas contida é inacabada e está sempre em movimento.

Elaboradas as propostas conceituais após a absorção de conteúdos e o desenvolvimento de desafios avança-se para a fase de **criação de modalidades de gestão do projeto**.

O papel do arquiteto estende-se para um desempenho de intermediário que lida com variadas componentes de execução. Esta gestão refere-se à organização de redes de execução do projeto e a uma análise controlada dos danos possíveis.

Por vezes, é necessário analisar vários fatores implicantes na realização de um projeto, que são muitas vezes considerados exteriores à responsabilidade da arquitetura, ou que são postos de parte por serem considerados de pouco interesse. Ao referir uma gestão consciente de danos, fala-se de uma abordagem a questões de influência política, social, financeira, material, ambiental etc. que devem ser regularizadas de forma a não prejudicar o correto funcionamento dos diversos ambientes, ou seja, de forma a os tornar ou manter sustentáveis. Por isso a realidade dos locais deve ser tida em conta de forma lúcida. Portanto, referem-se aqui, por exemplo, questões relacionadas com uma gestão consciente dos recursos financeiros disponíveis, onde o projeto deve ser adequado às possibilidades oferecidas ou deve encontrar ele próprio modalidades de apoio; uma escolha controlada e adequada dos materiais, onde por vezes pode ser mais vantajosa uma questão de durabilidade ou noutros casos uma questão de facilidade de adaptação; a própria escolha dos fornecedores pois, reunidas as condições, recorrer a uma empresa local, mesmo com as suas desvantagens, pode ser mais vantajoso para a zona do que recorrer a uma grande empresa, etc.

Por outro lado, devem também ser geridas as redes de recursos criativos e humanos, em que, nesta fase ainda de adaptação a processos coletivos e a arquiteturas alternativas, o arquiteto pode ter a responsabilidade

de encontrar formas de gestão do projeto que o tornem mais eficiente, considerando a formação profissional dos vários atores e explorando as suas potenciais capacidades. A organização de diferentes grupos de intervenção e responsabilidades dentro do projeto vai permitir que os resultados sejam mais promissores, já que se geram compromissos mais focados e passíveis de ser atingidos pela criação de afinidades mais localizadas que encorajam capacidades críticas, interventivas e de maior iniciativa. A organização destas parcerias, sejam elas públicas, privadas, individuais, coletivas, especializadas ou não-especializadas, vai possibilitar alcançar soluções mais estáveis.

*“As a stimuli for action, the overlapping disciplines are utilised in order to enrich the depth of projects, while the role of the conventional architect is being turned into that of a mediator between different groups of experts and creative think tanks. As the new provocateur of conscience, such practitioner bridges the gap between concept and implementation.”*⁵⁹

Esta experiência de gestão de recursos foi bem representada no projeto “Construir Junto”, quer pela organização de responsabilidades que serviram como incentivo à criação de afinidades com o espaço, quer pela forma como os recursos foram geridos, quer pela consciência acerca da origem dos materiais e associação do projeto de construção a pequenas empresas locais.

Por último, e aplicado à prática espacial construtiva, o arquiteto tem a função de **contribuir com a técnica e conceção localizadas, para a materialização das ações conjuntas**. Esta é a fase mais importante, intensiva e representativa de todo o complexo de ações.

Depois de se terem criado mecanismos de criação coletiva, de se terem elaborado estratégias conceituais para o projeto e de se terem organizado formas de o gerir no espaço, transpõem-se os desafios para a materialidade da ação prática, experienciada num trabalho de campo de conceção e construção. O projeto é, realmente, concebido e concretizado *in loco* num processo conjunto

⁵⁹ MIESEN, Markus – Spatial practices in the Margin of Opportunity. In *Did Someone say Participate?: An Atlas of Spatial Practice*. The MIT Press, Massachusetts: 2006. (p. 287)

⁶⁰ FURTADO, Gonçalo; OLIVEIRA, Michael – Agenciamento: Ou o estado da arte da Arquitetura. In *arq/a, Arquitetura e Arte: Guimarães 2012*, Vol. 104. Lisboa: Nov/Dez 2012. (p. 116)

no qual se lida mais diretamente e vivamente com o local, as pessoas, os contextos, os materiais, oferecendo possibilidades de experimentar, apropriar, utilizar e intervir no espaço de forma pró-ativa, aplicada ao “*contexto temporal-relacional da ação.*”⁶⁰

A capacidade da arquitetura de oferecer a possibilidade de materializar ideias e desejos em conjunto, em contacto com outros especialistas e não-especialistas, não só encontra modalidades eficientes de coletividade, como oferece alternativas de expressão autónoma e de determinação ativa dos intervenientes. Assim, a prática espacial da arquitetura revela-se como um processo de possibilitar a construção de dinâmicas e vivências no espaço, que através da liberdade de ação dos seus atores vão ganhar uma simbologia própria.

A ação prática espacial é muito importante como forma de contacto com o território social, utilizando o espaço (principalmente o espaço público) como um local inclusivo e dialógico que protagoniza o papel de mediador da relação entre a consciência política e cultural dos indivíduos e a sua expressão física e prática no mundo. O arquiteto ou praticante espacial atua aqui como possibilitador dessa relação, onde a sua contribuição profissional é a de um interveniente que regulariza a prática espacial aplicada a um trabalho de momento, contribuindo com a capacidade interpretativa do espaço, a arte do desenho, a técnica construtiva e a intuição crítica e criativa.

Esta “nova prática localizada” não fornece respostas *à priori*, pois ela aborda interceções de situações físicas particulares, onde se explora o pensamento analítico e a pesquisa experimental atuando através de ferramentas e técnicas, influenciando, assim, definições específicas do espaço e do quotidiano.

Uma real aproximação a estas práticas foi vivida muito intensivamente nos projetos “Construir Junto” e “Isto é uma Praça!”, aqui vistos como referências inequívocas na experimentação da prática espacial. As estratégias de construção

adotadas nos seus processos apelam à improvisação, à vivência do momento, à adaptação e constante apropriação do local, construindo identidades no espaço e para o espaço.

A abertura a esta prática da realidade utiliza ferramentas intuitivas e imprevisíveis. Ela consiste em ter a oportunidade de utilizar as próprias mãos, aproximando-se até de uma ideia de manufatura, onde os objetos ou espaços são construídos através da combinação direta dos materiais e a partir de uma medição e adaptação feita no momento e no local, onde se monta, desmonta e volta a montar. Tudo se torna mais acessível, direto e real, e os limites de alcance da criação parecem dissolver-se na panóplia de soluções. Deste modo, a forma como o espaço é compreendido, experienciado e aperfeiçoado, dá uma dimensão diferente à conceção, tornando-a inseparável da ação. A própria atenção a detalhes imprevistos acontece intuitivamente e as soluções são pormenorizadas e adotadas muito especificamente. Desse modo, a prática da conceção construtiva oferece um maior poder de controlo da realidade, onde as formas, interações e adaptações são especuladas numa ação real, oferecendo ao espaço e ao resultado uma identidade única, ligada às especificidades do coletivo e da ação.

A ação de construção torna-se, assim, simultaneamente, na ação de apropriação do espaço.

*“Cada acção baseia-se numa hipótese de resultado; a análise do resultado de cada acção permite então afinar ou infirmar essa hipótese. A qualidade e a velocidade de retorno da informação são decisivas e geram novas técnicas de reporting que vão bem mais longe do que os “painéis de instrumentos de bordo” habituais. O conhecimento já não está separado da acção, está na própria acção.”*⁶¹

Conclusivamente, estas capacidades levam a arquitetura a experienciar novas possibilidades, antes não tidas em conta, despoletando novos processos,

⁶¹ ASCHER, François
– *Novos Princípios do
Urbanismo seguido de Novos
Compromissos Urbanos.*
Livros Horizonte, Lisboa:
2010 (p. 36)

acontecimentos e resultados e desafiando conceitos pré-estabelecidos. Elas são uma tentativa de medir probabilidades, de produzir acontecimentos e de despoletar eventuais consequências. Por isso, os seus resultados são indefinidos, e muito dependentes das condições que influenciam a ação, o que vai levar a uma imprevisibilidade dos efeitos do projeto. A própria ação pode consistir num risco, por ser perene e indeterminada, mas a sua habilidade de construir de forma diversa e isolada vai estimular a experimentação de novas estratégias, ideias e possibilidades, e é precisamente através da experimentação que se vão reconhecer oportunidades e capacidades de mudança crítica, potencial criadora de uma arquitetura mais eficaz.

*“De resto, a admissão da incerteza do ato e o seu potencial (de futuros não premeditados à priori), constitui um desafio às normas pré-estabelecidas da prática, mediante novas formas de agir e do próprio ato em si, e, portanto, de agenciamento: “Um sentido de agenciamento é também o aceitar de um novo sentido do que pode significar ser um arquiteto, uma vez que a falta de um futuro premeditado, é visto como uma oportunidade e não como uma ameaça.””*⁶²

⁶² FURTADO, Gonçalo;
OLIVEIRA, Michael – Agenciamento: Ou o estado da arte da Arquitetura. In *arq/a, Arquitetura e Arte: Guimarães 2012*, Vol. 104. Lisboa: Nov/Dez 2012. (p. 116)

CONCLUSÃO

“The only real thing is the here and now. The future is an intellectual construction”⁶³

⁶³ FRIEDMAN, Yona.
Cit. por OBRIST, Hans
Ulrich – Participation Lasts
Forever. In *Did Someone
say Participate?: An Atlas of
Spatial Practice*. The MIT
Press, Massachusetts: 2006.
(p. 19)

Ao longo desta reflexão, tentaram desenhar-se novos caminhos, hoje ainda baseados em experiências não suficientemente globalizantes, com as suas proezas e qualidades, os seus defeitos e a sua desafiante imprevisibilidade.

A experimentação é a base sobre a qual o progresso ganha forma, e por isso, a sua improbabilidade é simultaneamente um risco e o significado de um desejo curioso de explorar novas possibilidades. Aqui, quer-se exaltar o privilégio da oportunidade sobre a comodidade, da atividade sobre a passividade, numa temporalidade que se define pelo presente, mas que é cada vez mais condicionada pela representação do futuro. Por isso, a nossa capacidade de o influenciar reside, hoje em dia, na tentativa de sustentar e potenciar novas formas de o gerir e de o assegurar.

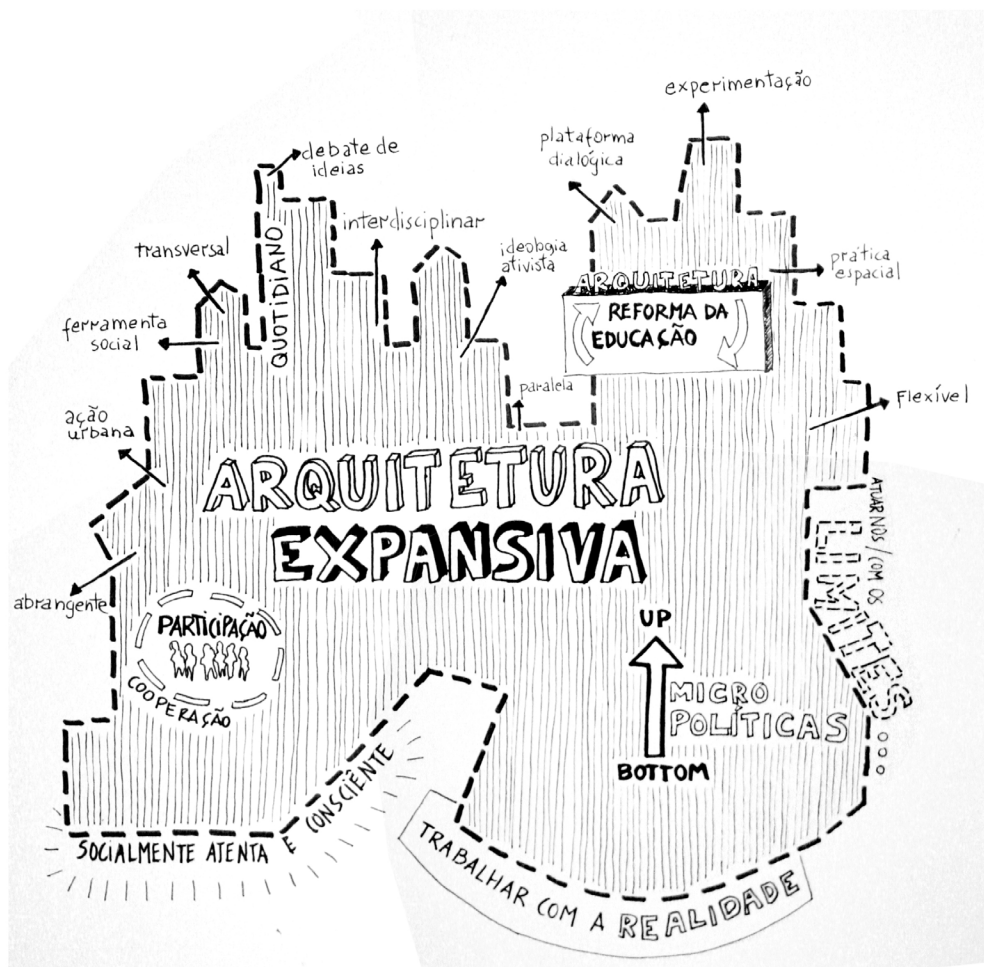
Esta partilha de hipóteses que aqui se tentou explorar e aprofundar, quer ser uma demonstração de que existem opções infinitas por considerar. Como uma das representantes de uma geração que se depara com situações de enorme indefinição no campo profissional, acredito que há ainda muito para fazer e aprender, e que as opções a seguir são mais diversas do que as que se identificam *à priori*, simplesmente elas estão mais escondidas ou camufladas, mas certamente a pedir para serem encontradas. Uma nova geração na arquitetura depara-se com a necessidade de redefinir o seu papel na sociedade, que se julga implicar um reconsiderar da ideia convencional do arquiteto que, para além de ser hoje uma posição de difícil alcance, não tem uma capacidade de resposta de abrangência suficientemente significativa ou consequente. Esta atitude passa por acreditar que uma evolução positiva na arquitetura é possível, olhando a “realidade” e encontrando nela novos

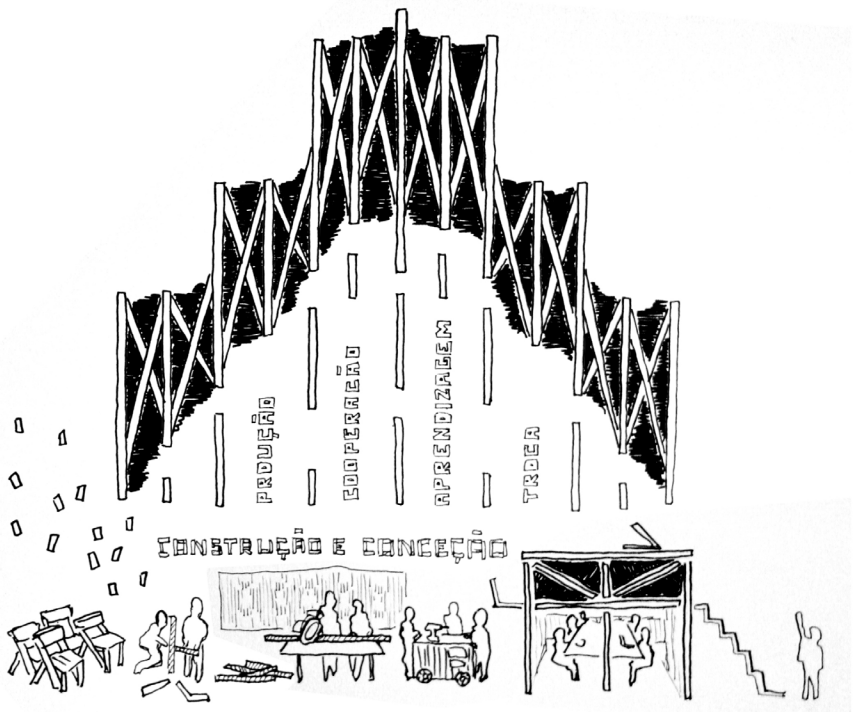
estímulos, num exercício que põe à prova a lucidez. *“É possível usar as nossas competências e talentos para trazer contribuições mais abrangentes para o mundo, mas isso vai implicar que muitos de nós mudemos a maneira como se pratica a arquitetura.”*⁶⁴

Em parte, estas ideias são simultaneamente o propósito e o resultado de uma busca pessoal de motivações na profissão. Elas trazem consigo uma atitude particularmente ambiciosa, que precisa de mais conhecimentos, mais experiência, e de um significado mais responsável de coletividade. Fica a reivindicação, resta atrevermo-nos a experimentar e a transformar... “O futuro é agora!”

⁶⁴ BELL, Brian – Expanding Design Toward Greater Relevance. In Expanding architecture: Design as activism. Metropolis Books: 2008. (p. 15)
(tradução livre do autor)







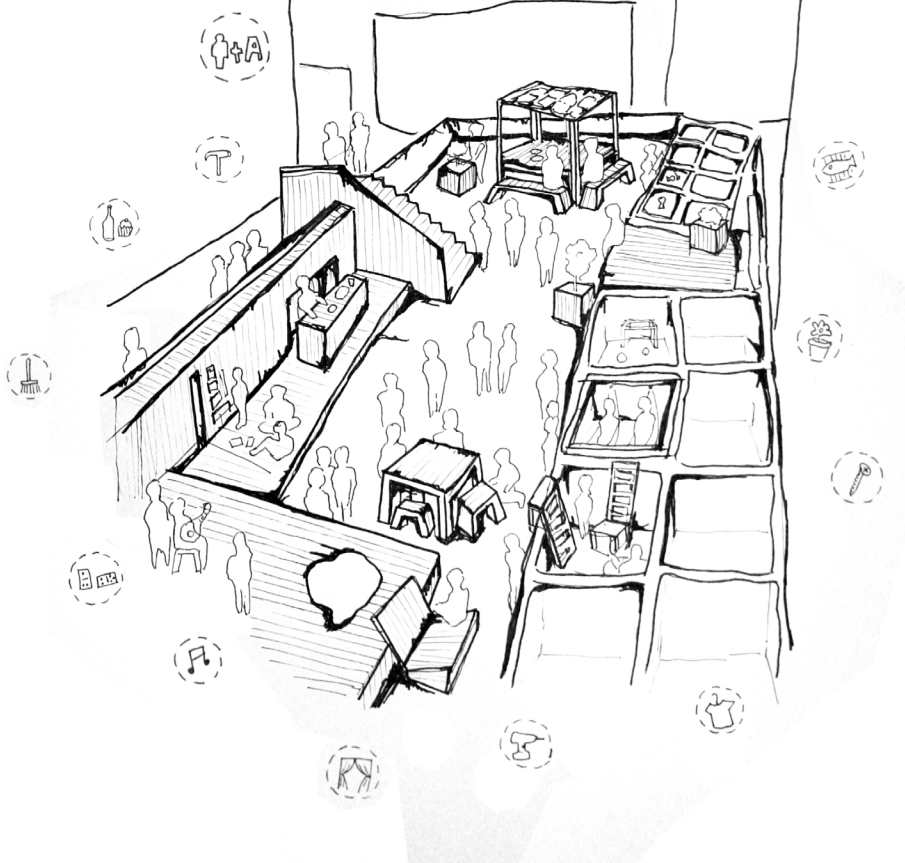
CONSTRUIR
JUNTO



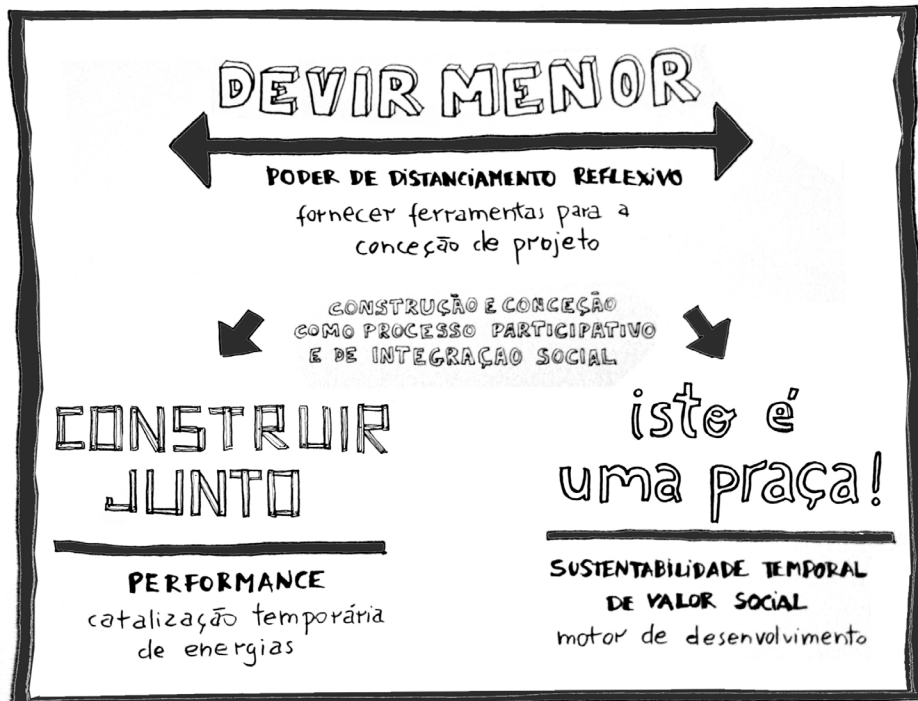
CARTOGRAFIA CRÍTICA

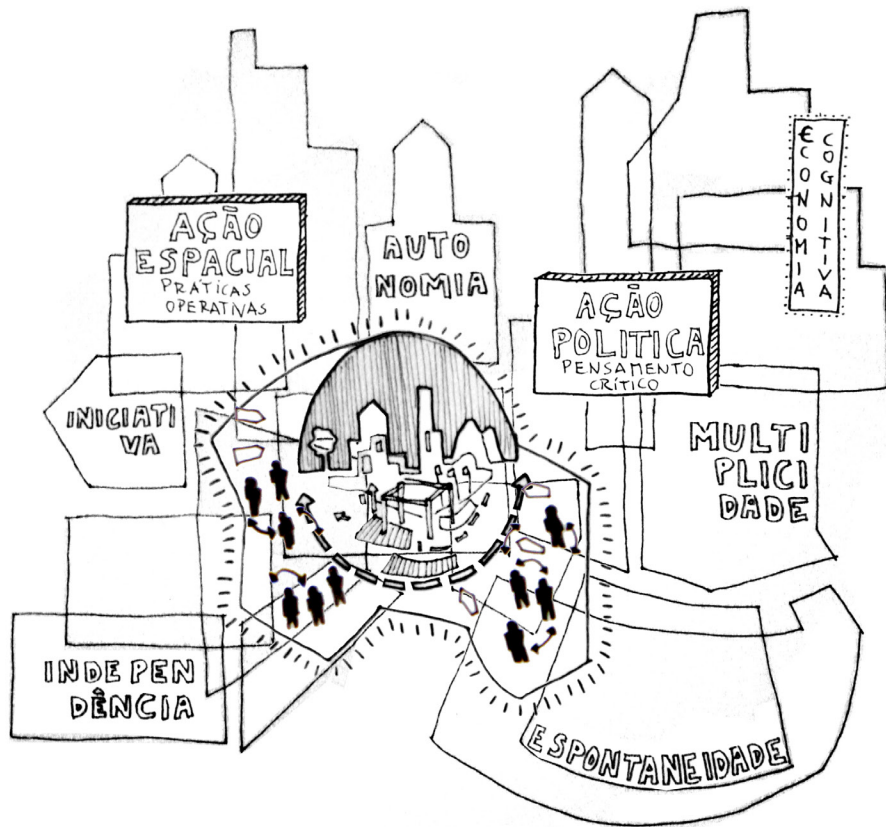
DEVIR MENOR

isto é
uma praça!



✓ EXPERIENCIAR UMA TRANSFORMAÇÃO EM TEMPO REAL





BIBLIOGRAFIA

Livros

ASCHER, François – *Novos Princípios do Urbanismo seguido de Novos Compromissos Urbanos*. Livros Horizonte, Lisboa: 2010

BASAR, Shumon; MIESSEN, Markus – *Did Someone say Participate?: An Atlas of Spatial Practice*. The MIT Press, Massachusetts: 2006

BAUMAN, Zygmunt – *Confiança e Medo na Cidade*. Relógio D'Água Editores: Lisboa, 2006.

BELL, Bryan; WAKEFORD Katie – *Expanding architecture: Design as activism*. Metropolis Books: 2008.

BERENSTEIN JAQUES, Paola – *Estética da ginga: A arquitetura das favelas através da obra de Hélio Oiticica*. Casa da Palavra: Rio de Janeiro, 2001.

BRANDÃO, Pedro – *O Sentido da Cidade: ensaios sobre o mito da Imagem como Arquitetura*. Livros Horizonte, Lisboa: 2011.

DOMINGUES, Álvaro – *Vida no Campo*. Dafne Editora, Porto: 2012.

DOMINGUES, Álvaro – *A Rua da Estrada*. Dafne Editora, Porto: 2009.

ECO, Umberto – *Como se faz uma tese em ciências humanas*. Editorial Presença, Lisboa: 1991.

ELSER, Oliver; RIEPER, Michael – *Wohnmodelle*. Wien Frankfurt am Main: 2008.

FRIEDMAN, John – *Planning in the Public Domain*. Princeton University Press, Princeton: 1987

LACATON, Anne; VASSAL, Jean Philippe; DRUOT, Frédéric – *Plus: Les grands ensembles de logements - Territoires d'exception*. Gustavo Gili, Barcelona: 2004.

LEFEVRE, Henri – *Le droit à la ville. Société et Urbanisme*. Ed. Anthropos, Paris: 1968

MENDEZ DE ANDES, Ana (ed.) – *Urbanacción 07/09*. La Casa Encendida, Madrid: 2010.

MIESSEN, Markus – *The Violence of Participation*. Sternberg Press, Londres: 2007

MONTANER, Josep Maria; MUXÍ, Zaida – *Arquitectura y Política: Ensayos para Mundos Alternativos*. Editorial Gustavo Gili, Barcelona: 2011.

PRAÇA, Henrique (coord.) - *Uma Experiência Singular: Couros, CampUrbis, Envolvimento da População Local*. Fraterna Centro Comunitário de Solidariedade e Integração Social, Guimarães: 2012.

SENO, Ethel (ed.)– *Trespass: História da arte urbana não encomendada*. Taschen, Barcelona: 2010

ZMIJEWSKI, Artur; WARSZA, Joanna – *Forget Fear*. 7th Berlin Biennale for Contemporary Art, Berlin: 2012

Artigos em livros

AESCHBACHER, Peter; RIOS, Michael – Claiming Public Space: The Case for Proactive Democratic Design. In *Expanding architecture: Design as activism*. Metropolis Books: 2008. (p. 84-91)

BASAR, Shumon; MIESSEN, Markus – Did we mean Participate or did we mean something else?. In *Did Someone say Participate?: An Atlas of Spatial Practice*. The MIT Press, Massachusetts: 2006. (p. 22-29)

BELL, Brian – Expanding Design Toward Greater Relevance. In *Expanding architecture: Design as activism*. Metropolis Books: 2008. (p. 14-17)

FISHER, Thomas – Public-Interest Architecture: A Needed and Inevitable Change. In *Expanding architecture: Design as activism*. Metropolis Books: 2008. (p. 8-13)

GÁMEZ, José S.; ROGERS, Susan – An Architecture of Change. In *Expanding architecture: Design as activism*. Metropolis Books: 2008. (p. 18-25)

MIESSEN, Markus – Spatial practices in the Margin of Opportunity. In *Did Someone say Participate?: An Atlas of Spatial Practice*. The MIT Press, Massachusetts: 2006. (p. 273-289)

AESCHBACHER, Peter; RIOS, Michael – Claiming Public Space: The Case for Proactive Democratic Design. In *Expanding architecture: Design as activism*. Metropolis Books: 2008. (p. 84-91)

BASAR, Shumon; MIESSEN, Markus – Did we mean Participate or did we mean something else?. In *Did Someone say Participate?: An Atlas of Spatial Practice*. The MIT Press, Massachusetts: 2006. (p. 22-29)

BELL, Brian – Expanding Design Toward Greater Relevance. In *Expanding architecture: Design as activism*. Metropolis Books: 2008. (p. 14-17)

FISHER, Thomas – Public-Interest Architecture: A Needed and Inevitable Change. In *Expanding architecture: Design as activism*. Metropolis Books: 2008. (p. 8-13)

GÁMEZ, José S.; ROGERS, Susan – An Architecture of Change. In *Expanding architecture: Design as activism*. Metropolis Books: 2008. (p. 18-25)

MIESSEN, Markus – Spatial practices in the Margin of Opportunity. In *Did Someone say Participate?: An Atlas of Spatial Practice*. The MIT Press, Massachusetts: 2006. (p. 273-289)

MURPHY, Matthew – Glimpses of a Future Architecture. In *Did Someone say Participate?: An*

Atlas of Spatial Practice. The MIT Press, Massachusetts: 2006. (p. 257-272)

OBRIST, Hans Ulrich – Participation Lasts Forever. In *Did Someone say Participate?: An Atlas of Spatial Practice*. The MIT Press, Massachusetts: 2006. (p. 16-21)

STOKFISZEWSKI, Igor – Political points in Art. In *Forget Fear*. KW Institute for Contemporary Art, Berlin: 2012. (p. 378-392)

WARSA, Joana – Citizens of Culture. In *Forget Fear*. KW Institute for Contemporary Art, Berlin: 2012. (p. 180-181)

ZMIJEWSKI, Artur – Foreword: Zero Politics?. In *Forget Fear*. KW Institute for Contemporary Art, Berlin: 2012. (p. 10-18)

Publicações Periódicas

arq/a, Arquitectura e Arte: Experiências Participativas, Vol. 90/91. Lisboa: Mar/Abr 2011.

arq/a, Arquitectura e Arte: Guimarães 2012, Vol. 104. Lisboa: Nov/Dez 2012.

Revista Crítica de Ciências Sociais, Vol. 63. Coimbra: Outubro 2002.

Artigos em Publicações Periódicas

BADER, Markus – Experiências Participativas: Perspetivas Críticas. In *arq/a, Arquitectura e Arte: Experiências Participativas*, Vol. 90/91. Lisboa: Mar/Abr 2011. (p. 38-40)

BAPTISTA, Luís Santiago – Architecture [in]]out[politics: Proposições disciplinares entre o delirante e o nostálgico. In *arq/a, Arquitectura e Arte: Experiências Participativas*, Vol. 90/91. Lisboa: Mar/Abr 2011. (p. 16-21)

BAPTISTA, Luís Santiago – Experiências Participativas: Práticas arquitetónicas interventivas perante a uniformização profissional. In *arq/a, Arquitectura e Arte: Experiências Participativas*, Vol. 90/91. Lisboa: Mar/Abr 2011. (p. 6-7)

BAPTISTA, Luís Santiago – Guimarães 2012, Arte e Arquitectura: Práticas espaciais para um contexto territorial em mutação. In *arq/a, Arquitectura e Arte: Guimarães 2012*, Vol. 104. Lisboa: Nov/Dez 2012. (p. 20-21)

CIRUGEDA, Santiago – Experiências Participativas: Perspetivas Críticas. In *arq/a, Arquitectura e Arte: Experiências Participativas*, Vol. 90/91. Lisboa: Mar/Abr 2011. (p. 40)

FORTUNA, Carlos – Culturas urbanas e espaços públicos: Sobre as cidades e a emergência de um novo paradigma sociológico. In *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Vol. 63. Coimbra: Outubro 2002. (p. 123-148)

FURTADO, Gonçalo – Participação, autoria e autoridade: Pensamento sistémico, representação arquitetónica e Cedric Price. In *arq/a, Arquitectura e Arte: Experiências Participativas*, Vol. 90/91. Lisboa: Mar/Abr 2011. (p. 110-113)

FURTADO, Gonçalo; OLIVEIRA, Michael – Agenciamento: Ou o estado da arte da Arquitectura. In *arq/a, Arquitectura e Arte: Guimarães 2012*, Vol. 104. Lisboa: Nov/Dez 2012. (p. 116-119)

GADANHO, Pedro – Architecture as performance. In *Revista Dédalo: Movimento*, Vol. 2. Porto: Março 2007. (p. 24-29)

HILL, Jonathan – Experiências Participativas: Perspetivas Críticas. In *arq/a, Arquitectura e Arte: Experiências Participativas*, Vol. 90/91. Lisboa: Mar/Abr 2011. (p. 41)

LEPIK, Andres – Experiências Participativas: Perspetivas Críticas. In *arq/a, Arquitectura e Arte: Experiências Participativas*, Vol. 90/91: Mar/Abr 2011. (p. 36-38)

MELÂNEO, Paula – De fora no Interior: Espaços efêmeros e performativos. In *arq/a, Arquitetura e Arte: Guimarães 2012*, Vol. 104. Lisboa: Nov/Dez 2012. (p. 140-142)

MIESSEN, Markus – Experiências Participativas: Perspetivas Críticas. In *arq/a, Arquitectura e Arte: Experiências Participativas*, Vol. 90/91. Lisboa: Mar/Abr 2011. (p. 34-36)

MILES, Malcolm – Experiências Participativas: Perspetivas Críticas. In *arq/a, Arquitectura e Arte: Experiências Participativas*, Vol. 90/91. Lisboa: Mar/Abr 2011. (p. 32-34)

MOREIRA, Inês – Devir Menor: Arquitetura e Práticas Espaciais Críticas na Ibero-América. In *arq/a, Arquitetura e Arte: Guimarães 2012*, Vol. 104. Lisboa: Nov/Dez 2012. (p. 98-101)

OLIVEIRA, Maria Manuel – Experiências Participativas: Perspetivas Críticas. In *arq/a, Arquitectura e Arte: Experiências Participativas*, Vol. 90/91. Lisboa: Mar/Abr 2011. (p. 30-32)

PORTAS, Nuno – Experiências Participativas: Perspetivas Críticas. In *arq/a, Arquitectura e Arte: Experiências Participativas*, Vol. 90/91. Lisboa: Mar/Abr 2011. (p. 28-30)

VAZ-PINHEIRO, Gabriela – A programação de Arte e Arquitetura da Guimarães 2012. In *arq/a, Arquitetura e Arte: Guimarães 2012*, Vol. 104. Lisboa: Nov/Dez 2012. (p. 56-61)

VAZ-PINHEIRO, Gabriela – Laboratório de Curadoria, Arte e Arquitetura, Guimarães 2012. In *arq/a, Arquitetura e Arte: Guimarães 2012*, Vol. 104. Lisboa: Nov/Dez 2012. (p. 66-71)

Outras publicações

Cidade Campus: Re-imaginar as possibilidades das cidades de pequena e média dimensão (programa). Guimarães, Nov 2012.

Construir Junto. Laboratório de Curadoria/Exyzt, Guimarães, Fev 2012.

Exhibition at ENTRY2006 – *Perspectives and Visions in Design. Talking Cities: The Micropolitics*

of Urban Space. Essen: Birkhäuser, 2006.

Publicações ou Artigos na web

BORGES DE MACEDO, Filipe – *Out of the Box: A Arquitetura participativa de Filipe Balestra*.

FAUTL, Lisboa: 2011

(<http://www.scribd.com/doc/64715995/Out-of-the-box-A-Arquitetura-participativa-de-Filipe-Balestra>)

I am an Unsolicited Architect – AIA National Conference, Sydney: 2010.

(<http://issuu.com/archis/docs/unsolicitedarchitecture?mode=window&pageNumber=1>)

PKMN – *Ciudad crea Ciudad, Toledo crea Toledo*. Madrid: 2007.

(<http://www.pkmn.es>)

PRADO COELHO, Alexandra – O que farão os arquitetos quando já não puderem construir?. In *Público*. Outubro, 2012.

(<http://www.publico.pt/cultura/noticia/o-que-farao-os-arquitectos-quando-ja-nao-puderem-construir-1567272>)

VARNELIS, Kasy – On Mad Man

(http://varnelis.net/blog/on_mad_men)

WONDERLAND – *Manual for Emerging Architects*. Platform for European Architecture, 2012.

(http://www.wonderland.cx/media/pdf/manual/manual_content.pdf)

Páginas Web

<http://www.exyzt.org/>

<http://www.esterni.org/ita/home/>

<http://iconoclasistas.com.ar/>

<http://www.devirmenor2012guimaraes.com/>
<http://www.guimaraes2012.pt/index.php?cat=191&item=29262>
<http://www.raumlabor.net/>
<http://favelissues.com/>
<http://unsolicitedarchitecture.tumblr.com/>
<http://www.0300tv.com/>
<http://www.infoop.org/observ/index.php>
<http://www.moma.org/interactives/exhibitions/2010/smallscalebigchange/>
<http://www.pkmn.es/>
<http://www.publicspace.org/>
<http://www.underconstructions.eu/>
<http://www.urbantactics.org/>
<http://www.lefthandrotation.com/>
<http://cvc.cervantes.es/artes/freshlatino/>
<http://www.eme3.org/>
<http://arquitecturascolectivas.net/>
<http://www.collectifetc.com/>
<http://www.bruitdufrigo.com/>
<http://www.urbanouveau.com/>
<http://www.smallercities.guimaraes2012.pt/>
<http://www.maslaha.org/>
<http://www.watershed.co.uk/>
<http://samuelmockbee.net/>
<http://cpam2012.blogspot.pt/>

ÍNDICE DE IMAGENS

(localização) *Nome* (data), local; autor da imagem. Fonte

(Introdução) *Jorge Rodríguez-Gerada, Identity Series* (2003), Barcelona; Ana Álvarez-Errecalde. SENO, Ethel (ed.)– *Trespass: História da arte urbana não encomendada*. Taschen, Barcelona: 2010 (p. 184)

(Capítulo 1.1) *John Fekner, Growth Decay* (1978), Nova Iorque. SENO, Ethel (ed.)– *Trespass: História da arte urbana não encomendada*. Taschen, Barcelona: 2010 (p. 212)

(Capítulo 1.2) *Jeroen Jongeleen, Influenza* (2004), Manchester. SENO, Ethel (ed.)– *Trespass: História da arte urbana não encomendada*. Taschen, Barcelona: 2010 (p. 155)

(Capítulo 1.3) *Operações SAAL* (1974), Porto. (http://www.snpcultura.org/vol_operacoes_saal_um_dos_mais_importantes_documentarios_portugueses.html)

(Capítulo 2.1 Construir Junto) *Construir Junto* (2012), Guimarães. Construir Junto. Laboratório de Curadoria/Exyzt, Guimarães, Fev 2012.

(Capítulo 2.1 Devir Menor) *Devir Menor* (2012), Guimarães; Carlos Lobão. (<http://www.devirmenor2012guimaraes.com/>)

(Capítulo 2.1 Isto é uma Praça!) *Isto é uma Praça!* (2012), Guimarães. (<http://www.facebook.com/IstoEumaPraca/>)

(Capítulo 3.1) *Augmented Reality, Spatial Practice, Interface Politics*, Suzi Winstanley. BASAR, Shumon; MIESSEN, Markus – *Did Someone say Participate?: An Atlas of Spatial Practice*. The MIT Press, Massachusetts: 2006 (p. 49)

Anexo 1 - Galeria de imagens

(Capa construir Junto, 3.1, 12.4, 12.5) *Construir Junto* (2012), Guimarães. Construir Junto. Laboratório de Curadoria/Exyzt, Guimarães, Fev 2012.

(4.4, 4.5, 4.6) *Laboratório de Curadoria* (2012), Guimarães. (<http://www.facebook.com/pages/Curators-Lab-Laborat%C3%B3rio-de-Curadoria/328933573818154?ref=ts&fref=ts>)

(13.1, 13.2, 13.3, 13.4, 13.5) *Laboratório de Curadoria* (2012), Guimarães; Sérgio Rolando (<http://www.facebook.com/pages/Curators-Lab-Laborat%C3%B3rio-de-Curadoria/328933573818154?ref=ts&fref=ts>)

(Restantes imagens Construir Junto) *Construir Junto* (2012), Guimarães. Fornecido pela documentação Construir Junto. Algumas disponíveis em (<http://www.facebook.com/pages/Curators-Lab-Laborat%C3%B3rio-de-Curadoria/328933573818154?ref=ts&fref=ts>)

(Capa Devir Menor) *Devir Menor* (2012), Guimarães. (<http://www.devirmenor2012guimaraes.com/>)

(16.1) *Devir Menor* (2012), Guimarães; Carlos Lobão. (<http://www.devirmenor2012guimaraes.com/>)

(15.1, 15.2, 15.3, 15.4, 15.5, 15.6, 18.1) *Devir Menor* (2012), Guimarães. Fornecido pelo coletivo Iconoclasistas.

(Restantes imagens Devir Menor) *Devir Menor* (2012), Guimarães. (<http://iconoclasistas.com.ar/>)

(Capa Isto é uma Praça!) *Isto é uma Praça!* (2012), Guimarães. (<http://www.facebook.com/IstoEumaPraca/>)

(19.1, 19.2) *Couros CampUrbis Envolvimento da População Local*. (2012), Guimarães. (<http://www.facebook.com/Couros.envolvimento?ref=ts&fref=ts>)

(19,3) *Couros CampUrbis Envolvimento da População Local*. (2012), Guimarães. Foto tirada pelo autor.

(21.3, 22.4, 26.4, 26.5, 27.5) *Isto é uma Praça!* (2012), Guimarães. Fotos tiradas pelo autor.

(Restantes fotos Isto é uma Praça!) *Isto é uma Praça!* (2012), Guimarães. Fornecidas por Isto é uma Praça. Disponíveis em (<http://www.facebook.com/IstoEumaPraca/>)

Anexo 2 - Resumo Ilustrado

Imagens criadas pelo autor